



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

Universidade e Esporte: histórico, espaço-equipamentos e desafios na UFBA

Murilo Guerra de Oliveira

Salvador
2025

Universidade e Esporte: histórico, espaço-equipamentos e desafios na UFBA

Murilo Guerra de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Linha de Pesquisa: Educação, Cultura Corporal e Lazer.

Professor Orientador: Augusto Cesar Rios Leiro

Salvador
2025

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Oliveira, Murilo Guerra de.

Universidade e esporte [recurso eletrônico] : histórico, espaço equipamentos e desafios na UFBA/ Murilo Guerra de Oliveira. - Dados eletrônicos -2025.

Orientador: Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro.

Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2025.

Disponível em formato digital.

Modo de acesso: <https://repositorio.ufba.br/>

1. Esporte- Universidade. 2. Esportes universitários. 3. Complexo esportivo. I. Leiro, Augusto Cesar Rios. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade Educação. III. Título.

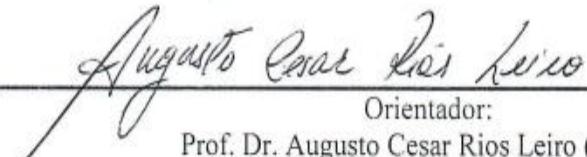
CDD 796.33207- 23. ed.

MURILO GUERRA DE OLIVEIRA

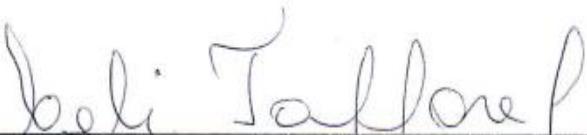
UNIVERSIDADE E ESPORTE: HISTÓRICO, ESPAÇO-
EQUIPAMENTOS E DESAFIOS NA UFBA

Dissertação apresentada à banca examinadora
do Programa de Pós-Graduação em Educação
(PPGEdu) da Universidade Federal da Bahia
para obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA


Orientador:

Prof. Dr. Augusto Cesar Rios Leiro (UFBA)


Profa. Dra. Celi Nelza Zulke Taffarel (UFBA)


Prof. Dr. Luciano Pereira da Silva (UFMG)

Salvador, 13 de fevereiro de 2025.

RESUMO

A pesquisa que resulta nesta Dissertação de Mestrado foi realizada com o objetivo geral de analisar a realidade e as possibilidades para o desenvolvimento do esporte na Universidade Federal da Bahia (UFBA), apresentando um histórico das práticas esportivas na universidade, desde a sua criação até os dias atuais, reconhecendo o Complexo Esportivo e Educacional como seu principal espaço-equipamento e indicando a relevância formativa do esporte como desafio estratégico no projeto institucional da UFBA. A investigação tem como objeto de estudo o esporte na universidade e localiza-se entre as pesquisas que abordam as políticas públicas esportivas, particularmente, nas Instituições Federais de Ensino Superior. A base teórico-metodológica da pesquisa está referenciada nas teorias críticas da Educação Física, da Educação e da Economia Política – esta que determina, em última instância, a realidade atual. A análise está embasada em pesquisa documental e bibliográfica e no estudo de campo para observação sistemática e registro fotográfico da realidade do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, notadamente seus espaços e equipamentos. A busca dos nexos e das relações entre o singular, o particular e o geral elegeu o estudo histórico acerca do esporte na universidade, ao lado do debate referente às políticas públicas esportivas e educacionais no país, suas implicações com as dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas universidades federais brasileiras e consequente subtração do direito às práticas esportivas em um contexto histórico de disputa de projetos, de privatização do ensino superior no país, austeridade fiscal e implantação de políticas neoliberais e imperialistas que destroem as forças produtivas. A partir do levantamento documental do ordenamento legal e dos programas, projetos, ações, espaços e equipamentos esportivos na UFBA, o presente estudo indica sínteses possíveis do binômio realidade e possibilidades. Fica evidente como realidade a flagrante precariedade histórica do espaço e dos equipamentos de esporte e lazer no Complexo Esportivo e a dificuldade de desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Os resultados apontam, entre as possibilidades para o desenvolvimento do esporte na universidade: a criação da Faculdade de Educação Física; a construção do Complexo Esportivo Educacional Popular; a gestão e administração interdisciplinar, democrática, participativa, inclusiva, de qualidade e socialmente referenciada dos espaços e equipamentos esportivos, além de uma série de outras demandas educacionais que devem estar articuladas ao projeto institucional da universidade, com vistas ao desenvolvimento de uma política institucional que eleve o padrão cultural esportivo da comunidade e promova a cultura esportiva como eixo de experiência universitária humanista, incluente e emancipatória.

Palavras-Chave: Esporte; Esporte Universitário; Complexo Esportivo; Universidade.

ABSTRACT

The research that results in this Master's Dissertation was carried out with the general objective of analyzing the reality and possibilities for the development of sport at the Federal University of Bahia (UFBA), presenting a history of sports practices at the university, from its creation to the present day, recognizing the Sports and Educational Complex as its main space-equipment and indicating the formative relevance of sport as a strategic challenge in the institutional project of the UFBA. The research has as its object of study the sport in the university and is located among the researches that address the public policies of sports, particularly in the Federal Institutions of Higher Education. The theoretical-methodological basis of the research is referenced in the critical theories of Physical Education, Education and Political Economy – the latter that determines, ultimately, the current reality. The analysis is based on documentary and bibliographic research and on the field study for systematic observation and photographic record of the reality of the UFBA Sports and Educational Complex, notably its spaces and equipment. The search for the nexuses and relations between the singular, the particular and the general chose the historical study about sports in the university, along with the debate regarding sports and educational public policies in the country, its implications with the budgetary difficulties faced by Brazilian federal universities and the consequent subtraction of the right to sports practices in a historical context of dispute over projects, privatization of higher education in the country, fiscal austerity and implementation of neoliberal and imperialist policies that destroy productive forces. From the documentary survey of the legal system and the programs, projects, actions, spaces and sports equipment at UFBA, the present study indicates possible syntheses of the binomial reality and possibilities. The flagrant historical precariousness of the space and equipment for sports and leisure in the Sports Complex and the difficulty in developing teaching, research and extension activities is evident as a reality. The results point out, among the possibilities for the development of sport at the university: the creation of the Faculty of Physical Education; the construction of the Popular Educational Sports Complex; the interdisciplinary, democratic, participatory, inclusive, quality and socially referenced management and administration of sports spaces and equipment, in addition to a series of other educational demands that must be articulated with the institutional project of the university, with a view to the development of an institutional policy that raises the sports cultural standard of the community and promotes sports culture as an axis of humanistic university experience, inclusive and emancipatory.

Keywords: Sport; University Sports; Sports Complex; University.

LISTA DE SIGLAS

AAA	Associações Atléticas Acadêmicas
AAAACVL	Associação Atlética da Faculdade de Medicina
AAAUNB	Associação Atlética Acadêmica da Universidade de Brasília
AF	Atividade Física
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APUB	Sindicato dos Professores das Instituições de Ensino Superior da Bahia
ASAV	Associação dos Servidores Administrativos da UFV
ASSUFBA	Sindicato dos Trabalhadores Técnico-administrativos em Educação das Universidades Federais no Estado da Bahia
BA	Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIS	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
CA	Centro Acadêmico
CAAED	Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade
CAEFD	Centro Acadêmico de Educação Física
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBC	Confederação Brasileira de Clubes
CBDE	Confederação Brasileira do Desporto Escolar
CBDU	Confederação Brasileira do Desporto Universitário
CEDAF	Centro Docente Assistencial em Fonoaudiologia
CEDES	Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CEE	Complexo Esportivo Educacional
CEF	Clínica Escola de Fisioterapia
CEFE	Centro de Educação Física e Esportes
CEMUFC	Centro de Especialidades Médicas da UFC
CEU	Centro Esportivo Universitário
CFE	Conselho Federal de Educação
CIEPE	Coordenação de Instalações de Uso Coletivo de Ensino, Pesquisa e Extensão
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COB	Comitê Olímpico do Brasil
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONSUNI	Conselho Universitário

CPB	Comitê Paralímpico Brasileiro
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DAC	Decanato de Assuntos Comunitários
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DEA	Diretoria de Esporte, Arte e Cultura
DEL	Diretoria de Esporte e Lazer
DSVU	Departamento Social da Vida Universitária
EaD	Ensino a Distância
EC	Emenda Constitucional
EEFD	Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro
EF	Educação Física
FACED	Faculdade de Educação
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FBA	Federação Baiana de Atletismo
FEF	Faculdade de Educação Física
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FINEDUCA	Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação
FINEP	Financiadora de Estudos e Pesquisas
FISU	Federação Internacional do Desporto Universitário
FUBE	Federação Universitária Baiana de Esportes
FUES	Federações Esportivas Universitárias Estaduais
FUMP	Fundação Universitária Mendes Pimentel
GCBCAP	Grupo Comunitário de Basquete do Calabar e Alto das Pombas
GUAL	Gestão Universitária na América Latina
IC	Iniciação Científica
ICI	Instituto de Ciências da Informação
ICS	Instituto de Ciências da Saúde
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
IMRS	Instituto Multidisciplinar de Reabilitação e Saúde
IMS	Instituto Multidisciplinar em Saúde
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPF	Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas
JUB	Jogos Universitários Brasileiros
JUBA	Jogos Universitários da Bahia
JUD	Jogos Universitário de Direito
JUF	Jogos das Universidades Federais
JUFBA	Jogos Internos da UFBA
JUFT	Jogos da UFT
JUIP	Jogos das Instituições Públicas
LAUFBA	Liga das Atléticas da UFBA
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LOL	<i>League of Legends</i>
ME	Ministério do Esporte
MEC	Ministério da Educação
MEL	Mídia/Memória, Educação e Lazer
MG	Minas Gerais
NBA	<i>National Basketball Association</i>
NEL	Núcleo de Esporte e Lazer
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não-Governamentais
PBA	Programa Bolsa Atleta
PcD	Pessoa com Deficiência
PCU	Prefeitura do Campus
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PEU	Programa de Esporte Universitário
PIB	Produto Interno Bruto
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBIEX	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão
PIPSI	Projeto Interdisciplinar em Promoção de Saúde Integrativas
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Lei do Plano Plurianual
PPGREAB	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação
PPP	Parcerias Público-Privadas
PRF	Polícia Rodoviária Federal
PROAE	Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil
PROAES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRODEP	Pró-Reitoria de Desenvolvimento de Pessoas
PROECE	Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão
PROUNI	Programa Universidade para todos
PVE	Pavilhão de Esportes
REUNI	Reestruturação das Universidades Federais
RI	Repositório Institucional
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SESP	Secretaria de Esportes
SINESP	Sistema Nacional do Esporte
SP	São Paulo
STF	Supremo Tribunal Federal
SUDESB	Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia
SUMAI	Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura
SUPAC	Superintendência de Administração Acadêmica
UF	Universidades Federais
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFES	Universidade Federal do Espírito Santos
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

UFMT	Universidade Federal de Mato Grosso
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNIMEP	Universidade Metodista de Piracicaba
UNIR	Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Trabalhos Acadêmicos sobre esporte universitário mapeados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.....	49
Quadro 2	Trabalhos acadêmicos incorporados ao estudo por indicação da banca no processo de qualificação do texto	64
Quadro 3	Relação das Associações Atléticas Acadêmicas de cursos/unidades da UFBA mapeadas nas redes sociais	113

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Gráfico com evolução do número de cursos de graduação a distância, Brasil 2000-2023	28
Figura 2	Gráfico com percentual de matrículas por modalidade de ensino nas redes pública e privada	28
Figura 3	Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB	50
Figura 4	Clubes Esportivo na UnB.....	51
Figura 5	Informações sobre Programa bolsa atleta em universidades federais no Rio de Janeiro, 2019	53
Figura 6	Cartazes de divulgação dos Jogos da UFBA nos anos 1970-1980	77
Figura 7	Cartazes de divulgação dos Jogos da UFBA nos anos 1980	78
Figura 8	Fotografias do CEF/UFBA referentes ao período da década de 1970	85
Figura 9	Fotografia do Centro de Educação Física Esportes da UFBA em 1999	86
Figura 10	Fotografia com registro de instalações esportivas improvisadas e em péssimas condições de uso	87
Figura 11	Vista aérea do Complexo Esportivo da UFBA com projeção de novos equipamentos.	98
Figura 12	Setores projetados para instalação de novos equipamentos no complexo esportivo da UFBA	99
Figura 13	Parque Aquático da UFBA projetado com piscina olímpica, piscina de salto e piscina multifuncional	100
Figura 14	Modelo de cobertura de quadra poliesportiva apresentado em projeto da Sudesb para reforma do Complexo Esportivo da UFBA, 2019.....	104
Figura 15	Card de divulgação de seletiva para equipes esportivas da UFBA.....	110
Figura 16	Card de divulgação dos Jogos Internos da UFBA 2023	111
Figura 17	Objetivos institucionais da UFMG para o esporte	128
Figura 18	Metas institucionais da UFAC para o desenvolvimento do esporte	129

Figura 19	Fotografia de quadras poliesportivas do complexo completamente vazias em um dia de domingo (20/10), às 14 horas.....	139
Figura 20	Fotografia com panorama geral do campo de futebol oficial e da pista de atletismo do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA.....	140
Figura 21	Fotografia do campo de futebol em manutenção	140
Figura 22	Fotografia de “tabela de basquete” deteriorada, apenas com a estrutura e o aro, sem a tabela necessária ao jogo	140
Figura 23	Fotografia dos Jogos Internos da UFBA 2025.....	142
Figura 24	Fotografia da pista de atletismo e da caixa de saltos sem condições de uso	143
Figura 25	Fotografia do Complexo Esportivo Educacional da UFBA com vista para empreendimentos imobiliários em construção na orla do bairro de Ondina, na cidade de Salvador/BA	145

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	UNIVERSIDADE, CULTURA CORPORAL E ESPORTE	20
2.1	UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA	20
2.1.1	Privatização do ensino superior no Brasil	26
2.2	CULTURA CORPORAL E ESPORTE	35
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS NO BRASIL	43
2.4	ESPORTE UNIVERSITÁRIO	48
3	ESPORTE NA UFBA	69
3.1	HISTÓRICO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS	74
3.2	COMPLEXO ESPORTIVO E EDUCACIONAL	84
3.3	NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER DA PROAE	107
3.4	ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS	112
4	PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	118
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES.....	125
5.1	AS INICIATIVAS NACIONAIS	126
5.2	A SITUAÇÃO ATUAL NA UFBA	135
5.3	DEMANDAS EDUCACIONAIS ESPORTIVAS	146
6	SÍNTESE CRÍTICA PROPOSITIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS.....	162

1 INTRODUÇÃO

As possibilidades do esporte no campo educacional e as demandas esportivas na universidade motivaram a realização do presente trabalho de pesquisa, que foi desenvolvido ao longo do percurso acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Faced/UFBA). A pesquisa apresentada está vinculada ao grupo de pesquisa Mídia/Memória, Educação e Lazer (MEL), espaço em que foram abordadas as questões próprias do fazer científico e que orientam o trabalho. Ao longo do Mestrado, as disciplinas cursadas também ofereceram referenciais teóricos e metodológicos fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

O esporte é uma das manifestações da cultura corporal desenvolvida pela humanidade ao longo da história e pode ser praticado com diferentes finalidades, níveis de organização e regulamentação. É um direito assegurado pela Constituição Federal do Brasil, que, no seu artigo 217, afirma como “[...] dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um” (Brasil, 1988). O texto constitucional reconhece as manifestações do desporto educacional e desporto de alto rendimento, e diferencia o desporto profissional e não profissional. Também estabelece que o Poder Público deve incentivar o lazer como forma de promoção social.

Segundo o Diagnóstico Nacional do Esporte (2015), as principais motivações da população brasileira para a prática de esportes são: qualidade de vida e bem-estar, melhoria no desempenho físico, relaxar no tempo livre, se relacionar com os amigos e fazer novas amizades. No entanto, a maior parte da população brasileira não pratica esporte. Conforme indica esse estudo, a principal justificativa para a ausência de práticas esportivas na rotina foi a “falta de tempo”, em razão de outras prioridades na vida, a exemplo do estudo, do trabalho e da família.

Esta investigação tem, portanto, como objeto de estudo o esporte na universidade e localiza-se entre as pesquisas que abordam as políticas públicas esportivas, particularmente nas Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes). A problemática diz respeito às possibilidades para o desenvolvimento do esporte nas universidades federais brasileiras, em um contexto de austeridade fiscal e de outras políticas neoliberais que promovem a privatização da educação e cortes dos investimentos públicos nos orçamentos das Ifes. O problema de pesquisa está delimitado ao desenvolvimento do esporte na Universidade Federal da Bahia e a sua inserção no projeto institucional.

A pesquisa foi realizada com o objetivo geral de analisar a realidade e as possibilidades do esporte na Universidade Federal da Bahia. Assim, o estudo foi orientado a partir da seguinte questão central: quais são a realidade e as possibilidades para o desenvolvimento do esporte na UFBA? Outras questões levantadas no percurso da pesquisa foram: a) o que dizem os estudos sobre os conceitos de cultura corporal, esporte e esporte universitário?; b) quais são os resultados da produção acadêmica sobre o esporte universitário no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)?; c) quais políticas esportivas são desenvolvidas nas universidades federais brasileiras?; d) quais são as experiências de organização do esporte e efeitos das políticas de infraestrutura no espaço e nos equipamentos no Complexo Esportivo da UFBA?

São objetivos específicos do estudo: promover análise conceitual sobre cultura corporal, esporte e educação física e o balanço do conhecimento sobre o tema; mapear espaços e equipamentos esportivos em universidades federais, suas estruturas acadêmicas e administrativas, programas e políticas voltadas para o esporte, bem como o funcionamento dos centros, clubes e associações atléticas nas instituições de ensino; realizar levantamento das ações, projetos e programas esportivos realizados no Complexo Esportivo e Educacional (CEE) da UFBA e sobre o perfil e a diversidade dos participantes dessas práticas; analisar a situação atual do esporte na UFBA, considerando as condições de organização, infraestrutura e financiamento e, apresentar, em forma de síntese, uma crítica propositiva sobre a inserção do esporte na UFBA.

As justificativas da pesquisa são de ordens: política – porque a Constituição Brasileira estabelece o esporte como direito de cada um e dever do Estado, assim, a presente pesquisa busca discutir o planejamento de futuros projetos e ações na área, de modo a contribuir com a democratização das práticas esportivas; educacional – considerando que o acesso à cultura corporal é parte da formação humana e permite o desenvolvimento do esporte nas suas diferentes dimensões, e que o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFBA prevê contemplar a cultura corporal e o esporte no processo de formação na universidade; epistemológica – diante da necessidade de ampliar o número de estudos em uma área vital como é o esporte e sobre as suas possibilidades de contribuições nos campos da educação, da saúde, do lazer, entre outros; e cultural – pois o conhecimento científico adquire força material, política, ideológica e revolucionária quando é apropriado pela população.

A partir da pesquisa realizada, foi possível identificar demandas esportivas educacionais relacionadas à necessidade de construção de novos equipamentos esportivos e a reforma dos equipamentos existentes. A qualificação do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA é uma demanda histórica reivindicada pelo Departamento de Educação Física da Faculdade de Educação (Faced), que utiliza as instalações do complexo para as atividades de ensino, pesquisa e extensão do curso de formação de professores.

Demandas esportivas na universidade também estão expressas na mobilização dos estudantes para representar a UFBA nos Jogos Universitários em diversas modalidades esportivas, na organização das associações atléticas dos cursos de graduação da universidade, e na comunidade externa, incluindo jovens e crianças de comunidades localizadas no entorno do *campus*, como Calabar, Alto das Pombas e São Lázaro, que frequentam o complexo esportivo da universidade na condição de espaço público e gratuito.

Estudos realizados em universidades federais brasileiras, que discutem o comportamento para a atividade física entre estudantes e servidores e fatores sociodemográficos associados, demonstram a importância do desenvolvimento de programas de educação em saúde e incentivo às práticas físicas e esportivas como medidas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade acadêmica (Dumith, 2020; Toscano *et al.*, 2016; Fontes; Vianna, 2009).

Ao reconhecer que o acesso à cultura corporal e suas manifestações esportivas devem fazer parte da formação humana, cabe à universidade pública desenvolver práticas esportivas integradas ao seu projeto institucional, de modo a contemplar toda a comunidade acadêmica e, também, a comunidade externa. O desenvolvimento do esporte como um dos eixos de formação na universidade pública pode gerar contribuições fundamentais em diversas áreas, inclusive como parte das ações de assistência e de permanência estudantil e para a qualidade de vida dos trabalhadores.

A concepção de educação que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano, e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico, deve contemplar as dimensões que envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico (Frigotto, 2012).

É importante ressaltar, no entanto, que as possibilidades para o desenvolvimento da cultura esportiva e corporal nas universidades federais, e de tantas outras atividades de ensino, pesquisa e extensão, infraestrutura e assistência estudantil, estão diretamente relacionadas com a situação das Ifes – entre as quais a UFBA. Instituições essas que vêm

enfrentando cortes de recursos do orçamento público há cerca de uma década, situação denunciada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes, 2023).

Outro aspecto a ser observado diz respeito à expansão do ensino superior privado no país, conforme apontam dados do Censo da Educação Superior de 2023. Expansão que se dá, inclusive, a partir de políticas de transferência de recursos públicos do orçamento da União para as instituições privadas e que resultaram no endividamento de cerca de 1 milhão de estudantes brasileiros com o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), de acordo com informações do próprio Ministério da Educação (MEC/Inep, 2023).

As disputas e as contradições entre o público e o privado estão evidentes no ensino superior, e também no esporte e no espaço urbano. A desafetação de áreas públicas, com a transferência destas para a esfera privada, é tema de estudo da urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura da UFBA, Marina Teixeira, que aponta o processo de privatização da cidade. Salvador situa-se, assim, em um contexto de disputa pela atração de investimentos e de obediência à lógica neoliberal de privatização intensa do espaço urbano. Espaço esse que tem sido alvo de projetos que modificam a cidade de maneira acelerada, com a ação concentrada de grandes grupos corporativos privados e do poder público como legitimador e agente dessas velozes transformações (Teixeira, 2014).

Teixeira cita a Lei Municipal nº 9.775/2023, através da qual foram desafetadas 44 áreas, com o total de mais de 131 mil metros quadrados apenas no ano de 2023. Segundo a pesquisadora, os processos de desfazimento de áreas públicas são recorrentes, sem consulta à população, às associações e instituições locais, sem discussões públicas nos bairros afetados e sem estudos ambientais, urbanísticos, sociais e econômicos prévios. Terrenos que seriam importantes para compor a vida pública em diversos bairros, com a criação de praças, proteção de recursos naturais, além de áreas previstas para edificações institucionais – a exemplo de escolas, creches, e centros comunitários – estão sendo transferidos a agentes privados. Conforme constata a autora, a lógica neoliberal de planejamento estratégico, que comprehende a cidade como empresa e mercadoria, vem imperando na elaboração dos planos e dos projetos urbanos (Teixeira, 2024).

O acesso a áreas de lazer, assim como jornadas justas de trabalho e a segurança pública, são alguns dos aspectos que impactam diretamente nas possibilidades de praticar atividade física (Carvalho; Freitas; Akerman, 2021). O complexo esportivo da UFBA está situado em um terreno público de cerca de 68 mil metros quadrados, no bairro Ondina, em Salvador, região alvo de especulação imobiliária que atrai empreendimentos milionários. O

avanço da privatização do espaço urbano e do ensino superior são, portanto, desafios que precisam ser superados para a consolidação de um centro popular de referência para a cultura corporal e esportiva nesse espaço, contribuindo para a democratização das práticas esportivas no *campus* universitário e na cidade de uma maneira geral.

Diante da necessidade de considerar todas essas questões que determinam as possibilidades de desenvolvimento do esporte em uma universidade pública federal, para compreender o objeto de estudo em sua totalidade e múltiplas determinações, a pesquisa tem o materialismo dialético com referencial teórico. Busca-se, assim, através dessa teoria do conhecimento, método e instrumentos para a compreensão da realidade, estabelecendo nexos e relações entre o singular, o particular e o geral. Dessa maneira, a análise da situação da UFBA está embasada na compreensão do esporte, da universidade e da educação superior a partir de suas determinações históricas, em uma sociedade que tem o capitalismo como modo de produção, e dos diferentes projetos em disputa. A definição dialética das categorias “realidade” e “possibilidade” orienta a reflexão sobre as contradições, as limitações e os desafios que devem ser superados para assegurar condições necessárias para que as possibilidades identificadas ao longo do estudo se transformem em realidade.

Na seção a seguir, a segunda seção do texto, são discutidos os conceitos de universidade, esporte e cultura corporal e as políticas públicas esportivas e educacionais no país, tendo como referencial as teorias críticas da Educação, da Educação Física e da Economia Política. O final da seção é dedicado para aprofundar o conhecimento sobre a realidade do esporte nas universidades federais brasileiras, a partir da contribuição de trabalhos acadêmicos mapeados no banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A terceira seção aborda o histórico do esporte na UFBA e a sua inserção no projeto institucional, com informações reunidas durante a pesquisa em documentos oficiais da Universidade, no Repositório Institucional (RI) da UFBA, no portal eletrônico oficial e no *site* de notícias dessa instituição, o Edgardigital. Também se considerou, entre as fontes de informação, uma série de documentos, livros, matérias de jornais, teses e dissertações etc.

Os procedimentos de pesquisa e a sua base teórico-metodológica estão referenciados na quarta seção, que precede a análise e a discussão das informações, na quinta seção, que apresenta as informações reunidas durante a pesquisa em documentos institucionais e portais eletrônicos oficiais de 27 Ifes localizadas nos 26 estados da federação e no Distrito Federal. O objetivo dessa busca foi o de identificar espaços e equipamentos esportivos, estruturas

acadêmicas e administrativas voltadas para o desenvolvimento das práticas esportivas nas universidades.

A quinta seção apresenta, também, os resultados do estudo de campo realizado no Complexo Esportivo e Educacional (CEE) da UFBA e o levantamento de informações através do contato com setores da universidade responsáveis pelo desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte. Essa etapa da pesquisa teve por objetivo mapear ações, projetos e programas esportivos, além de identificar o perfil e a diversidade dos participantes dessas práticas. A experiência contribuiu para a análise das condições de organização, infraestrutura e financiamento do esporte na universidade, a fim de compreender a situação atual na UFBA e as demandas esportivas educacionais.

Reflexões a respeito das demandas esportivas identificadas na universidade apontam possibilidades de promoção de práticas orientadas para a formação humana emancipatória, via acesso à cultura corporal, com a inserção do esporte no currículo universitário através de disciplinas optativas, atividades de extensão ou como estágio supervisionado para determinados cursos. Dessa maneira, a presença do esporte no projeto pedagógico das universidades federais brasileiras poderá contribuir para a democratização das práticas esportivas e da cultura corporal e para a transformação social necessária.

A seção final do estudo reflete sobre as possibilidades de desenvolvimento do esporte na universidade, considerando as particularidades da UFBA e as experiências de outras universidades do país. Essas experiências demonstram que, apesar da dificuldade orçamentária enfrentada em tempos de austeridade fiscal e de outras políticas neoliberais, é possível avançar com a formulação de políticas de esporte e a qualificação de espaços e equipamentos esportivos nas Ifes. Essa construção, cabe ressaltar, demanda mobilização política e institucional para a definição de diretrizes, de planos e de políticas para a defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Nesse sentido, é fundamental ressaltar que as possibilidades de melhoria das condições físicas, estruturais e humanas das universidades federais estão diretamente relacionadas ao financiamento público da educação e à recomposição orçamentária das instituições de ensino. Isso implica a compreensão da educação não como um gasto público, mas como um investimento essencial para a formação humana e para o desenvolvimento do país.

2 UNIVERSIDADE, CULTURA CORPORAL E ESPORTE

A discussão conceitual sobre universidade, cultura corporal e esporte, e sobre as políticas públicas esportivas e educacionais no Brasil, constitui a presente seção, que também apresenta os resultados do levantamento efetuado no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, com o propósito de analisar a produção científica sobre o esporte universitário no país.

Informações do *Diagnóstico Nacional de Esporte*, do *Censo da Educação Superior*, do *Relatório de Acompanhamento de Metas do Plano Nacional da Educação* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), entre outras fontes, ajudam e compreender a realidade concreta da educação e do esporte no país. Essas informações embasam, também, a análise proposta quanto às possibilidades de desenvolvimento do esporte na universidade, em uma instituição de ensino superior pública, neste caso, a UFBA.

2.1 UNIVERSIDADE E DEMOCRACIA

A universidade moderna teve a sua legitimidade fundada na ideia de autonomia do saber em face da religião e do Estado. No entanto, sendo uma instituição social, que exprime a estrutura e o modo de funcionamento de determinada sociedade, a sua autonomia é possível apenas em um Estado republicano e democrático (Chauí, 2003). Para a mesma autora,

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber (Chauí, 2003, p. 5).

A Constituição Federal do Brasil de 1988, promulgada no processo de redemocratização do país e na perspectiva de estabelecer os direitos sociais e individuais, define, no seu Art. 207, que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (Brasil, 1988).

O exercício da autonomia universitária, contudo, está diretamente vinculado à elaboração da peça orçamentária anual, conforme argumenta Chauí (2003, p. 13), “[...] pois é esta que define prioridades acadêmicas de docência e pesquisa, metas teóricas e sociais, bem como as formas dos investimentos dos recursos”. Desse modo, “[...] para que haja

autonomia com caráter público e democrático é preciso que haja discussão dos orçamentos por todos os membros da universidade, segundo o modelo do orçamento participativo” (Chauí, 2003, p. 13).

A democratização do fundo público, conforme Chauí (2003), significa investi-lo para assegurar os direitos sociais, entre os quais está a educação, e não para a acumulação e a reprodução do capital – como o faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo”. No entender de Chauí (2003, p. 12), “[...] é pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade”.

A esse respeito, é importante lembrar que o orçamento público da União é planejado através da Lei do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Propostas pelo Poder Executivo, as referidas leis devem ser aprovadas pelo Congresso Nacional, representante de diferentes grupos de interesse da sociedade que disputam frações do orçamento público.

O Congresso exerce, portanto, influência direta na destinação dos recursos públicos, inclusive por meio de emendas parlamentares que vêm sendo questionadas quanto a sua transparência e chegaram a ser suspensas, no ano de 2024, por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que condicionou a sua liberação ao cumprimento de regras de transparência e de rastreabilidade que permitam o controle social do gasto público, com a identificação de origem exata da emenda parlamentar e o destino das verbas, entre outras medidas.

O Plano Nacional de Educação (PNE), de referência para o período 2014-2024, definiu, entre as suas metas, a necessidade de ampliar o investimento estatal em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao final do decênio. No entanto, o *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do PNE*, divulgado pelo Inep em 2024, destaca, em relação à referida meta, que seria necessário dobrar, em termos reais, os recursos aplicados em educação pública, considerando um cenário hipotético de estabilidade real do PIB. Levando-se em conta o período 2015-2022, a participação desse gasto no PIB ficou longe do previsto, em torno de 5,0% (Inep, 2024).

Em relação à meta de elevar a taxa bruta de matrículas na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas no segmento público, o previsto não foi concretizado. Conforme indica o relatório do Inep, para a taxa bruta de matrículas, o país havia alcançado apenas 40,5% até o segundo trimestre de 2023. Já a taxa líquida – que considera também o percentual da população de 18 a 24 anos que não frequenta, mas já concluiu algum curso de graduação – chegou a 25,9%.

Para a participação do segmento público na expansão de matrículas, o objetivo estabelecido pelo PNE 2014-2024 era o de atingir, ao menos, o índice de 40%. No entanto, entre 2012 e 2022, o segmento público respondeu por apenas 7,2% da expansão de matrículas. O sistema de educação superior teve um adicional de 2.226 milhões de matrículas, mas apenas 179 mil foram no segmento público, indicando, desse modo, a considerável expansão do ensino privado no país. Desse modo, o documento conclui que a meta está distante de ser cumprida.

A respeito desse contexto, cabe ressaltar com Leher (2019), que as mudanças operadas no âmbito do Conselho Federal de Educação (CFE), durante a vigência da ditadura militar no Brasil (1964-1985), facilitaram a expansão do ensino superior privado a partir de alterações na legislação. Mudanças essas que permitiram ampliar o repasse dos recursos públicos para as instituições de ensino particulares, bem como as políticas de crédito subsidiado aos estudantes para aquisição de vagas na rede privada.

Esse processo de expansão do ensino superior privado avançou exponencialmente com as políticas neoliberais nos anos 1990. Como consequência, ressalta Leher (2019, p. 160), “[...] grandes grupos educacionais dos países do núcleo do imperialismo passaram a ambicionar com vigor redobrado a ampliação de seus negócios em direção aos países ditos emergentes, notadamente aqueles que possuem pequena cobertura pública, como é o caso do ensino superior no Brasil”.

Essa realidade pode ser observada nos dados obtidos pelo Censo da Educação Superior de 2023, os quais indicam que apenas dois de cada 10 jovens brasileiros entre 18 e 24 anos frequentam a educação superior (Brasil, 2024). Os dados também evidenciam o processo de privatização do ensino superior brasileiro, que aumentou 7,3% no período de um ano, enquanto a rede de ensino público apresentou pequena queda de 0,3%. Um total de mais de 7,9 milhões de matrículas foram registradas em instituições privadas, somando cerca de 80% dos quase 10 milhões de estudantes matriculados, dos quais pouco mais de 2 milhões foram para a rede pública de ensino.

De acordo com o Artigo 55 da LBD 9.394/96, cabe à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas (Brasil, 1996). Conforme ressalta Salles (2020), a universidade pública é o ambiente natural da pesquisa científica no Brasil, com índices de produção científica nacional que comprovam essa afirmativa de forma incontestável, bem como a qualidade da formação oferecida pelas instituições públicas. Salles define, assim, as Universidades como patrimônio inigualável, como uma aposta

segura e de longo prazo da sociedade em sua independência intelectual, em seu bem-estar, em medidas elevadas do interesse comum. E, além disso, comprehende que a universidade necessária para servir a interesses mais elevados da ciência, da formação acadêmica e de nosso povo, tem que ser pensada para além de sua condição atual, como uma aposta utópica em seu melhor potencial. No entanto, o mesmo autor aponta que,

No interior das políticas governamentais, oscilamos muitas vezes entre um projeto verdadeiramente progressista de universidade, sendo esta concebida como um lugar privilegiado e, sobretudo, público para a produção de conhecimento e formação de pessoas, e projetos mais instrumentais, que lhe retiram a singularidade e não distinguem as tarefas acadêmicas voltadas a projetos estratégicos da sociedade dos interesses postos pelo mercado de trabalho (Salles, 2020, p. 19).

Em anos recentes, com a ascensão da extrema direita que ocupou a Presidência da República, entre 2019 e 2022, a universidade pública e a ciência foram diretamente atacadas por um projeto reacionário nos costumes e neoliberal na política econômica. Esse projeto foi responsável por defender a implantação do Programa Future-se, que foi amplamente rejeitado pelo conjunto das universidades federais na ocasião. O então reitor da UFBA naquele período, João Carlos Salles, define o Future-se como a tradução medíocre do projeto das elites de ataque sistemático à universidade pública, apontando o comprometimento da autonomia da universidade, o descompromisso do Estado com o financiamento público do ensino superior federal e as ameaças à mercantilização do espaço público.

Salles (2020) defende que a universidade jamais deve se tornar uma empresa ou ser reduzida a uma repartição pública qualquer. Conforme constata, o Programa Future-se fazia menção ao patrimônio das universidades como forma de ampliarem suas cotas de participação em fundos, de modo que “[...] revela uma perigosa preferência mercantilista, ainda mais por conhecermos todos o cerco antigo do mercado imobiliário sobre áreas nobres ocupadas pelas universidades e por prédios históricos” (Salles, 2020, p. 194). Assim, conclui que “[...] o programa parece estimular que se abram as portas para um cerco aos bens imóveis das universidades, que se veriam constrangidas, em tempos difíceis, a desvirtuar-lhes o uso ou a desfazer-se de patrimônios” (Salles, 2020, p. 194).

Segundo Chauí (2003), as reformas do Estado no período de avanço das políticas neoliberais no Brasil afetaram a universidade pública, que passou a ser vista como organização prestadora de serviços e não mais como uma instituição social. Essa visão organizacional fomenta uma universidade regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, estruturada por estratégias e programas de eficácia. A autora também ressalta o processo de desmantelamento das universidades públicas diante do

avanço dos processos de privatização, terceirização e de massificação. Assim, Chauí (2003, p. 11) defende “[...] que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio, nem um serviço”.

Chauí (2003, p. 12) destaca, portanto, a necessidade de defender a universidade pública “[...] tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada”. Assim, propõe romper com o modelo proposto pelo Banco Mundial com a pretensão de resolver os problemas da educação superior por meio da privatização das universidades públicas ou pelos incentivos financeiros dados a grupos privados de ensino superior.

Elaborada essa reflexão necessária a respeito dos desafios do ensino público universitário, retoma-se o histórico do esporte em instituições de ensino superior. Os primeiros registros do esporte universitário no Brasil ocorreram no final do século XIX, conforme aponta Hatzidakis (2006), em texto sobre esse assunto para o *Atlas Nacional do Esporte*. No cenário internacional, a regata de remo entre as Universidades de Oxford x Cambridge na Inglaterra, em 1829, foi a primeira competição universitária reconhecida pela Federação Internacional do Desporto Universitário (Fisu), fundada em 1949.

A regulamentação do desporto universitário nacional tem como marco inicial o Decreto-Lei n. 3617, de 1941, que instituiu a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e os Jogos Universitários Brasileiros (JUB). A legislação também determinou a construção de praças esportivas em universidades e demais Ifes como uma das condições para autorização e reconhecimento federal, e criou as Associações Atléticas vinculadas aos Centros Acadêmicos.

Nos anos 1970, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), a Lei n. 6.251/75 desvinculou dos Centros Acadêmicos a prática e a organização do esporte universitário, obrigando a criação de associações atléticas como entidades autônomas e únicas formadas por alunos a poderem organizar o esporte dentro das instituições de ensino (Hatzidakis, 2006, p. 10-19).

Castellani Filho (1988) fala sobre a reforma universitária de 1968 e a inclusão compulsória da educação física no ensino superior (Decreto-Lei n. 705/69) como uma forma de esvaziar qualquer tentativa de rearticulação do movimento estudantil, que sofrera violenta repressão, de ordem tanto física quanto ideológica, durante a ditadura. Sendo assim, o caráter

lúdico-esportivo de suas atividades deveria colaborar para a alienação dos jovens estudantes brasileiros.

A partir das décadas de 1980-1990, universidades por todo o Brasil usaram o esporte como estratégia de marketing, com os investimentos próprios através da manutenção de equipes sem, necessariamente, serem os atletas alunos da instituição. O objetivo desse investimento era a divulgação, conforme lembra Hatzidakis (2006), a exemplo da Universidade Gama Filho (RJ), que apoiou diversos alunos-atletas do atletismo, e a Universidade Metodista de Piracicaba (Unimep-SP), que patrocinou uma equipe de basquetebol feminino profissional.

Hatzidakis (2006) aponta que o esporte universitário envolve manifestações do esporte de rendimento – praticado por alunos selecionados dentro de cada Instituição de Ensino Superior, com objetivo de participar de competições entre as universidades e campeonatos oficiais promovidos pelas Federações Universitárias Estaduais e pela CBDU; do esporte de participação – praticado pelos alunos sem qualquer tipo de seleção, em competições internas ou atividades esportivas recreativas com outros alunos, visando a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção de saúde e da educação; e do esporte educacional – praticado por meio da Educação Física Curricular ou nas Entidades Acadêmicas Esportivas, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral e a formação para a cidadania e o lazer.

Conforme previsão legal, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário tem como atribuição o planejamento e a gestão do esporte universitário no país. Constituída por 27 Federações Esportivas Universitárias Estaduais, a CBDU é filiada à Fisu, sendo responsável pela representação brasileira nas Universíade, principal competição esportiva universitária no cenário internacional, e em campeonatos mundiais universitários das diversas modalidades.

A CBDU realiza, anualmente, os JUBs, maior evento esportivo do calendário nacional, que reúne cerca de 5 mil atletas de todo o país. Esses Jogos são compostos por etapas estaduais, promovidas pelas Federações Universitárias Estaduais, que classificam os seus representantes para a etapa nacional. Podem participar dos eventos apenas estudantes com matrícula ativa em uma Instituição de Ensino Superior (IES) regularmente filiada à uma Federação Estadual. Cabe à IES providenciar o transporte de suas equipes, de estudantes-atletas e de comissões técnicas até as cidades sede para a participação nos jogos. O regulamento dos JUBs permite a participação de estudantes de 18 a 25 anos. Há exceções

para cada modalidade, que podem contar com um ou dois atletas fora do limite de idade, de acordo com os regulamentos específicos.

Em 2024, a fase final dos JUBs foi realizada em Brasília, com a promoção de eventos em 31 modalidades esportivas, incluindo esportes tradicionais, dentre eles, Atletismo, Natação, Judô, Basquetebol, Futsal, Handebol e Voleibol, e esportes eletrônicos, como *League of Legends* (LoL), Futebol Eletrônico, entre outros. O calendário anual da CBDU também abrange a programação dos JUBs Praia, JUBs Futebol, Futebol 7 e *Rugby* 7.

2.1.1 Privatização do ensino superior no Brasil

O Censo da Educação Superior 2023 evidencia o avançado processo de privatização do ensino superior no Brasil, que tem quase 80% do total de matrículas registradas em instituições em ensino superior privadas. Os dados do Inep indicam que penas quatro IES privadas concentram 24% do total de estudantes de todo o país: Centro Universitário Leonardo Da Vinci, Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Universidade Cesumar e Universidade Estácio de Sá (MEC/Inep, 2024).

Já na rede de ensino público, segundo dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), as instituições públicas federais vêm sofrendo com a redução de recursos orçamentários. Isso acontece apesar de a rede pública ter registrado aumento do número de matrículas nos últimos 10 anos, conforme registra o Censo da Educação Superior. Nota da Andifes sobre o orçamento e a infraestrutura das universidades federais, de 15 de dezembro de 2023, destaca que:

Mesmo desempenhando um papel fundamental para o desenvolvimento do Brasil e redução das desigualdades sociais, as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) enfrentam uma situação dramática devido a sucessivos cortes orçamentários de anos anteriores, afetando negativamente o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, de excelência reconhecida nacional e internacionalmente (Andifes, Brasília, 2023).

A referida nota expressa preocupação com o fato de o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) para 2024 conter um orçamento menor para as universidades federais do que o montante conquistado em 2023 com a PEC da transição, e afirma que seriam necessários R\$ 2,5 bilhões nos recursos discricionários no PLOA 2024 para totalizar cerca de R\$ 8,5 bilhões, valor um pouco inferior ao orçamento de 2017 corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

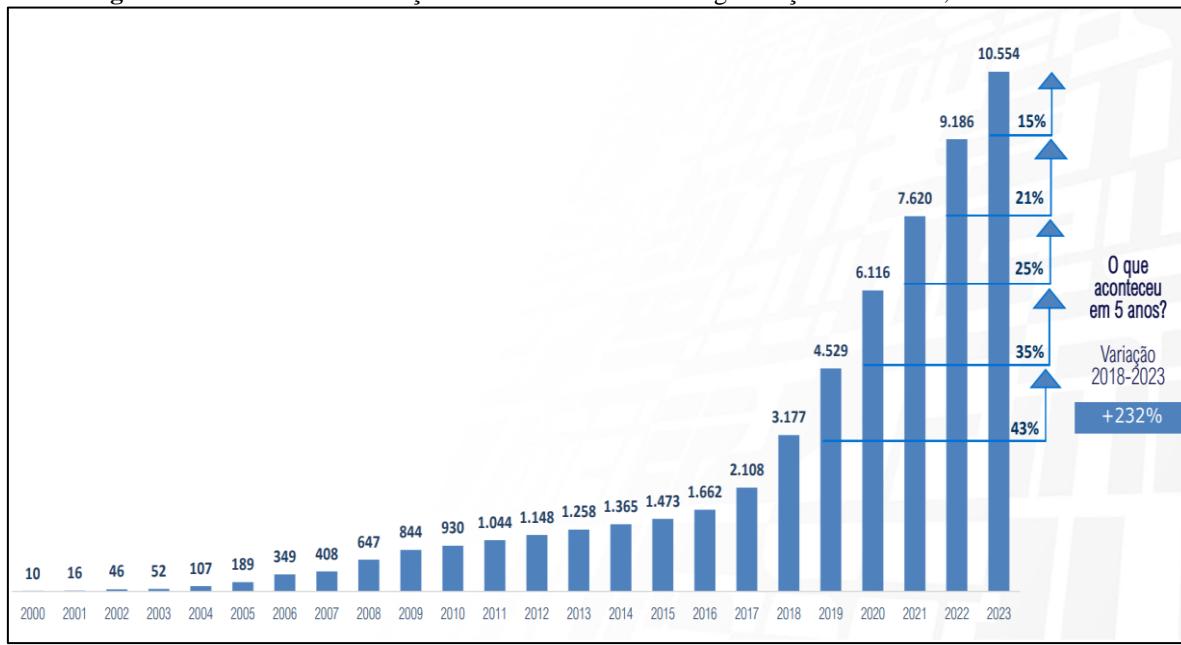
A expansão das matrículas privadas no Brasil se deu, em um primeiro momento, no período da ditadura empresarial-militar (1964-1988), conforme afirma Seki (2021), que

também sinaliza um outro período do ensino superior privado a partir de meados dos anos 1990, com o avanço de políticas neoliberais no país. O autor aponta a LDB (Brasil, 1996) como uma das medidas de direcionamento estatal que favoreceu as IES privadas e suas mantenedoras. A referida legislação permitiu que instituições de ensino superior privadas se tornassem instituições com fins lucrativos e adquirissem quaisquer das formas jurídicas previstas no Código Civil brasileiro, inclusive a forma de sociedades anônimas, para negociarem ações na bolsa de valores. Esse processo também foi impulsionado por programas de transferência de recursos públicos para as instituições de ensino superior privadas, a exemplo do Fies e do Prouni, estimulando o financiamento estudantil e o endividamento de milhares de estudantes.

Ao abordar os elementos sobre o modo de operação da finança no ensino superior, Seki (2021) constata que o cenário educacional brasileiro é majoritariamente determinado pelos capitais financeiros. Conforme demonstra, as maiores instituições de ensino superior privado orientaram a sua gestão e operação para a negociação pública de ações nas maiores praças financeiras brasileiras e internacionais, recebendo fluxos de capitais monetários em busca de rentabilização financeira. Essas instituições contam com aportes de fundos de investimentos privados. Dessa forma, em articulação com os grandes bancos e seguradoras, foram formados verdadeiros oligopólios através dessas empresas de ensino, com aquisição das instituições de pequeno e médio porte que sucumbiram à concorrência.

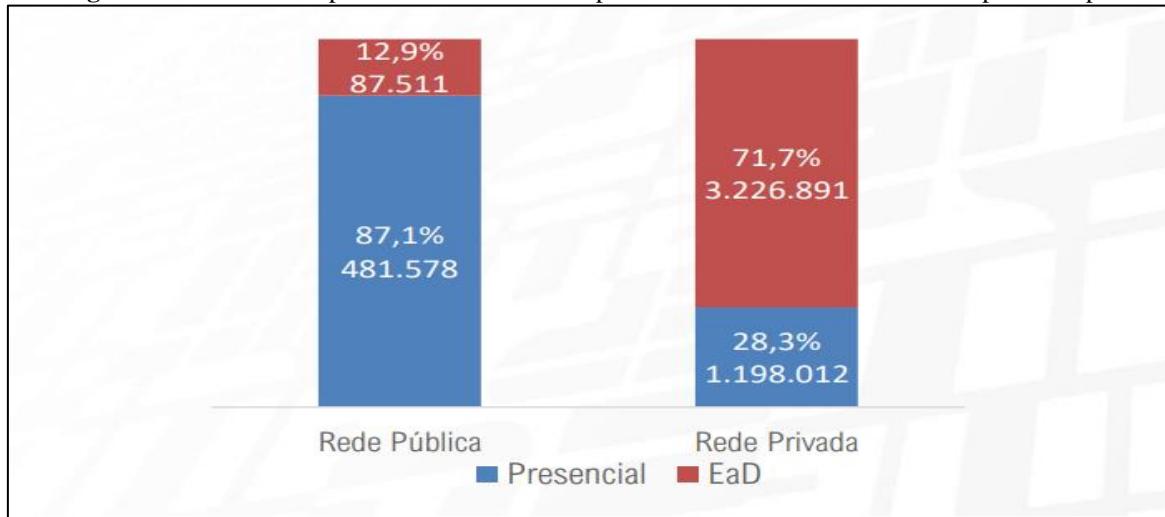
Do total de 4.993.992 de estudantes que ingressaram em cursos de graduação no ano de 2023 – incluindo cursos presencial e EaD –, 4.424.903 matricularam-se em instituições privadas, enquanto a rede pública registrou apenas 569.089 matrículas, sendo 353.668 destas em instituições federais de ensino (MEC/Inep, 2024).

O Censo da Educação Superior 2023 aponta como outra tendência a expansão dos cursos de graduação na modalidade de Ensino a Distância (Ead). No período 2018-2023, o número de cursos de graduação a distância cresceu 232%, saltando de 3.177 para 10.554, conforme é possível verificar no gráfico com evolução do número de cursos de graduação a distância (Figura 1).

Figura 1 – Gráfico com evolução do número de cursos de graduação a distância, Brasil 2000-2023

Fonte: MEC/Inep (2024).

Na rede pública, as matrículas em cursos presenciais somam 87,1% do total. Realidade inversa à da rede privada, que concentra 71,7% das matrículas em cursos EaD (Figura 2). Enquanto nas IES privadas com fins lucrativos apenas 31% dos alunos frequentam cursos presenciais, nas IES sem fins lucrativos esse percentual salta para 74% (Brasil/Inep, 2023, 2024).

Figura 2 – Gráfico com percentual de matrículas por modalidade de ensino nas redes pública e privada

Fonte: MEC/Inep (2024).

O Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), divulgado pelo Inep, em 2024, ressalta que a taxa média de conclusão de curso por matrícula é de apenas 40%, ou seja, 60% das matrículas não produzem um diplomado. Essas taxas são ainda menores no segmento privado e na modalidade EaD. Assim, chama a

atenção para o desafio da conclusão dos cursos de graduação para os estudantes brasileiros. Além de garantir o acesso ao ensino superior, é preciso proporcionar as condições de permanência dos estudantes até a conclusão do curso. Nesse sentido, as políticas afirmativas e a assistência estudantil são ações estratégicas fundamentais que devem ser contempladas pelas instituições de ensino.

O relatório do Inep aponta que durante a vigência do PNE 2014-2024 ocorreu uma transformação estrutural na oferta da educação superior no Brasil, liderada, em sua maior parte, pela expansão do segmento privado com fins lucrativos na modalidade EaD. Essa expansão ocorreu de forma a produzir um efeito de substituição sobre as matrículas presenciais das IES privadas sem fins lucrativos.

Frente ao aumento descontrolado dos cursos de graduação EaD no país, o Ministério da Educação publicou a Portaria n. 2.041/2023, que suspendeu temporariamente o processo de autorização de cursos superiores e de credenciamento de instituições de educação superior na modalidade à distância. A proposta de regulamentação de oferta de cursos de graduação EaD foi posta em discussão, por decisão do MEC, através da Portaria n. 1.838, de 14 de setembro de 2023.

Ao analisar o papel estratégico do EaD para as empresas de ensino privado, Seki (2021) aponta que

Essa modalidade de ensino aumenta a capacidade de captação dos estudantes que não podem pagar ou cursar a modalidade presencial e aumenta a retenção ao permitir que o estudante que perdeu as condições de estudar presencialmente possa, na mesma instituição, fazer a transferência interna de modalidade (Seki, 2011, p. 325).

Seki (2021) acrescenta que inúmeras formas de trabalho terceirizado e precarizado emergiram com o avanço da modalidade de EaD, dentre as quais estão: criadores de conteúdo, formuladores de questões de avaliação, corretores de avaliações. Conclui, assim, que “[...] é sobre o lombo dos trabalhadores e das massas falidas dos capitalistas menores que se erguem os grandes monopólios” (Seki, 2021, p. 295). Diante disso, Seki afirma que

O segredo é a redução da força de trabalho dos professores da equação, tanto quanto seja possível, sendo estes substituídos por tutores, monitores ou por qualquer outra nomenclatura: é a supressão do caráter intelectual próprio da docência universitária o que está em questão. Trata-se aqui da precarização do papel docente, reduzido a uma função de apoio aos sistemas de ensino informatizados e ao ensino-programado (apostilas etc.) (Seki, 2021, p. 326).

O capital, por óbvio, procura orientar a formação do trabalhador a partir dos próprios interesses, o que resulta uma formação técnica e acrítica. O rebaixamento da formação de

professores em curso implica, também, o rebaixamento da formação da classe trabalhadora. Compreender as relações capital x trabalho é, portanto, fundamental para discutir políticas públicas para a educação, o esporte e o lazer, a formação de professores e a realidade do trabalho docente no país, de modo a pensar outro modelo de educação para a emancipação da classe trabalhadora.

Com a tendência de “uberização” do mercado de trabalho, as empresas, muitas vezes, não são mais responsáveis pelo vínculo com os trabalhadores, negando-lhes qualquer direito trabalhista. O termo faz referência ao motorista de Uber, responsável pelos custos com a manutenção do veículo, do combustível e dos serviços prestados, que precisa dividir seus ganhos com uma plataforma que não lhe garante direitos básicos. Muitas vezes, esses profissionais precisam trabalhar até 16 horas por dia para conseguir condições mínimas de sobrevivência, uma forma de exploração vendida como “empreendedorismo” à população sem qualquer perspectiva.

Amanda Silva e Vânia Motta (2019), ao abordarem “o precariado professoral” e as tendências de precarização que atingem o trabalho docente de um modo geral, definem da seguinte forma essa categoria:

[...] são profissionais que vivem sob condições degradantes e aliam sobrecarga profissional, falta de perspectiva de uma carreira com acréscimos salariais ou licenças especiais decorrentes do tempo de serviço, baixa remuneração, insegurança, desamparo, ausência de salário no período de férias, em que não vigora o contrato, falta de reconhecimento e valorização social. Contudo, o medo do desemprego e a necessidade de assegurar a sobrevivência faz com que esses profissionais acabem por aceitar as situações mencionadas (Silva; Motta, 2019, p. 17).

Conforme essas autoras, a precarização e a expropriação atingem todas as categorias sociais do mundo do trabalho, inclusive servidores públicos estáveis, e não apenas o precariado. Assim, denunciam o avanço do projeto de desmonte da educação pública e a exploração do trabalho docente. A aprovação da Emenda Constitucional n. 95/2016, que congelou os investimentos públicos por 20 anos, limitando o aumento das despesas do governo à inflação registrada no ano anterior, afetou investimentos e gastos sociais, comprometendo o financiamento da educação pública no Brasil. À medida que se estabeleceu um “teto de gastos”, as áreas da saúde e da educação foram incluídas nesse arcabouço fiscal, com consequências dramáticas para os serviços públicos.

Pedro Rossi *et al.* (2019) discutem a austeridade fiscal e o financiamento da educação no Brasil, destacando que a liberalização dos mercados e as privatizações, junto com a austeridade, compõem os três pilares centrais do neoliberalismo. Apontam que essas

medidas de austeridade ocorrem no Brasil em um período de extrema instabilidade política e de aumento das tensões de classes, e afetam a parcela mais pobre da população, principal vítima dos cortes de investimentos públicos em razão de políticas de austeridade ambicionadas por segmentos políticos conservadores que visam aprofundar as reformas neoliberais e revogar o contrato social da Constituição Federal de 1988.

No entender de Rossi *et al.* (2019, p. 8-9) “A racionalidade dessa política é, portanto, a defesa de interesses específicos e é ainda um veículo para corroer a democracia e fortalecer o poder corporativo no sistema político”. Afiram, ainda, que a EC95 foi mais uma iniciativa contrária à consolidação dos direitos sociais no Brasil, ou seja,

Essa drástica redução da participação do Estado na economia é representativa de outro projeto de país, diferente daquele almejado pela Constituição de 1988, uma vez que reduz substancialmente os recursos públicos para garantia de direitos sociais como saúde, educação, previdência e assistência social (Rossi *et al.*, 2019, p. 10).

Os autores lembram, também, que os efeitos dos cortes de gastos na área de educação podem ser observados desde 2015, com a queda na dotação de recursos para a área, especialmente para os gastos federais com investimento em educação. Alertam, ainda, que a continuidade das políticas de austeridade pode comprometer o financiamento da educação pública e o futuro das próximas gerações, razão pela qual defendem como necessário colocar em discussão alternativas que passem pelo fortalecimento da educação pública como vetor de desenvolvimento do país.

De acordo com Shiroma e Souza (2022, p. 4), “[...] no contexto da financeirização globalizada, a educação pública passa a ser mais um espaço de valorização do valor, e as contrarreformas operadas permitem essa acumulação, particularmente as que avançam sobre o papel do Estado”. As autoras consideram o fenômeno de financeirização da educação como uma forma de o capital espraiar seus tentáculos sobre recursos públicos, por meio de empresas educacionais que negociam suas ações na bolsa de valores, possibilitadas por meio da Lei nº 9.870/1999, que permitiu a abertura de capital por parte das instituições privadas de Ensino Superior. Diante disso, acrescentam que “[...] podemos inferir que a adoção do conceito alargado de sistemas educacionais expressa um projeto em curso, que passa a nortear os propositores de políticas educacionais e a legitimar a presença, a atuação e a gestão privada em todos os âmbitos educacionais” (Shiroma; Souza, 2022, p. 18).

De acordo com Shiroma e Souza (2022), as investidas sobre a educação pública no Brasil podem ser observadas por meio de políticas e projetos que permitem a drenagem dos recursos do fundo público para entidades privadas, a exemplo do ProUni e do Fies. Conforme

argumentam, o orçamento público também expressa a contradição de uma sociedade de classes e é disputado por diferentes frações da burguesia e pelos trabalhadores. Para essas autoras,

[...] o fundo público, compreendido como um compósito de mais valia e trabalho necessário constituído pelo trabalhador, é destinado ao mercado financeiro de forma crescente, para sanar a crise de superprodução de capital fictício. O Estado, no intuito de angariar recursos, diminui o gasto com políticas sociais e lança títulos públicos no mercado, que garantem aos seus compradores a participação nas receitas estatais anuais. Isso significa que o orçamento público entra no butim a ser disputado entre as frações da burguesia e cada vez menos retorna em forma de políticas sociais ao trabalhador (Shiroma; Souza, 2022, p. 7-8).

Seki (2021), por sua vez, entende que a captura do fundo público pelo financiamento das mensalidades no ensino superior favoreceu a expansão de cursos ofertados por instituições privadas, catapultada pelos programas que permitiram a transferência de recursos públicos para os grandes capitais de ensino. Desse modo, “[...] com o FIES, o pagamento passou a ser efetivado por meio de certificados federais representantes de dívida contra o Tesouro Nacional. Ou seja, em termos práticos, através de títulos de dívida pública” (Seki, 2021, p. 160). Em outras palavras, o governo brasileiro custeia o pagamento das matrículas nas instituições privadas através de certificados do tesouro nacional, emitindo títulos da dívida pública em favor dessas instituições a cada estudante matriculado. O estudante, após concluir o curso, deve restituir os valores ao Estado por meio de financiamento com juros subsidiados, modelo que provocou o endividamento de mais de um milhão de jovens brasileiros. De acordo com dados do próprio Governo Federal (MEC, 2023), mais de 1 milhão de estudantes tinham dívida com o Fies. Em sua análise, Seki vai além, mencionando que

[...] importa, ainda, para esses capitais alcançar as práticas pedagógicas, os métodos de ensino, a formação específica dos alunos, a formação de professores, os materiais didáticos, os livros, as apostilas, os sistemas de ensino. Desse modo, assim como na ditadura empresarial-militar de 1964, ressalta-se a proximidade que os capitais privados de ensino têm do ajustamento da educação humana aos parâmetros imediatos do padrão de acumulação capitalista vigente em cada tempo histórico (Seki, 2021, p. 363).

Dessa forma o capital passa a comandar a formação dos trabalhadores a seu modo. No caso da formação docente, apostase em uma formação aligeirada, restando a esse profissional operar sistemas e materiais didáticos para um ensino programado de acordo com os interesses do capital. Nesse projeto, desaparece a função mediadora dos docentes nos processos de ensino-aprendizagem e, com isso, elimina-se o risco das pedagogias críticas e do desenvolvimento do pensamento emancipatório.

Shiroma e Souza (2022) argumentam que a disseminação da ideologia burguesa teve um papel decisivo para que a educação fosse compreendida como um serviço, e não como direito. Segundo analisam, as políticas de incentivo à parceria com Organizações não Governamentais (ONG) e as chamadas parcerias público-privadas (PPP) viabilizaram caminhos para que o setor privado se firmasse como provedor de mercadorias e serviços educacionais, avaliador, gestor e formulador de políticas públicas.

Em um período de recrudescimento das ações do capital em busca de ampliar sua valorização, conforme constatam as autoras, todas as esferas da vida humana são passíveis de mercantilização, e essas áreas incluem educação, saúde e previdência social. Nesse contexto, “a dinâmica contemporânea de acumulação capitalista no contexto da finança mundializada impõe a necessidade de contrarreformas permanentes, expropriando direitos da classe trabalhadora” (Shiroma; Souza, 2022, p. 2). Em relação a essas contrarreformas, são elencadas a Reforma Trabalhista, a Lei da Terceirização e a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016.

Em 2023, a regra do teto de gastos federal estabelecido pela EC 95/2016 foi substituída por um novo arcabouço fiscal, por meio da Emenda Constitucional 126/2022, conhecida como “PEC da Transição”. No entanto, o regime fiscal que permanece vigente no país segue como um entrave para os investimentos públicos em áreas estratégicas. Prova disso são as dificuldades orçamentárias que continuam afetando as universidades federais, entre as quais a UFBA, que terá a sua condição abordada na terceira seção.

O sistema financeiro, composto por bancos, organismos financeiros internacionais e agências qualificadoras de risco, busca impor a política de austeridade fiscal ao Estado para cortes de recursos do orçamento público destinados aos gastos sociais e investimentos em áreas estratégicas, como saúde e educação, tendo como propósito assegurar o pagamento da dívida pública e os seus juros abusivos.

O movimento que propõe a Auditoria Cidadã da Dívida Pública do Brasil, no entanto, denuncia a conversão de dívidas do setor privado em dívida pública e uma série de outras irregularidades. Em todo o mundo, a atuação do Sistema da Dívida tem produzido fraudes, quebras e crises que são assumidas pelo setor estatal sem contrapartida alguma, gerando dívidas públicas. Uma vez geradas, tais dívidas não param de crescer, pois seus altos custos, condições abusivas e condicionamentos impostos por organismos internacionais levam à sua perenização (Fatorelli, 2018).

Segundo Fatorelli (2018), o sistema da dívida pública opera fundamentado no enorme poder do setor financeiro e sua influência sobre estruturas legais, políticas,

econômicas e de comunicação. A concentração de poder e controle dos negócios mundiais pelos bancos permite a sua interferência em políticas e decisões governamentais. Esse esquema tem propiciado imposições de organismos financeiros internacionais, que submetem os países devedores a planos de ajuste fiscal e antirreformas que promovem cortes de direitos sociais para priorizar o pagamento das dívidas. Assim, o endividamento público vem sendo utilizado como engrenagem do modelo de acumulação capitalista e para absorver as crises provocadas por esse modelo.

A Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca) defende a necessidade de se manter, no PNE para o período 2024-2034, a meta de atingir o equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) de aplicação de recursos em educação pública. Em *Nota Técnica* sobre o novo PNE, a entidade afirma que o Brasil possui riqueza suficiente para realizar a priorização da Educação no processo de desenvolvimento social e econômico, considerando a dívida histórica que o país tem com aqueles/as que não tiveram acesso à educação básica na idade recomendada.

A *Nota Técnica* avalia que a aplicação de recursos financeiros da ordem de 10% do PIB é necessária para elevar o número de estudantes, a qualidade e a inclusão na educação brasileira, em todos os níveis, etapas e modalidades. Destaca, ainda, as estratégias propostas no Documento Referência da Conferência Nacional de Educação (Conae, 2024) para que os recursos públicos aplicados em educação pública se elevem no Brasil nos próximos dez anos, apontando estratégias associadas à riqueza natural brasileira; à dívida ativa da União; à renúncia de impostos da União; à carga tributária brasileira; às despesas financeiras; e à redução dos recursos públicos que se dirigem ao setor privado.

O Documento Referência da Conae 2024 aponta, entre as ações consideradas necessárias para que as metas a serem estabelecidas no novo PNE sejam cumpridas, que seja aplicada em educação pública parte dos recursos associados ao petróleo e gás – além daqueles já vinculados ao Fundo Social do Pré-Sal –, constituído pela Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e outras fontes de recursos da compensação financeira pela Exploração Mineral e pela Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica.

Também estão entre as ações apontadas a necessidade de diminuir o volume de recursos públicos aplicados no setor privado educacional e de limitar o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública. Esta última é destacada como a mais necessária, dentre todas as outras ações elencadas, para colaborar com o financiamento educacional,

atendendo a todas as demandas dos níveis, das etapas e das modalidades educacionais, e visando à diminuição da grande desigualdade brasileira.

Conforme argumentado pela Fineduca, se nada for feito nas próximas décadas, diversas gerações poderão ser consideradas perdidas educacionalmente, reproduzindo a histórica exclusão social e educacional. Nesse sentido, a elaboração do PNE (2024-2034) é apontado como uma ação estratégica para respaldar conquistas futuras no campo da educação, tão fundamentais para o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

2.2 CULTURA CORPORAL E ESPORTE

O esporte tem a sua origem bastante associada aos Jogos Olímpicos da Antiguidade, que tinham motivações religiosas e militares, e eram, também, uma forma de promover celebrações. Os Jogos foram banidos durante a Idade Média, sendo retomados apenas em 1896, em Atenas, na Grécia (COB, 2023). Atualmente, o movimento olímpico internacional define como um de seus princípios fundamentais colocar o esporte a serviço do desenvolvimento humano, para promoção da paz social e a preservação da dignidade humana (IOC, 2024).

Promovidos pelo Comitê Olímpico Internacional, os Jogos Olímpicos se consolidaram como uma das maiores expressões do esporte contemporâneo, reunindo representações de mais de 200 países a cada edição do evento de verão. A edição de 2024, dos Jogos, foi realizada na cidade de Paris, na França. Os principais países que disputam o protagonismo político e econômico no cenário internacional ocupam também a liderança no quadro de medalhas olímpicas, com os Estados Unidos e a China disputando as primeiras posições nas edições mais recentes dos Jogos.

As práticas esportivas se estabelecem, assim, como um fenômeno da Modernidade, com a criação de entidades normativas internacionais e a institucionalização de regras oficiais. Valter Bracht (1999) aponta a incorporação do esporte pela pedagogia da Educação Física (EF) enquanto técnica corporal, tendo como núcleo central a intervenção no corpo/máquina, com vistas ao seu melhor funcionamento orgânico – para o desempenho atlético-esportivo ou desempenho produtivo, agregando novos sentidos/significados, como, por exemplo, preparar as novas gerações para representar o país no campo esportivo internacional.

Conforme destaca o autor, a Educação Física tem o seu surgimento muito legitimado pelo conhecimento médico-científico do corpo e, também, com a função de colaborar na

construção de corpos saudáveis e dóceis para a sua adaptação ao processo produtivo ou a uma perspectiva política nacionalista. Nesse sentido,

[...] o corpo é alvo de estudos nos séculos XVIII e XIX, fundamentalmente das ciências biológicas. O corpo aqui é igualado a uma estrutura mecânica [...]. Melhorar o funcionamento dessa máquina depende do conhecimento que se tem de seu funcionamento e das técnicas corporais que construo com base nesse conhecimento (Bracht, 1999, p. 73).

Nas décadas de 1970 e 1980, o campo da Educação Física passa a incorporar as discussões pedagógicas muito influenciadas pelas ciências humanas, principalmente a sociologia e a filosofia da educação de orientação marxista. A esse respeito, Bracht (1999) aponta uma crítica ao “paradigma da aptidão física e esportiva” que ganhou força como parte desse movimento renovador da educação física brasileira. Segundo o autor, o eixo central da crítica foi dado pela análise da função social da educação, e da Educação Física em particular, como elementos constituintes de uma sociedade capitalista marcada pela dominação e pelas diferenças de classe.

As concepções progressistas denominadas crítico-superadora e crítico-emancipatória são construídas como alternativas ao paradigma dominante. O livro *Metodologia do Ensino da Educação Física*, do Coletivo de Autores (1992), que reúne nomes como Celi Taffarel, Lino Castellani Filho e o próprio Valter Bracht, aborda a proposta identificada como crítico-superadora. De acordo com essa perspectiva, o esporte é uma prática social que se projeta numa dimensão que envolve códigos, sentidos e significados da sociedade que o cria e pratica. Nessa compreensão,

Sendo uma produção histórico-cultural, o esporte subordina-se aos códigos e significados que lhe imprime a sociedade capitalista e, por isso, não pode ser afastado das condições a ela inerentes, especialmente no momento em que se lhe atribuem valores educativos para justificá-los no currículo escolar. No entanto, as características com que se reveste – exigência de um máximo rendimento atlético, norma de comparação do rendimento que idealiza o princípio de sobrepujar, regulamentação rígida (aceita no nível da competição máxima, as olimpíadas) e racionalização dos meios e técnicas – revelam que o processo educativo por ele provocado reproduz, inevitavelmente, as desigualdades sociais (Coletivo de Autores, 1992, p. 70).

O Coletivo de Autores (1992) argumenta a favor de uma concepção de Educação Física que tem como objeto a cultura corporal, incluindo o trato pedagógico do esporte, que seja capaz de contribuir para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolva uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade substituindo individualismo, cooperação confrontando a disputa, a distribuição em oposição

à apropriação, enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação – e negando a dominação e submissão do homem pelo homem.

A perspectiva que tem o foco na aptidão física, segundo argumenta o Coletivo de Autores, busca, através da educação, adaptar o homem à sociedade, alienando-o da sua condição de sujeito histórico, capaz de interferir na transformação social. Dessa maneira, contribui para a defesa dos interesses da classe no poder e a manutenção da sociedade capitalista. Assim, os autores defendem uma perspectiva sobre a cultura corporal que

[...] busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros, que podem ser identificados como forma de representação simbólica de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (Coletivo de Autores, 1992, p. 38).

Representante da concepção denominada crítico-emancipatória, Kunz (2005) defende que

[...] a Educação Física contribua para o desenvolvimento de determinadas competências que não se resumem na competência objetiva do “saber fazer”, mas incluem a competência social, linguística e criativa, sempre de forma crítica. E, para desenvolver com os alunos metas emancipatórias, considero condição primeira promover a capacidade de ser crítico, o que quer dizer “saber questionar” (Kunz, 2005, p. 16).

Em sua obra *Pedagogia da Autonomia*, Paulo Freire (1996) destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática de ensino, que exige, entre outras coisas, a disponibilidade para o diálogo, com respeito aos saberes dos educandos e rejeição a toda forma de discriminação. Freire considera que o processo de formação educacional envolve muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas. Na sua visão, é preciso reconhecer que a educação é uma forma de intervenção no mundo, com a convicção de que a mudança é possível. Nas palavras desse pensador,

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência (Freire, 1996, p. 46).

Para Korsakas e De Rose Jr (2002), o processo de aprendizagem do esporte, partindo dos conhecimentos que os alunos já possuem em direção à construção de novas habilidades

motoras, faz com que se reconheça cada indivíduo também como ser cultural, que se constrói sob a influência das tradições familiares, das ruas, da escola e da região em que vive.

A respeito da atividade esportiva, para Kátia Rubio e Simone Sanches (2011),

[...] a repercussão que essa atividade irá adquirir na vida do praticante dependerá da forma como é conduzida, pois ela pode apresentar um caráter tanto inclusivo, quanto extremamente excludente [...] O esporte pode e deve ser considerado como uma das ferramentas mais eficazes para trabalhar com crianças e jovens, já que, além de ser uma atividade prazerosa e que traz diversos benefícios para a saúde física do praticante, ele desenvolve diversos valores que poderão ser transladados para outras esferas da vida dos esportistas (Rubio; Sanches, 2011, p. 827-828).

As autoras citam, entre tais valores, a cooperação, a amizade, a solidariedade e a capacidade de compartilhar e de superar adversidades.

Nessa linha, Cesar Leiro (2006), entende que é da disciplina Educação Física a responsabilidade de tratar pedagogicamente do conhecimento denominado cultura corporal. Contudo, o autor constata que as práticas pedagógicas da Educação Física “[...] acolheram, ao longo de sua história, compreensões conservadoras no plano político-pedagógico, o que acabou por forjar ou tatuar uma hegemonia na produção do conhecimento da área marcadamente acrítica” (Leiro, 2006, p. 49).

O avanço de abordagens críticas e dialéticas apresentam, assim, uma proposta de educação na qual a cultura corporal, segundo Cesar Leiro (2006, p. 49), “[...] busca dar ao sujeito sentido e significado mais amplos às práticas corporais orientadas, além de indicar compromisso com a igualdade de oportunidades, com o prazer e a justiça social”.

Entende-se, assim, o esporte como um elemento da cultura corporal da humanidade que deve ser acessado de forma democrática. É um direito de todo cidadão brasileiro, conforme estabelece a Constituição Federal do país (Brasil, 1988, Art. 217), que prevê a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, do desporto de alto rendimento. Contudo, na prática, essa e tantas outras previsões constitucionais não têm sido efetivadas em muitas situações.

Com a profissionalização do esporte, processo acentuado a partir do final do século XX, a atividade esportiva foi apropriada como um espetáculo e transformado em mercadoria a ser consumida, que gera lucros bilionários para organizações como as ligas do esporte profissional, a exemplo da Associação Nacional de Basquete dos Estados Unidos (*National Basketball Association – NBA*), que expandiu a sua atuação com a transmissão de eventos e comercialização de seus produtos nos cinco continentes. O faturamento da NBA superou os US\$ 10 bilhões pela primeira vez na história na temporada 2021/2022 (Souza, 2023).

Segundo Taffarel (2010), “[...] o que constatamos é uma profunda inter-relação entre esporte e negócios, entre esporte e controle ideológico, entre esporte e políticas compensatórias, focais, assistencialistas, de perfil neoliberal, entre esporte e mídia privatizada, entre esporte e taxas de lucro”. Aprofundando a análise, para Taffarel,

Intensificam-se os processos de espetacularização do esporte e a esportivização em todos os âmbitos da vida e principalmente na escola, com tudo que lhes é peculiar – competitividade, produtividade, individualismo, tecnicização [...] Intensifica-se o consumo dos subprodutos advindos da indústria cultural esportiva de massa, inclusive relacionando o esporte com o consumo de drogas como o álcool, pelo financiamento de grandes eventos esportivos promovidos pela indústria de bebidas alcoólicas [...] Intensifica-se o controle do tempo livre do trabalhador com o “lazer esportivo”. Intensifica-se o “esporte para o público”. Intensifica-se, decisivamente, a ideologia do perdedor, que não fez os esforços individuais que deveria ter realizado para ganhar e, do ganhador, por méritos pessoais, a ideologia do individualismo, enfim a ideologia do “mais alto, mais forte e mais veloz”, acrescida, agora, do mito da “eterna juventude” (Taffarel, 2010).

Isso tudo evidencia a importância de compreender o objeto de estudo em sua totalidade e múltiplas determinações, considerando a universidade e o esporte no contexto da sociedade capitalista atual. Assim, será possível pensar alternativas para contribuir com a democratização das práticas esportivas, superando a lógica do capital que está presente no esporte, na educação e no ensino superior brasileiro, defendendo o Complexo Esportivo e Educacional da UFBA como espaço público e centro de referência para a cultura popular e a para formação de professores.

Para que a população não seja vista apenas como público espectador de eventos esportivos, apostador e consumidor de seus subprodutos, a democratização do esporte é fundamental para permitir o acesso a esse elemento da cultura corporal, através de práticas orientadas e realizadas em espaços qualificados. O esporte é um dos elementos da cultura corporal que pode desempenhar um papel fundamental também para a saúde e a qualidade de vida da população, contribuindo para que os indivíduos alcancem os níveis de atividade física preconizados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda que adultos (entre 18 e 64 anos) devem realizar, pelo menos, 150 a 300 minutos de atividade física aeróbica de moderada intensidade; ou o mínimo de 75 a 150 minutos semanais de atividade física aeróbica de vigorosa intensidade (OMS, 2020).

Diretrizes sobre atividade física e comportamento sedentário publicadas pela OMS (2020) destacam que a atividade física é boa para o coração, o corpo e a mente; toda atividade física conta; muito comportamento sedentário pode ser prejudicial à saúde; todos podem se beneficiar com o aumento da atividade física e a redução do comportamento sedentário,

incluindo mulheres grávidas, no pós-parto e pessoas que vivem com doenças crônicas ou deficiências.

Estudos realizados em universidades federais brasileiras que discutem o comportamento para atividade física entre estudantes e servidores e fatores sociodemográficos associados, apontam a importância do desenvolvimento de programas de educação em saúde e incentivo às práticas físicas e esportivas como medida para a melhoria da qualidade de vida. Ao discutir os resultados de pesquisa realizada sobre as concepções e práticas de saúde dos alunos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) da UFBA, considerando informações de 211 estudantes ingressos no primeiro ano do curso, Amorim, Coelho e Rocha (2021) constataram que, em relação à prática de atividade física, a maioria dos estudantes pesquisados era ativa.

De acordo com o estudo, 67,5% dos participantes adotavam essa prática, sendo ela mais frequente entre os homens (74%) do que entre as mulheres (64%) (Amorim; Coelho; Rocha, 2021, p. 43). Conforme indica-se nesse estudo, “[...] a maior inatividade física das estudantes, quando comparada ao percentual dos alunos do sexo masculino, pode estar associada a fatores culturais, uma vez que há um incentivo dos meninos, desde a infância, à prática de esportes, a exemplo das escolinhas de futebol” (Amorim; Coelho; Rocha, 2021, p. 44).

Frente aos dados obtidos na pesquisa, Amorim, Coelho e Rocha ponderam que, “[...] talvez os discentes do presente estudo tenham sido influenciados, durante a adolescência, à prática de atividade física, considerando que, nesta etapa da vida, os jovens têm uma preocupação com a imagem corporal, devido aos modelos estéticos preconizados pela mídia”. Um dado que chama a atenção nesse estudo é o fato de que 55,7% dos estudantes realizam atividade física sem orientação de um profissional, prática que deve ser orientada por um educador físico.

Na mesma investigação, considerou-se outras práticas ligadas às condições de vida das pessoas, como alimentação, práticas biomédicas e práticas ligadas às condições de vida – a – como saneamento básico, políticas públicas, trabalho, acesso aos serviços de saúde, níveis de poluição, dentre outros. Conforme ressaltam Amorim, Coelho e Rocha (2021, p. 41), “[...] sabe-se que o direito à saúde não está atrelado apenas ao acesso aos serviços de saúde, mas apresenta relação com diversos outros, tais como educação, lazer, trabalho e segurança”. Nesse sentido, defendem a relevância de se considerar as condições de vida dos indivíduos, como acesso a saneamento básico, qualidade e acesso aos alimentos, emprego e

renda da família, escola e condições de moradia. A compreensão da saúde de uma forma ampliada, portanto, deve levar em conta o contexto social dos indivíduos.

No mesmo estudo conclui-se que as universidades são ambientes sociais com o potencial de promover, através de suas políticas e práticas, o bem-estar e a saúde de estudantes, funcionários e a comunidade como um todo. No entanto, os autores ponderam que os participantes do estudo citaram práticas que tanto beneficiam quanto prejudicam sua saúde. Nesse sentido, Amorim, Coelho e Rocha (2021, p. 64) observam que “as novas demandas acadêmicas, a necessidade de adaptação ao ambiente universitário e as escolhas ao longo do processo de formação muitas vezes acabam interferindo no bem-estar dos estudantes, causando-lhes dor, conflito e sofrimento”.

Conforme sugerido no mesmo estudo, a universidade pode implementar espaços que acolham seus discentes para ouvir e lhes dar suporte emocional. Aponta-se, ainda, o papel de políticas voltadas para os cuidados primários em saúde e o suporte social para encorajar o interesse acadêmico pela promoção da saúde e parcerias com a comunidade, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Por fim, indica-se a necessidade de nova pesquisa sobre as práticas de saúde dos estudantes no final do curso, para verificar se há diferenças de comportamentos nesses distintos momentos da formação (Amorim; Coelho; Rocha, 2021).

Estudo de Fontes e Vianna (2009) buscou estimar a prevalência de baixo nível de atividade física entre estudantes de graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e encontrar fatores associados a essa condição. Nessa pesquisa, realizada em 2007 com 1.503 estudantes, a prevalência observada de baixo nível de atividade física foi de 31,2%. Os estudantes com maior tempo de ingresso na universidade, os que estudavam no período noturno e aqueles que passavam menos tempo na universidade tiveram maior prevalência de baixo nível de atividade física.

Outra pesquisa, aplicada em 2015, observou a prática de atividade física de lazer e a sua associação com a qualidade de vida entre professores da Universidade Federal do Rio Grande/RS (Dumith, 2020). A amostra, composta por 270 participantes, correspondendo a 40% dos professores elegíveis, revela que menos da metade dos professores universitários foi considerada fisicamente ativa. Por outro lado, observou-se uma associação linear positiva entre a prática de atividade física no lazer e mais qualidade de vida.

Já o estudo conduzido por Toscano *et al.* (2016), envolvendo 156 servidores públicos da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), abordou variáveis relativas à dor, ao comportamento sedentário e à prática de atividade física. Cerca de 65% dos indivíduos eram

insuficientemente ativos fisicamente e a presença de dor foi reportada por 76,3% da amostra. Aqueles que passavam mais de duas horas por dia sentados à frente da TV e ficavam sentados no trabalho foram os subgrupos mais propensos à dor.

A atividade física, contudo, não é uma panaceia e a saúde humana tem muitos outros determinantes e condicionantes (Loch; Rech; Costa, 2020). Alguns aspectos impactam diretamente a prática da Atividade Física (AF), como o acesso a áreas de lazer, segurança pública, jornadas justas de trabalho, sendo necessário, assim, o enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas que conformam as iniquidades em saúde para que a atividade física seja efetivada como um direito, de fato, da população brasileira, com a ampliação das possibilidades de construção de modos de vida saudáveis (Carvalho; Freitas; Akerman, 2021). Nesse sentido, entende-se

A AF [...] como] um fenômeno complexo e multideterminado, influenciada por desigualdades sociais gerais e iniquidades em saúde, isto é, os determinantes e condicionantes que envolvem o “ser fisicamente ativo” não estão completamente sob o controle das pessoas. Apesar da existência de um senso comum que considera o indivíduo como único responsável, o entorno social impacta diretamente nas possibilidades de iniciar e manter uma vida fisicamente ativa. Assim, não é simples adotá-la como hábito de vida (Carvalho; Freitas; Akerman, 2021, p. 5).

Diante do exposto, fica evidente a importância das políticas públicas para a efetivação dos direitos constitucionais e para a garantia das condições básicas de vida para a população, ações que possibilitam o acesso às atividades físicas e esportivas e a outras necessidades que impactam a saúde e a qualidade de vida das pessoas. Nesse sentido, o investimento do orçamento público é fundamental para o planejamento, a execução e o êxito das políticas públicas nas diversas áreas.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS ESPORTIVAS NO BRASIL

O marco inicial da presença do Estado no gerenciamento do esporte no Brasil se deu com a criação da Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (DEF/MEC), em 1937 (Veronez; Ganzer; Blank, 2013). Em 1941, por meio do Decreto-Lei nº 3.199, foram estabelecidas as bases de organização dos desportos em todo o país. Desde então, o esporte esteve sempre presente, de alguma forma, entre políticas públicas do poder executivo federal.

As políticas públicas podem se efetivar em ações direcionadas para garantir direitos sociais relativos a um setor específico, como educação, assistência, saúde, cultura, esporte, lazer, conforme destaca Veronez (2005). Para esse autor, as

[...] políticas públicas podem ser entendidas como uma intervenção do Estado no âmbito das relações sociais por meio de ações implementadas diretamente pelo governo ou por um conjunto de instituições estatais, sob a justificativa de, por um lado, atender a demandas, necessidades ou interesses heterogêneos não raramente contraditórios e presentes na sociedade e, por outro manter as condições de estabilidade adequadas a fim de garantir a produção e a reprodução social (Veronez, 2005, p. 69-70).

De acordo com Linhales (1998), a promoção da igualdade e da justiça deve constituir a justificativa fundamental do desenvolvimento de políticas sociais, entendidas como estratégia pública de redistribuição de rendas. No entanto, conforme pondera a autora,

[...] o conteúdo de uma política social, bem como as possibilidades para a sua implementação, guarda estreita relação com a natureza do Estado, que em outros termos significa a forma como se processam os arranjos políticos que lhe dão sustentação. Estes por sua vez, interferem na seleção de prioridades para a alocação dos recursos públicos, que são extraídos da população, e que a ela deveriam retornar, redistributivamente, na forma de programas e serviços públicos (Linhales, 1998, p. 72).

Taffarel e Lira (2019) citam a criação do Ministério do Esporte (ME), sob o Decreto Lei n. 10.683, de 2003, como exemplo de política de Estado estabelecida “[...] com a missão de construir uma Política Nacional de Esporte, para desenvolver esporte de alto rendimento, executar ações de inclusão social por meio do esporte e garantir à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, com vistas à qualidade de vida e ao desenvolvimento humano” (Taffarel; Lira, 2019, p. 11).

As três conferências nacionais do esporte, realizadas em 2004, 2006 e 2010, tiveram por objetivo debater os fundamentos da Política Nacional do Esporte a partir das demandas dos diversos segmentos esportivos. Conforme lembram Taffarel e Lira (2019, p. 13), “[...] a política de esporte foi construída a partir da escuta de vários segmentos interessados pelo esporte da sociedade brasileira e das disputas daí decorrentes”. Mencionam, também, que foram tecidas muitas críticas contundentes às políticas de esporte em decorrência da inversão de prioridades naquele período, em decorrência da realização de grandes eventos e, não mais, a prioridade da democratização do esporte. É importante anotar que o Brasil sediou alguns dos principais eventos esportivos internacionais nas décadas de 2000 e 2010, com a realização dos Jogos Panamericanos em 2007, da Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

O *Diagnóstico nacional do esporte*, estudo encomendado pelo Ministério do Esporte e executado pela UFBA, em articulação com outras cinco universidades federais brasileiras, apresentou os resultados da pesquisa em 2015. De acordo com a professora Celi Taffarel, que esteve na coordenação do estudo, em texto assinado junto com o professor Cláudio Lira, as variáveis estudadas permitiram concluir que:

[...] a maioria da população não pratica esporte, que a juventude deixa de praticá-lo porque precisa trabalhar, que a infraestrutura esportiva é na maior parte privatizada, que a legislação esportiva carece de avanços para além do esporte de alto rendimento e dentro dele do futebol, e que o financiamento do esporte, é na sua maioria, de ordem privada e, quando o financiamento advém do Estado, a prioridade tem sido o alto-rendimento (Taffarel; Lira, 2019, p. 19).

Com o aprofundamento da política econômica de aplicação do ajuste fiscal e a extinção do Ministério do Esporte pelo Governo Federal, entre 2019 e 2022, foram interrompidos programas, projetos e ações de relevância social, de inclusão, de democratização e de universalização do esporte, como o Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (Rede Cedes), voltado para apoio orçamentário e incentivo de grupos de pesquisa direcionados ao aperfeiçoamento e à qualificação de projetos, programas e políticas públicas de esporte recreativo e de lazer (Taffarel; Lira, 2019).

No período mencionado, com a ascensão da extrema direita à presidência da república do Brasil, o país enfrentou uma conjuntura de graves retrocessos políticos, legais e civilizatórios que afetaram diversas áreas, entre as quais a educação e o esporte, inclusive com a extinção do Ministério do Esporte, além de sucessivos cortes nos orçamentos das instituições federais de ensino superior, da educação e da ciência de uma maneira geral.

Em 2023, o Ministério do Esporte foi recriado na estrutura de gestão do Governo Federal. No mesmo ano também foi aprovada a Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), que determina a responsabilidade de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas públicas, programas e ações para o esporte ao Sistema Nacional do Esporte (Sinesp), que reúne os entes federativos, representantes nas diferentes esferas governamentais, e as organizações que atuam na área esportiva. O esporte escolar e o esporte universitário têm, respectivamente, a Confederação Brasileira do Desporto Escolar (CBDE) e a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) como constituintes de seus próprios subsistemas para o planejamento de atividades específicas.

A respeito do financiamento público ao esporte, a referida legislação, no art. 39, reafirma que “[...] o poder público fomentará a prática esportiva destinando-lhe recursos que

possibilitem sua universalização, sempre priorizando o esporte educacional” (Brasil, 2023). De acordo com o art. 10 dessa Lei:

Considera-se esporte educacional aquele praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade e a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral, físico e intelectual, do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e para a prática do lazer, visando à integração social dos estudantes e à melhoria de sua qualidade de vida (Brasil, 2023).

A aprovação da Lei Geral do Esporte se deu em um contexto de popularização das apostas esportivas no Brasil e de graves denúncias de manipulação de resultados de jogos do futebol nacional. No seu art. 177, observa-se a preocupação com a manipulação de resultados esportivos e determinação de que a administração pública federal estabeleça parcerias com as organizações esportivas que administram e regulam a prática do esporte, com a finalidade promover mecanismos de monitoramento das competições que combatam a manipulação de resultados. O objetivo é o de afastar a possibilidade de que ocorra conluio intencional, ato ou omissão que visem a uma alteração indevida do resultado ou do curso de uma competição esportiva, atentando contra a imprevisibilidade da competição, prova ou partida esportiva com vistas à obtenção de benefício indevido para si ou para outros (Brasil, 2023).

Nesse contexto, observa-se que as casas de apostas passaram a dominar o cenário do futebol brasileiro. Levantamento feito pela imprensa, em 2023, apontou que 39 dos 40 times das séries A e B tinham algum tipo de parceria com casas de apostas (Morelli, 2023). O mercado de apostas esportivas virou notícia no Brasil após as denúncias de manipulação de resultados nos jogos do Campeonato brasileiro de futebol. No ano de 2023, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) foi instalada no Congresso Nacional em razão das suspeitas envolvendo a atuação de jogadores, dirigentes e empresas de apostas.

A respeito desse cenário de apostas esportivas, destaca-se a Lei nº 13.756/2018, que criou a modalidade lotérica denominada “aposta de quota fixa”, a qual envolve o sistema de captação de apostas com pagamento de prêmios relativos a eventos reais de temática esportiva. Conforme essa legislação, a regulamentação da atuação de empresas nacionais e estrangeiras nesta atividade, as “bets”, deveria ocorrer no prazo de até dois anos, prorrogável por até igual período. No entanto, o previsto em lei só teve início, de fato, no ano de 2024, após as denúncias de irregularidades na atuação dessas empresas no mercado de apostas brasileiro.

A Lei nº 14.790, de 30 de dezembro de 2023, que dispõe sobre apostas de quota fixa, incluindo eventos reais de temática esportiva e eventos virtuais de jogos online, definiu a

tributação de 12% sobre o faturamento das bets. Também são tributados os apostadores ganhadores. A legislação estabelece que os prêmios líquidos obtidos em apostas devem ser tributados pelo Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) à alíquota de 15% (quinze por cento). Os recursos arrecadados serão partilhados com a seguinte destinação: 36% para o esporte; 28% para o turismo; 13,6% para a segurança pública; 10% para a educação e 10% para a seguridade social, entre outros percentuais menores para instituições determinadas em lei.

Com a decomposição do percentual de 36% reservado para Esporte, 22% são destinados ao Ministério do Esporte. Também estão fixados em lei os percentuais menores destinados ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Confederação Brasileira de Clubes (CBC), além de CBDE e CBDU e outras entidades do Sistema Nacional do Esporte. Através dessa nova fonte de arrecadação tributária, espera-se um incremento do orçamento do Ministério do Esporte para os próximos anos.

Outras fontes de recursos federais para o esporte brasileiro também estão previstas por meio de políticas públicas como o Programa Bolsa Atleta (Lei nº 12.395/2011), a Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438/2006) e a Lei das Lotéricas (Lei. 13.756/2018). Similar à regulamentação das apostas esportivas, a Lei das lotéricas assegura o repasse de percentuais da arrecadação da loteria para o Ministério do Esporte, às secretarias esportivas nos estados da federação e no Distrito Federal e a entidades do Sistema Nacional do Esporte.

O Programa Bolsa Atleta destina recursos diretamente aos atletas, a fim de assegurar condições de treinamento e de participação em competições. O Programa é voltado para atletas com êxito em competições nacionais e internacionais de referência para a sua modalidade, sendo destinado prioritariamente aos atletas praticantes do esporte de alto rendimento em modalidades olímpicas e paraolímpicas. O Ministério do Esporte oferece bolsas nas categorias: Atleta de Base; Estudantil; Nacional; Internacional; Olímpico/Paralímpico e Pódio.

Já a Lei de Incentivo ao Esporte possibilita a destinação de recursos para o esporte provenientes de renúncia fiscal, por meio da dedução do imposto de renda devido por pessoa física ou jurídica para patrocínio ou doação no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados. Outros Programas do Ministério do Esporte são o Programa Segundo Tempo, o Programa Esporte e Lazer da Cidade e o Programa Vida Saudável, que têm foco no esporte educacional, esporte recreativo, saúde e lazer. O Programa Segundo Tempo tem uma modalidade universitária, que busca promover práticas corporais para desenvolvimento integral dos participantes através do esporte educacional ou

da formação esportiva, em parceria com instituições de ensino superior públicas, denominado Programa Segundo Tempo Universitário.

De acordo com Starepravo *et al.* (2010), após uma fase inicial, em que a organização esportiva universitária ocorreu sem uma participação mais efetiva do Estado, o esporte foi regulamentado por dispositivos legais no início da década de 1940. Desde então, o Estado sempre esteve presente na organização e na gestão do esporte universitário nacional, influenciando diretamente o seu desenvolvimento, principalmente por manter, com ele, uma relação econômica, por meio do financiamento público.

Nos anos 1990, conforme lembra o autor, o governo federal do Brasil, que adotara práticas neoliberais, fazia-se cada vez menos presente no apoio ao esporte universitário. Isso culminou com a desorganização e o descrédito em que se encontrava o esporte universitário em 2003. A partir daquele ano, com a criação da divisão do Esporte Universitário, dentro do recém-criado Ministério dos Esportes, a política adotada pelo Governo Federal foi a de intervir nas instituições, a fim de reorganizar o esporte universitário brasileiro.

De fato, o governo federal buscou reorganizar a CBDU e vinculá-la ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), a fim de viabilizar uma fonte de recursos (que já estava prevista na lei n. 10.264/28, de 16 de julho de 2001, conhecida como Lei Agnelo/Piva), e apontar um novo modelo de financiamento do esporte universitário, que vamos chamar aqui de modelo híbrido, já que por essa iniciativa foram, impreverivelmente, aliados os recursos de financiamento público com verbas provenientes da iniciativa privada (Starepravo *et al.*, 2010, p. 141-142).

No contexto da discussão sobre as políticas públicas esportivas nas universidades federais, o Fórum Nacional dos Gestores Esportivos das Universidades Federais (UF) publicou, em 2018, a *Carta de Goiânia*, através da qual reivindica editais de chamadas públicas dos ministérios do esporte e educação para o fomento de projetos que visem o desenvolvimento do esporte e realização de eventos esportivos universitários para o segmento das UF; além da inclusão de uma agenda esportiva como parte do calendário acadêmico de maneira a não prejudicar o aluno/atleta; reconhecimento formal e legal, por parte da administração superior das UF, da relevância da participação dos docentes no contexto da prática esportiva universitária; garantia de periodicidade para realização dos fóruns de gestores esportivos das UF e eventos esportivos e de lazer entre as Universidades Federais. Assinalam, ainda, a necessidade de os responsáveis pelas atividades esportivas das UF criarem um banco de dados com informações sobre projetos, ações, editais, planos de trabalho, políticas públicas e internas que visem o desenvolvimento do esporte.

Ao refletir sobre a relação entre esporte e lazer, juventude e políticas públicas, Cesar Leiro (2010) avalia que o esporte e as organizações universitárias devem edificar uma

política centrada na dialogicidade, na diversidade e na pluralidade cultural, construindo um espaço comum para pensar o esporte universitário e acolhendo o lazer nessa experiência, com a participação de Associações Atléticas, Diretórios Acadêmicos, Diretórios Centrais, Uniões Estaduais, entre outros.

O autor sugere a ressignificação do papel das Associações Atléticas e sua articulação com o movimento estudantil e defende o esporte e o lazer como direitos para elevar o padrão cultural das juventudes universitárias. Nesse sentido, ressalta que “[...] só conseguiremos ampliar o nosso olhar sobre o esporte e sobre o lazer universitário, se conseguirmos estabelecer uma aliança com os movimentos sociais de um modo geral: com as associações científicas, com as confederações, etc.” (Leiro, 2010, p. 25).

2.4 ESPORTE UNIVERSITÁRIO

Para situar o estado do conhecimento atual sobre o objeto de estudo desta dissertação, a investigação buscou a produção científica acumulada a partir de consulta ao descritor "esporte universitário" no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Na pesquisa realizada no segundo semestre de 2023, nesse banco de dados, foram identificados e classificados 32 trabalhos científicos referentes ao descritor "esporte universitário", sendo 26 dissertações de mestrado e seis teses de doutorado.

Quanto à origem das publicações, 29 foram produzidas em universidades públicas – 19 delas em universidades federais e 10 em universidades estaduais – e apenas três em instituições de ensino superior privadas. Considerando as regiões brasileiras, 22 dos 32 trabalhos acadêmicos foram produzidos em instituições de ensino superior localizadas na região Sudeste; cinco na região Sul; quatro no Centro Oeste e uma na região Norte. Não foi localizada produção de trabalhos acadêmicos na região Nordeste concernentes ao tema desta dissertação. Os estudos identificados estão relacionados às áreas de Educação, Educação Física, Ciências da Atividade Física, Ciências do Movimento Humano, Desenvolvimento Humano e Tecnologias, Estudos do Lazer, Ensino em Ciências e Saúde, Saúde e Desenvolvimento, Administração, Administração Pública, Ciências Sociais, Serviço Social e Psicologia.

Os 19 trabalhos sobre esporte universitário desenvolvidos em universidades federais brasileiras abordam temáticas que abrangem gestão e políticas esportivas, esporte universitário e suas relações com o poder público, jogos universitários, gênero e sexualidade, memória, vida universitária e sociabilidade estudantil, desempenho neuromuscular e

músculos e extensores do joelho em esportistas universitários, e as dimensões tática, técnica, cognitiva e física no futebol feminino.

Dos trabalhos oriundos das universidades federais, 13 foram publicados nos últimos cinco anos. Destes, foram selecionadas quatro produções, adotadas como referência, visto que dialogam com o presente estudo a partir das temáticas, como gestão do esporte, políticas esportivas e estratégias de permanência do aluno atleta nas instituições federais de ensino superior, servindo, assim, como referência para analisar as possibilidades do esporte na UFBA. Os trabalhos acadêmicos selecionados como referência para discussão sobre o esporte nas universidades federais estão destacados no Quadro 1.

Quadro 1 – Trabalhos Acadêmicos sobre esporte universitário mapeados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

Título	Autor(a)	Tipo de Publicação	Instituição	Ano
Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília – UnB (2009-2016)	Ana Kelly de Moraes Silva Belato	Dissertação de Mestrado	Universidade de Brasília (UnB)	2018
Bolsa Atlética Universitária: as estratégias de permanência do aluno atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro	Renata Silva Y Nunes Moreira	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	2019
Política de esporte e lazer da UFT: uma proposta de diretrizes para a sua construção	Michele Lobo Castilho	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal do Tocantins (UFT)	2020
Gestão do esporte universitário: o caso da Universidade Federal de Viçosa	Ebio Viana Meneses Neto	Dissertação de Mestrado	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	2021

Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Um estudo sobre a política de esporte universitário na Universidade de Brasília - UnB (2009-2016) é o título da dissertação de mestrado de Ana Kelly Belato (2018), que apresenta as principais ações voltadas para o esporte na UnB no período pesquisado. Entre as ações destacadas, está o Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB, criado em 2009 pela Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA) – atual Diretoria de Esporte e Lazer (DEL). Diretoria essa, vinculada ao Decanato de Assuntos Comunitários (DAC), que reúne diretrizes para a implantação dos diversos programas voltados para a área do esporte na universidade, com o propósito de disponibilizar suporte aos treinamentos e

apoio às participações das equipes esportivas que participam de competições representando a UnB, com a valorização dos atletas/estudantes, funcionários, professores e técnicos.

De acordo com o *Relatório de Gestão da UnB* do ano de 2016, o Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB (Figura 3) define ações e programas que incluem, dentre outros, bolsa atleta universitária, nutrição esportiva, auxílio esporte (viagem e outros apoios), seguro estudantes-atletas, acompanhamento acadêmico, musculação, treinamento desportivo, capacitação de gestores e técnicos. O documento também elenca projetos voltados ao desenvolvimento do esporte de participação para a comunidade acadêmica, a exemplo do Caiaque Comunitário, Recreando, Oficinas Esportivas de Boas-Vindas aos Calouros, Circuito Cross Cerrado e Tour Ecológico,

Figura 3 – Plano de Desenvolvimento do Esporte e Valorização do Atleta da UnB

Ações	Programas
Valorização do atleta da UnB	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Bolsa-atleta universitária – UnB; ▪ Nutrição Esportiva; ▪ Auxílio-esporte (viagem e outros apoios); ▪ Seguro Estudante-Atleta; ▪ Acompanhamento Acadêmico.
Desenvolvimento do Esporte	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamento Desportivo; ▪ Musculação; ▪ Capacitação continua de Gestores e Técnicos; ▪ Monitoramento do treinamento e competições das equipes representativas e atletas bolsistas; ▪ Bolsa Técnico (em desenvolvimento).
Agenda esportiva e de lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Programação de esporte projetos de ação continua: Caiaque Comunitário; ▪ Programação de esporte universitário em projetos de treinamento; ▪ Programação de competições, torneios e jogos nas diversas modalidades abertas à comunidade universitária;
Comunicação social e Ambiente virtual	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de sites para a comunicação no esporte, divulgação do site e redes sociais da DEA; ▪ Criação de métodos de comunicação de eventos e seus resultados; ▪ Utilização de novas tecnologias, aplicativos e redes sociais para comunicação com público, atletas e Clubes.
Memória esportiva	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação de métodos/tecnologia para registro da história do esporte na Universidade.
Espaços públicos para o esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apoio às ações da FEF/CO para revitalização das áreas esportivas e de lazer; ▪ Reforma dos espaços esportivo nos campi; ▪ Discussão sobre novas áreas e equipamentos esportivos nos campi; ▪ Ampliação do Projetos esportivos nos campi.
Parcerias e patrocínios	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar de editais públicos de patrocínio e buscar eventuais patrocinadores.

Fonte: Belato (2018), com informações do Relatório de Gestão da então Diretoria de Esporte, Arte e Cultura da UnB, de 2016.

O Programa Bolsa Atleta na Unb (PBA-UnB) foi criado em 2011 como uma forma de incentivo à participação dos estudantes/atletas nos treinamentos esportivos, e teve entre as suas fontes orçamentárias do Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e o Programa de apoio à Reestruturação das Universidades Federais (Reuni). As equipes

esportivas da UnB participam das competições universitárias oficiais e competições comunitárias locais, regionais e nacionais, torneios de intercâmbio e amistosos. Conforme indica Belato (2018), o Departamento de Esporte de Lazer da UnB apoia os atletas e equipes classificadas para as etapas de cada competição conforme a possibilidade orçamentária disponível.

Na dissertação, são apresentados os valores do orçamento para o esporte na universidade – entre 2009 e 2016 –, destinado a despesas com auxílio viagem, diárias, passagens, material de consumo, pagamentos de pessoas físicas/pessoas jurídicas, material de consumo/permanente. Em 2012, os recursos destinados ao financiamento do esporte na UnB chegaram a cerca de R\$ 2,9 milhões. Esse montante, no entanto, foi reduzido a aproximadamente R\$ 1,1 milhões em 2016, ano em que houve um grande corte orçamentário feito pelo Governo Federal nas universidades. Os dados, conforme avalia Belato (2018, p. 110), “[...] evidenciam, inicialmente, o quanto reduzido é o montante orçamentário da DEA/DEL, especialmente se comparado ao orçamento geral da própria UnB ou do esporte em âmbito nacional”.

De acordo com o modelo de gestão da Unb, a Associação Atlética Acadêmica da Universidade de Brasília (AAAUnB) é organizada em clubes de cada modalidade esportiva, estruturas às quais estão filiados os atletas estudantes que têm o interesse comum em desenvolver uma determinada modalidade esportiva. De acordo com Belato (2018), o clube é o espaço para discussão das políticas da modalidade, questões relacionadas aos treinamentos e competições, a organização de eventos, entre outras. No levantamento realizado em 2016, conforme aponta o *Relatório de Gestão* daquele ano, foram identificados 22 clubes desportivos, contemplando as modalidades apresentadas na Figura 4.

Figura 4 – Clubes Esportivo na UnB

MODALIDADES			
ATLETISMO	FUTSAL	KENDO	TENIS DE MESA
BASQUETEBOL	GINÁSTICA RÍTMICA	NATAÇÃO	TRIATLO
BOXE	HANDEBOL	REMO	VOLEIBOL
CANOAGEM	JIU JITSU	RUGBY	XADREZ
CICLISMO	JUDÔ	TAEKWONDO	TOTAL: 22 CLUBES ESPORTIVOS
FUTEBOL	KARATE	TENIS	

Fonte: Belato (2018), com informações do Relatório de Gestão da então Diretoria de Esporte, Arte e Cultura da UnB, de 2016.

Os Relatórios de Gestão da Unb destacam formas de atuação e participação da comunidade acadêmica através de audiências públicas, questionários para levantamento de

demandas, reuniões, grupos de estudo e votação de demandas, ressaltando a importância de buscar o consenso como estratégia para garantia da consecução dos projetos/programas na Universidade. Segundo relato presente no trabalho acadêmico em foco, uma nova estratégia político-institucional de financiamento do PBA-UnB foi discutida por um grupo de trabalho no final do ano de 2013, a fim de garantir o orçamento para o programa no ano seguinte. Os efeitos dessa ação, conforme aponta a autora, são observados com o aumento considerável no número de bolsas oferecidas em 2014, quando foram concedidas 199 bolsas, e em 2015, quando o orçamento contemplou 250 bolsas.

De acordo com Belato (2018, p. 108): “O aumento no número de bolsas e do valor unitário do benefício tornaram o PBA-UnB uma ação expressiva dentro do orçamento da DEA/DAC/UnB, saltando de R\$ 1,6 milhão para R\$ 2,4 milhões no ano de 2015”. Esse investimento esportivo, em sua avaliação, possivelmente repercutiu resultados positivos, como a conquista pela UnB do terceiro lugar entre as Universidades Brasileiras e o primeiro lugar entre as Instituições Federais no Ranking Nacional da CBDU, no ano de 2015.

Em 2016, no entanto, houve redução significativa no número de bolsas, em razão do corte orçamentário em 50% em relação ao ano 2015 e o fim do repasse do Reuni, conforme aponta o *Relatório de Gestão DEA* (2016). Embora tenham sido concedidas apenas 105 bolsas, a UnB ganhou novamente o Troféu Eficiência em 2016, classificando-se como principal colocada entre as instituições públicas do país e terceira no ranking geral.

A autora ressalta que a Universidade possuía, em 2016, cerca de 50 mil estudantes de graduação e pós-graduação regularmente matriculados. Conforme os dados apresentados, apenas 0,21% do corpo discente da UnB foi contemplado pelo PBA-UnB naquele ano, evidenciando, em sua análise, a restrita participação dos discentes no programa e uma política esportiva direcionada ao esporte de alto rendimento, que não privilegia a universalização do acesso ao esporte. Dessa maneira, ela avalia que

[...] a restrição a determinadas modalidades, um número significativo de condicionalidades de acesso, e o orçamento reduzido demonstram que o PBA-UnB possui uma abrangência restrita e focalizada, o que se comprova no seu baixo índice de atendimento em comparação ao público-alvo potencial (Belato, 2018, p. 113).

Com a reestruturação da Diretoria de Esporte, Arte e Cultura (DEA/DAC) na UnB, o esporte ganhou uma diretoria específica a partir 2017, a Diretoria de Esporte e Lazer (DEL), que está voltada para a promoção da Política de Esporte Universitário na instituição. Belato (2018) acredita que a conquista de uma diretoria específica para tratar de assuntos esportivos dentro da Universidade pode ser vista como um avanço. No entanto, pondera que

a mudança na estrutura institucional, por si só, não seria capaz de solucionar os problemas de infraestrutura física, pessoal e de financiamento do esporte na universidade.

Na dissertação de Mestrado *Bolsa Atleta Universitária: as estratégias de permanência do aluno atleta nas Universidades Federais do Rio de Janeiro*, de Renata Moreira (2019), são analisados os programas Bolsa Atleta da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), instituições federais de ensino superior do Estado que recebiam esse tipo de auxílio. A UFRJ, instituição em que o trabalho de pesquisa foi realizado, não foi considerada pelo estudo por não ter o Programa Bolsa Atleta durante o período pesquisado.

Os objetivos específicos do Programa Bolsa Atleta em cada instituição de ensino superior são discutidos na dissertação, como mostra a Figura 5.

Figura 5 – Informações sobre Programa bolsa atleta em universidades federais no Rio de Janeiro, 2019

Programa bolsa atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro 2019		
Universidades	UFF	UFRRJ
Ano de Criação	2012	2010
Valor	R\$:400,00	R\$:320,00
Nº de Vagas	15	60
Modalidades esportivas	Esportes individuais	Esportes individuais e coletivos.
Objetivos	<p>Incentivar a participação dos estudantes da UFF em atividades esportivas e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico e em competições esportivas;</p> <p>Viabilizar recursos aos estudantes que possam cobrir parte dos custos para aquisição de material esportivo, inscrições em competições, transporte, hospedagem e alimentação durante eventos esportivos.</p>	<p>Fomentar projetos de extensão universitária na área do esporte e incentivar a prática desportiva saudável, contribuindo para a democratização do esporte, mediante o oferecimento de auxílio aos estudantes praticantes de modalidades esportivas e voluntários em ações de extensão que promovam o esporte.</p> <p>Incentivar os alunos na construção de hábitos saudáveis relacionados à prática esportiva e de lazer.</p> <p>Possibilitar ao estudante da UFRRJ, receber auxílio financeiro individual, contribuindo na viabilização da sua participação em competições esportivas.</p>

Fonte: Moreira (2019).

Na UFRRJ, entre os requisitos para participação no programa, o estudante deveria ter disponibilidade de 10 horas semanais para o desenvolvimento de práticas esportivas e participação em projetos formativos de inserção comunitária para atletas, sem prejuízos a outras atividades acadêmicas. Também são apontados como requisitos: “[...] ter conhecimento técnico na modalidade esportiva para a qual se inscreveu, incluindo as regras oficiais e a legislação esportiva vigente no país” (Moreira, 2019, p. 81).

A seleção dos alunos é realizada por uma Comissão de Avaliação da qual participam servidores públicos que atuam na Pró Reitoria de Assuntos Estudantis (Proaes) e na Pró

Reitoria de Extensão (Proext) e docentes do curso de Educação Física. Essa comissão avalia a aptidão técnica específica dos candidatos para cada modalidade e analisa a documentação apresentada para comprovar a adequação da condição socioeconômica aos critérios previstos.

A Comissão de Avaliação também é responsável pelo acompanhamento contínuo do desempenho dos bolsistas. Segundo Moreira (2019, p. 84), "com base na avaliação, a qualquer momento a distribuição dos Auxílios poderá sofrer alterações a partir do momento que o bolsista não estiver obtendo desempenho satisfatório". O programa previa, ainda, a substituição de bolsistas durante os períodos acadêmicos, seguindo a ordem de classificação do processo seletivo. Dessa forma, candidatos excedentes do limite das vagas passavam a compor o cadastro de reserva.

Na UFF, o processo seletivo leva em consideração o coeficiente de rendimento e o número de participações dos estudantes em competições esportivas realizadas ao longo do ano anterior. No programa da federal fluminense também há previsão de substituição de concessão de bolsa, aproveitando os candidatos da lista de espera, em casos de vacância. A Coordenação de Apoio Acadêmico da Proaes é responsável pelo processo seletivo na instituição.

Moreira defende que o Programa Bolsa Atleta é importante para a expansão do esporte nas universidades federais em um cenário de pouca representação das instituições públicas em eventos esportivos universitários oficiais e disparidades quando comparadas às condições de instituições particulares nas competições. Assim, argumenta que, "[...] apesar do apoio financeiro dado pela instituição, o esporte universitário ainda carece de maior presença institucional" (Moreira, 2019, p. 111).

O estudo conclui que a abrangência dos programas Bolsa Atleta nas referidas universidades federais é muito pequena e restrita em relação ao quantitativo total de alunos das instituições. Moreira cita o número de 41.174 alunos ativos em cursos presenciais de graduação na UFF e 26.011 estudantes de graduação e pós-graduação na UFRRJ. Naquele ano, o referido programa ofertava apenas 15 bolsas na UFF e 60 bolsas na UFRRJ.

Na avaliação da autora, os dados obtidos sobre o Programa Bolsa Atleta demonstraram que o programa é um fator auxiliar na permanência do aluno, porém, não é determinante como um fator isolado. O PBA também é considerado pouco abrangente, com pequeno orçamento e grande quantidade de condições para o acesso. Ela sinaliza o baixo atendimento quando comparado ao público-alvo destinado e sugere ampliar o programa para que mais pessoas possam ser atendidas, além da necessidade de pensadas outras soluções

para ampliar o acesso à prática esportiva nos espaços da universidade, convidando outros estudantes a também praticarem esportes.

No seu texto de dissertação, Moreira relata a sua experiência pessoal na condição de estudante da UFRJ, durante período em que cursou a Licenciatura em Educação Física, como praticante de triatlon e usuária da instalações esportivas da referida instituição de ensino: "A UFRJ não possuía boa estrutura para a prática de triathlon, a piscina vivia ocupada e os horários disponíveis de uso não combinavam com os meus, a falta de segurança, iluminação e banheiros, para a utilizar a pista de corrida também não colaborava" (Moreira, 2019, p. 8).

Conforme lembra a mesma autora, por ser um centro de treinamento olímpico, a Escola de Educação Física e Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (EEFD – UFRJ) recebeu um investimento de R\$ 61,3 milhões em recursos do Ministério do Esporte, em 2016, para a construção de dois campos de hóquei sobre grama e de um campo de rúgbi, a reforma da piscina olímpica e de seis vestiários. Além disso, foi construído um elevador para melhorar a acessibilidade da escola (Moreira, 2019).

No entanto, a autora denuncia que os investimentos feitos na piscina e no campo de Rugby da UFRJ estavam se perdendo por falta de manutenção e segurança. Assim, discute a utilidade de reformas momentâneas sem pensar a longo prazo ou nos custos de manutenção de cada equipamento. Naquele ano de 2019, a autora constata que a realidade estava distante do ideal, diante do crescente corte de verbas das instituições públicas de ensino superior, o que inviabilizava qualquer possibilidade de reformas. Nas suas palavras,

A recuperação e a modernização da piscina da EEFID como um legado olímpico parecia algo que beneficiaria a toda UFRJ e seu entorno, em 2012 os estudantes da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ se mobilizaram em protestos junto ao CA, ficaram um ano sem a piscina olímpica, o que prejudicou a formação de vários alunos, considerando que a piscina é uma instalação muito utilizada nas aulas de natação e hidroginástica. Em 2018, impossibilitados de utilizar a piscina, novamente os estudantes de Educação Física da universidade se mobilizaram e se organizaram em diversos atos. O CAEFD escreveu uma nota de repúdio ao que eles chamam de "Negado Olímpico" (Moreira, 2019, p. 31).

O trabalho também chama a atenção para o movimento de realização de jogos promovidos por e para universidades públicas, em paralelo ao calendário oficial da CBDU. São mencionados os jogos das instituições públicas (Juip), realizados no Rio de Janeiro em 2018, que propunham uma lógica alternativa àquela aplicada em outros eventos organizados em parceria com as federações esportivas, os quais, conforme argumenta a autora, muitas vezes impedem uma maior inclusão. Na sua pesquisa, descreve que

Os alunos relataram que o clima da competição do JUIP era de integração e aprendizado. Não era um ambiente hostil como costuma ser com as universidades particulares. Segundo a fala dos mesmos, foi bem mais justo e os jogos mais acirrados do que costumam ser. O fato da maioria dos alunos atletas das escolas particulares serem atletas profissionais que são motivados a estudar por conta de bolsas, torna as competições desiguais no quesito rendimento e competitividade. Para os alunos das instituições públicas o JUIP é um incentivo ao desporto universitário educacional e de participação (Moreira, 2019, p. 35).

A partir de questionários aplicados com alunos da UFF e UFRRJ, o estudo aponta que os estudantes que praticam atividades esportivas nas instituições participam das equipes universitárias, de competições ou realizam suas práticas por conta própria nas instalações da universidade, seja individualmente ou em grupo. Entre as principais motivações para a prática de esporte universitário nas instituições pesquisadas, desataca-se o "[...] amor pelo esporte e pelo lazer" (Moreira, 2019, p. 106). As informações coletadas também demonstram a despretensão da maioria dos pesquisados com relação ao profissionalismo, com uma tendência entre esporte de rendimento e participativo nos contextos analisados. Para a autora, "Os resultados corroboram com a hipótese de que alunos participantes do esporte universitário competitivo das instituições públicas priorizam os estudos em comparação aos alunos das instituições privadas" (Moreira, 2019, p. 114).

A dissertação de mestrado de Michele Castilho (2020), com o título *Política de Esporte e Lazer da UFT: uma proposta de diretrizes para a sua construção*, discute a gestão das práticas esportivas na Universidade Federal do Tocantins (UFT). O trabalho traz o histórico do esporte na universidade, que não contava com estrutura física de ginásio ou outros espaços para práticas esportivas até 2014. Segundo a autora, as iniciativas em relação ao esporte na instituição aconteciam apenas como ações pontuais, sem continuidade, partindo da iniciativa pessoal do estudante ou de alguma associação atlética. Havia o apoio por parte da Reitoria para a participação dos alunos nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), jogos internos e jogos entre as atléticas.

Conforme lembra Castilho (2020), a instituição realizou, em 2014, concurso público que direcionava uma vaga para o cargo de Técnico Desportivo, na área de Educação Física. A integração de um profissional qualificado para desenvolver as ações de esporte e lazer, em sua análise, pode ser compreendida como uma manifestação do interesse por parte da instituição em buscar melhorias para o setor. O curso de Educação Física da UFT teve início em 2015, com dois polos: um no município de Miracema e o outro no município de Tocantinópolis. Naquele momento, "[...] as aulas práticas aconteciam em espaços esportivos da Prefeitura, Estado ou clubes, por meio de parcerias" (Castilho, 2020, p. 21).

A UFT inaugurou uma pista de atletismo com padrões oficiais em 2018, no *campus* de Miracema, e outra pista no *campus* de Palmas em 2019. Castilho informa que o complexo esportivo do *campus* de Miracema estava em processo de finalização em 2020, com previsão de construção de um ginásio poliesportivo, quadras externas, piscina e uma pista de atletismo padrão internacional.

De acordo com o *Relatório de Gestão da PROEX/UFT*, ainda em 2018, foram lançados editais direcionados ao esporte através do Programa UFT em Movimento e edital para solicitação de Auxílio Financeiro para Participação nos Jogos Universitários Brasileiros (JUB). Sobre o edital de auxílio financeiro para participação nos JUB, a autora afirma que

Esse apoio financeiro é fundamental para que a Instituição possa ser representada em eventos esportivos oficiais, o que vem a ser uma política social que poderia ser incluída na Política de Esporte e Lazer da UFT, pois oportuniza o acesso do direito ao esporte a uma parte de seus estudantes (Castilho, 2020, p. 97).

O aumento da participação das equipes representativas da UFT nas competições esportivas universitárias foi registrado em 2018, sendo atribuído a esse motivo o posicionamento da UFT em 23º lugar entre as 282 IES no “Troféu Eficiência” da CBDU, evento anual em que a CBDU premia os atletas de destaque, as IES e as Federações Universitárias mais bem classificadas nas competições promovidas.

A UFT participou pela primeira vez das Olimpíadas Universitárias em 2011 – esse era o nome do evento nacional promovido pela CBDU – e, desde então, se fez sempre presente com delegações na principal competição universitária do país. Os Jogos da UFT (JUFT) também são destacados no calendário do esporte na universidade. O evento conta com grande envolvimento dos estudantes de todos os *campi*, sem restrição em relação às habilidades técnicas específicas para cada modalidade, segundo informa Castilho (2020).

Os JUFT também são espaço para selecionar uma parte dos alunos que desejam compor as equipes representativas da UFT nas competições oficiais do esporte universitário brasileiro organizadas pela CBDU e, também, para participar de outras competições fora da universidade. Para Castilho (2020), os alunos que se destacam nessas competições geralmente vêm de um histórico de práticas esportivas desde a infância, portanto, ao chegar na universidade desejam dar continuidade ao que já praticavam. A autora também relata que,

Ao longo dos anos em que estes Jogos aconteceram na UFT não foram encontradas evidências concretas comprovando o valor de cada inscrição, qual valores foram arrecadados com as inscrições, quais os auxílios foram concedidos e para quem, quais os materiais foram emprestados, assim como, quais parcerias foram estabelecidas (Castilho, 2020, p. 102).

No texto do PDI (2016-2020) da UFT aparece como meta e ações para o ano de 2017 a intenção de "[...] elaborar um plano de Política de Esporte e Lazer" (p. 107). Também aponta a necessidade de se buscar fontes de financiamento externas para possibilitar a estruturação física, com a construção de espaços poliesportivos em todos os *campi* para a prática de atividades esportivas. O estudo aborda como referência outras Ifes em que a política de esporte já está mais consolidada, entre elas, UFRN, UFG, UnB e UFPE.

Por meio da análise das experiências de outras universidades federais na gestão do esporte, o estudo de Castilho (2020) propôs o pensar diretrizes para orientar as ações de esporte e lazer da UFT e a implantação de uma política de esportes da Instituição. Através de consulta nos *sites* oficiais das Ifes da região Norte, buscou localizar documentos relacionados ao esporte e lazer e informações diretamente das fontes pesquisadas. A investigação teve como objetivo específico verificar se as Ifes possuíam uma política de esporte e lazer consolidada.

A consulta aos documentos institucionais das Ifes, de acordo com Castilho (2020), indicou que o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é o que mais evidencia ideias relacionadas ao campo de esporte e lazer em todas as universidades pesquisadas. As menções ao campo do esporte e lazer mais presentes no PDI das Ifes relacionam-se a ações de assistência estudantil; espaços e equipamentos a serem construídos para a melhoria da infraestrutura esportiva das instituições; mecanismo de interação entre a comunidade interna e a externa e forma de melhoria nas condições de trabalho e qualidade de vida dos servidores.

O estudo constata o fomento às atividades esportivas em todas as instituições pesquisadas (Ufac, UFPA, Ufra, Unifap, Ufam, UFRR, Unir), especialmente através de atividades de extensão. Conforma a autora,

Todas as IFES (UFAC, UFAM, UNIFAP, UFRR, UFPA, UFRA, UNIR) são organizadas em multicampis, com no mínimo três sedes distribuídas entre a capital e os interiores de seus respectivos estados. Nestas instituições, pelo menos uma sede conta com infraestrutura física esportiva, no qual se destacam: "ginásio, campo de futebol, piscina, salas de lutas e dança, academia (UFAC, UFPA, UNIR, UNIFAP, UFRA, UFAM, UFRR); pista de atletismo (UFAC, UFPA, UFAM, UNIFAP) (Castilho, 2020, p. 81).

Segundo a mesma autora, todas as Ifes citadas também possuem setor próprio voltado para o desenvolvimento das ações de esporte e lazer, vinculado com mais frequência à extensão e à assistência estudantil. Os recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil são apontados como principal fonte de financiamento no fomento ao esporte universitário. Castilho (2020) afirma, também, que as atividades ofertadas para a comunidade acadêmica, e que se estendem para a comunidade externa, vão desde os treinamentos específicos de

modalidades esportivas (Ufam, Ufac, Unifap, Ufra) e práticas voltadas para o lazer e qualidade de vida (Unir, UFPA, UFRR), à oferta de atividades para crianças, com aulas de educação física e escolinhas de iniciação esportiva (Ufra, Ufam, Ufac, Unifap).

Em seu estudo, Castilho (2020) ressalta que as ações de fomento ao esporte universitário acontecem através do apoio de programas e editais para o custeio de bolsa-atleta, transporte para participação em competições, auxílio para viagens e organização de jogos. Esses editais seguem padrões para o financiamento do Pnaes, apresentando requisitos como: “condição de vulnerabilidade socioeconômica”, “cursos de graduação presenciais”; “reduzir as taxas de evasão e retenção”; “contribuir para a permanência e a melhoria do desempenho acadêmico dos estudantes” e “promover a inclusão social pela educação” (Castilho, 2020).

Embora não tenham sido encontrados documentos que demonstrem uma política de esportes consolidada nas Ifes pesquisadas, em todas elas havia algum plano de apoio para o esporte universitário: Projeto Pró-Atleta – UFRR; Programa de Apoio à Participação de Discentes de Graduação em Eventos Científicos, Tecnológicos, Esportivos e Culturais – Ufam; Programa Esporte e Lazer Universitário – UFPA; Plano de Treino Multicampi para as seleções da Ufra – Ufra; Edital Auxílio de Incentivo ao Esporte/Auxílio Atleta – Unifap; Edital - Bolsa de Extensão, Cultura, Esporte e Lazer – Ação Afirmativa – Unir; Edital de apoio para viabilizar a participação de alunos-atletas da Ufac em competições esportivas – Ufac.

Castilho (2020) propõe, em seu estudo, as seguintes diretrizes para as ações de esporte e lazer da Universidade Federal do Tocantins: fomento do esporte educacional para toda a comunidade acadêmica; apoio ao esporte de rendimento por meio de projetos específicos; manutenção do movimento esportivo e cultural, por meio de calendário de eventos; promoção da prática de “dias de lazer” e atividades de recreação na universidade para a sociedade; articulação de projetos esportivos com as entidades representativas dos estudantes da instituição; elaboração e instrumentalização de uma política de esporte e lazer para a UFT; implantação de áreas multifuncionais para esporte e lazer que incentive o acesso a comunidade acadêmica aos equipamentos esportivos; implantação de projetos e programas que visem à promoção da saúde e qualidade de vida dos membros da comunidade; elaborar diagnósticos periódicos dos equipamentos e espaços de Esporte e Lazer existentes.

A autora sugere que, para a aprovação da política de esporte e lazer na universidade, devem ser considerados como procedimentos necessários a formação de uma comissão para conduzir as discussões com a participação da comunidade acadêmica, a partir do diagnóstico

sobre as demandas existentes, os princípios e as diretrizes gerais estabelecidas, além das políticas de esporte e lazer já existentes em outras Ifes do país.

Uma das diretrizes destacadas no estudo faz referência à implantação de espaços multifuncionais para esporte e lazer que incentivem o acesso da comunidade acadêmica aos equipamentos esportivos. A respeito disso, para Castilho (2020, p. 114),

Nas universidades públicas uma das constantes demandas na área de esporte e lazer envolve a busca por implantação e melhorias dos espaços esportivos. Espaços apropriados são essenciais para que as atividades esportivas aconteçam de maneira adequada e com segurança, e a visibilidade do local pode ser uma forma de atrair mais praticantes.

Em acréscimo, a autora sugere que

Áreas disponibilizadas na Instituição podem receber equipamentos esportivos, como por exemplo, a instalação de equipamentos de academias ao ar livre, além da reforma e criação de novos equipamentos, ou a manutenção dos espaços esportivos já existentes, inclusive adaptados para receber pessoas com mobilidade reduzida ou com necessidades especiais. Os espaços podem ser um incentivo ao uso de áreas naturais para o lazer, uma vez que costumam ser mais econômicos, estimulam o processo de criatividade, concentração e foco, além de dar mais liberdade para os praticantes planejarem seus treinos com calma (Castilho, 2020, p. 114-115).

Na dissertação, a autora também ressalta a importância da elaboração de diagnósticos periódicos dos equipamentos e espaços de Esporte e Lazer existentes e de subsidiar ações de manutenção e preservação da infraestrutura. No seu entender,

Devem ser tomadas medidas educativas de conscientização para garantir o controle social da comunidade acadêmica na preservação e na gestão conjunta dos espaços esportivos e de lazer, com o intuito de estimular o envolvimento da comunidade nos cuidados dos espaços. É uma forma de comprometimento e consciência de que os espaços existentes na universidade são públicos, de usufruto de todos, por este motivo devem ser tomados os cuidados necessários para manter essa estrutura preservada e adequada para uso da sociedade, visando o bem da comunidade (Castilho, 2020, p. 116).

Nas considerações finais, a autora argumenta que a universidade deve se comprometer com o desenvolvimento integral dos estudantes e incentivar a prática de atividade física como forma combater o sedentarismo e as tensões de estudo, destacando que é nessa fase que muitos jovens deixam as atividades físicas de lado.

Por fim, a autora assinala que,

Uma outra forma de aproveitar o tempo e o espaço do esporte universitário através das práticas esportivas, seria integrando outras iniciativas, por exemplo, servindo como campo de pesquisas para outros cursos, como no caso da UFT, que dispõe de Medicina, Enfermagem, Nutrição, Pedagogia, Psicologia, Jornalismo, dentre outros. Os acadêmicos podem aproveitar estes eventos para coletar dados, podendo ser também uma forma de vivência para o curso de Jornalismo, ajudando

na divulgação de notícias, no acompanhamento e na cobertura dos eventos esportivos (Castilho, 2020, p. 119).

A dissertação de mestrado intitulada *Gestão do esporte universitário: o caso da Universidade Federal de Viçosa*, de Ebio Viana Meneses Neto (2021), teve por objetivo analisar a percepção dos praticantes de atividades esportivas sobre a gestão do esporte na universidade, considerando o contexto histórico, o processo de gestão dos atores públicos, dos financiamentos e das atividades competitivas, recreativas e educacionais.

O acesso ao trabalho na íntegra não está disponível no catálogo de teses e dissertações da Capes, apenas o seu resumo. No entanto, os resultados do estudo foram apresentados em artigo homônimo publicado na *Revista Gestão Universitária na América Latina* (GUAL), vinculada ao Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em junho de 2023, assinado pelo autor da dissertação e seu orientador, o professor Carlos Eduardo Artiaga Paula, da Universidade Federal de Viçosa.

O esporte da UFV está vinculado à Divisão de Esportes e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que destina subsídios para as ações esportivas na universidade, conforme informa o referido artigo (Meneses Neto; Paula, 2023). Os recursos são distribuídos a partir do orçamento que está vinculado à Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento. A gestão do esporte universitário na UFV é compartilhada com a Associação Atlética LUVE – que representa a instituição em competições – e com mais nove Associações Atléticas Acadêmicas, que fazem parte da Liga Atlética Acadêmica.

A Associação Atlética Acadêmica LUVE é a organização que representa a UFV em competições oficiais da CBDU e promove eventos esportivos, como a Copa LUVE, competição de futsal masculina e feminina que envolve cursos dos diversos centros da universidade. Segundo afirmam os autores, estão presentes na UFV os diferentes tipos de manifestações esportivas, sejam elas competitivas, recreativas ou educacionais. São destacadas, entre as ações voltadas para a promoção do esporte na universidade, o Programa Segundo Tempo – que disponibiliza bolsas de incentivo às atividades extracurriculares voltadas para o esporte não competitivo –, o Programa de Esporte e Lazer nas cidades, realizado como atividade de extensão, e o Projeto Segunda Opção, com atividades de lazer no *campus* UFV-Viçosa.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFV de referência para o período 2018-2023 informa que a instituição contabiliza 13 instalações voltadas para as práticas esportivas. No *campus* UFV-Viçosa, foram construídos academia aberta, campo

society, espaço de convivência, além da reforma das quadras do Departamento de Educação Física e outras quadras. No PDI, a UFV sinaliza a ampliação em 60% da infraestrutura para promoção e incentivo da prática de atividades físicas, de esporte e de lazer nos *campi* UFV-Viçosa e UFV-Florestal, levando em consideração o planejamento da gestão para o período 2012-2017. Conforme registrado,

A maior parte do investimento em infraestrutura partiu da construção do PVE, Pavilhão de Esportes, localizado no Departamento de Educação Física, que contém um conjunto de quadras esportivas, sendo 1 de handebol e futsal, 2 de basquetebol, 3 de voleibol, 4 de badminton, 2 de peteca e uma de golbol. A estrutura conta ainda com um bloco de vestiários, almoxarifado e cantina (Meneses Neto; Paula, 2023, p. 63).

Em relação ao financiamento do esporte na UFV, os autores observaram

[...] que a UFV utiliza de forma comumente o financiamento estudantil a partir de bolsa, mais precisamente bolsas alimentação. A bolsa alimentação é o serviço de gratuidade das refeições servidas nos Restaurantes Universitários a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação. Atletas da LUVE recebem este subsídio por causa do esporte. Esta bolsa é chamada de “Bolsa LUVE” segundo o PDI (Meneses Neto; Paula, 2023, p. 59).

O trabalho apresenta os resultados de 82 questionários aplicados para escuta da comunidade acadêmica. Os respondentes consideram a gestão do esporte da UFV regular, com pontos positivos e negativos. De acordo com a avaliação, a UFV dispõe de atividades e projetos esportivos para a sua comunidade acadêmica e viabiliza o espaço físico para a prática esportiva. Os dados encontrados revelam que as modalidades esportivas mais praticadas na UFV são: futebol (45,8%), handebol (31,9%), vôlei (29,2%) e basquete (23,6%). Futsal e Natação foram outras modalidades mencionadas com frequência. A maior parte dos praticantes dessas atividades utiliza os espaços da UFV entre duas e quatro vezes por semana.

Sobre o espaço físico na UFV, 54,2% dos entrevistados consideram o espaço disponibilizado pela instituição Regular, Ruim ou Muito Ruim, enquanto 41,7% consideram Bom ou Muito bom e 4,2% não foram capazes de opinar. Para Meneses e Paula (2023, p. 62), "[...] a partir das respostas abertas, foi possível perceber que a UFV dispõe de bons espaços para a prática esportiva, mas nem todos os praticantes possuem acesso a esses espaços". O estudo contemplou questões abertas, através das quais foram identificadas dificuldades de adequação dos horários dos treinos sem prejudicar horários de aula, e os desafios enfrentados para manter as associações atléticas. O relato de um dos respondentes sobre a dificuldade em conseguir recursos financeiros e para a utilização dos espaços da

Universidade para os treinos da atlética é apresentado por Meneses Neto e Paula (2023, p. 62):

Enfrentamos muita dificuldade para conseguir acesso aos espaços da UFV e quando conseguimos temos poucos horários, pois precisamos dividir os poucos espaços disponibilizados com as outras 8 atléticas. Além disso nem todos os espaços da UFV são disponibilizados para uso das atléticas, dessa forma fica ainda mais difícil realizar os treinos. Considero ainda que a prática esportiva organizada pelas atléticas é fundamental para os alunos manterem uma boa saúde física e mental, mas as atléticas têm extrema dificuldade para conseguir proporcionar as práticas de forma regular.

Outro dos respondentes da pesquisa relatou a necessidade de buscar espaços privados na cidade de Viçosa-MG para a realização dos treinos e atividades de recreação. Um dos espaços citados é a Associação dos Servidores Administrativos da UFV (Asav). Meneses Neto e Paula (2023) sinalizam que as instalações esportivas são destinadas com prioridade para as atividades curriculares dos cursos de Educação Física, dessa forma, os alunos de outros cursos não conseguem praticar atividades esportivas em muitas ocasiões.

A percepção dos praticantes esportivos a respeito da gestão de esporte na UFV apresenta os seguintes resultados: 44,4 % dos respondentes avaliavam a gestão do esporte universitário na UFV como regular, 22,2% consideravam bom, 27,8% consideravam ruim e 5,6% consideravam muito ruim. Foi possível, ainda, detectar a demanda dos praticantes esportivos por fóruns para discutir as questões próprias do esporte na universidade. Dos praticantes esportivos respondentes, 73,6% acreditam que os fóruns de discussão são muito necessários para aproximar a comunidade acadêmica dos gestores responsáveis pela temática na UFV. A maior parte dos respondentes defende que os gestores universitários precisam conhecer a demanda da comunidade acadêmica, que deve participar das discussões sobre o desenvolvimento do esporte nas instituições de ensino.

Além dos trabalhos acadêmicos identificados no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, foram consideradas outras duas produções acadêmicas que também abordam temáticas relacionadas às políticas esportivas em universidades federais brasileiras, indicadas pela banca examinadora durante o processo de qualificação da presente dissertação de mestrado, com a finalidade de contribuir com a discussão sobre o objeto de estudo e a redação final do texto (Quadro 2). As duas publicações também estão disponíveis no banco de dados da Capes, embora não tenham sido inicialmente localizadas a partir do descritor utilizado para a pesquisa.

Quadro 2 – Trabalhos acadêmicos incorporados ao estudo por indicação da banca no processo de qualificação do texto

Título	Autor(a)	Tipo de Publicação	Instituição	Ano
Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão	Gabriela Machado Ribeiro	Dissertação de Mestrado	Universidad e Federal de Pelotas (UFPel)	2012
Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas de Minas Gerais	Brisa de Assis Pereira	Dissertação de Mestrado	Universidad e Federal de Minas Gerais (UFMG)	2018

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

A dissertação *Políticas de Esporte e Lazer: o papel da universidade em questão*, de Gabriela Ribeiro (2012), teve por objetivo compreender se as universidades públicas brasileiras formulam políticas de esporte e lazer e qual o teor das propostas existentes. O estudo foi desenvolvido a partir da análise de documentos oficiais de 15 universidades federais. Entre os documentos institucionais analisados, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi apontado como o documento que mais apresenta aspectos relacionados à temática.

Entre as quinze universidades investigadas, apenas uma não refere o esporte e o lazer em seu PDI. Os apontamentos em relação a essa temática se relacionam-se, predominantemente, ao esporte e lazer como estratégia de assistência estudantil; como elementos a serem contemplados na melhoria da infraestrutura institucional; como mecanismos de interação com a comunidade externa e entre a comunidade interna e de melhoria das condições de trabalho dos servidores.

Conforme destaca Ribeiro (2012), com a implantação do Programa Reuni, que previu entre as suas metas a ampliação do acesso e permanência de alunos no ensino superior, tornou-se necessário estabelecer diretrizes voltadas ao amparo do estudante para viabilizar tal propósito. Em relação aos apontamentos no PDI das instituições pesquisadas referentes à promoção de ações relacionadas ao esporte, a autora afirma que

As enunciações relacionadas ao tema, em geral, são apresentadas por verbos como apoiar, incentivar, possibilitar, os quais evidenciam uma postura de isenção, de desobrigação da universidade com a promoção de ações relacionadas ao esporte e lazer. O emprego desses verbos remete a ideia de que a responsabilidade da proposição é de outrem. Assim, as IES se colocam no papel de incentivadoras, eximindo-se da função de proponente (Ribeiro, 2012, p. 77).

Conforme a mesma autora, embora todas as instituições investigadas abordassem o esporte e o lazer em seus documentos, a falta de precisão no trato das questões relativas a essas temáticas revela a inexistência de políticas para a área na maioria das universidades pesquisadas. Ela conclui que essas instituições não possuíam uma política institucional de esporte e lazer e, assim, desconsideravam o potencial formativo desses e não reconheciam como sua responsabilidade a democratização dos bens culturais, nesse caso, relacionados às manifestações de esporte e lazer. Aponta, também, uma única universidade que destacava o esporte e o lazer como direitos sociais constitucionalmente garantidos e reconhecia a sua responsabilidade em relação à garantia do acesso a esse direito pela comunidade, não os atrelando ao atendimento de outras necessidades, como assistência estudantil, assistência ao trabalhador etc.

Segundo argumenta Ribeiro (2018, p. 86), "[...] ao serem elencadas, majoritariamente, ações envolvendo atividades de esporte e lazer como forma de atender outras demandas concernentes a vida acadêmica, evidencia-se a preponderância de um caráter funcionalista nas proposições". Além disso, a autora relaciona como outro aspecto que reforça o caráter assistencialista o fato de que as poucas proposições elencadas pelas universidades se caracterizavam como ações isoladas, esporádicas e eventuais, sem referendar a garantia de recursos para sua efetivação e continuidade.

Ribeiro conclui que as universidades investigadas não possuíam políticas e/ou não incluíam em sua política institucional proposições concretas destinadas ao esporte e ao lazer. Tal constatação pauta-se na falta de precisão dos apontamentos relativos à questão, de maneira que os documentos analisados não previam propostas objetivas, não apontavam os mecanismos para materializar as vivências de esporte e lazer e não assinalavam as fontes de financiamento.

A autora defende que as universidades federais brasileiras, enquanto *locus* de produção e disseminação de conhecimento, devem, minimamente, problematizar essa questão. Isso porque, o acesso e aos bens sociais e culturais faz parte da formação cidadã dos sujeitos, e o esporte e o lazer são manifestações culturais historicamente produzidas que devem ser contempladas na formação universitária. Para Ribeiro,

[...] a instituição universitária tem todas as condições objetivas para configurar-se em uma formuladora, executora e indutora de possíveis ações relacionadas ao esporte e ao lazer. Em diálogo com as esferas estatais pode estabelecer parcerias e elaborar propostas que condizam com seus princípios, objetivos e compromisso social com a comunidade interna e externa (Ribeiro, 2012, p. 101).

A dissertação intitulada *Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas de Minas Gerais*, de Brisa Pereira (2018), promove o debate sobre o papel das universidades públicas federais localizadas no Estado de Minas Gerais no desenvolvimento das políticas de lazer e de esporte. A autora analisou os Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), Regimentos Gerais e Estatutos de 11 universidades públicas federais mineiras para melhor compreender as filosofias institucionais, ideologias e princípios que regem suas práticas pedagógicas. Os documentos analisados possibilitaram constatar que todas as instituições públicas federais pesquisadas definiam – em maior ou menor grau –, como filosofia e políticas institucionais, a promoção de uma educação emancipatória, humanística, integral, conforme aponta a autora, que questiona de que maneira o esporte e lazer se constituem como veículos dessas universidades para o cumprimento (ou não) com a filosofia institucional proposta.

De acordo com Pereira (2018), das 11 universidades federais mineiras pesquisadas, nove instituições assumiam a responsabilidade enquanto proponentes do desenvolvimento e promoção do lazer e do esporte, pelo menos, no que se refere aos “Objetivos” e “Metas Institucionais” para a vigência do PDI. A pesquisadora observa que os verbos empregados nos documentos as colocam como sujeitos das ações: criar, desenvolver, implementar, instalar/construir, elaborar e implantar, criar e regulamentar, institucionalizar.

Além disso, seis das instituições pesquisadas apresentaram não só os objetivos, metas e ações, como também o prazo de execução, o órgão executor, o grau de prioridade, os indicadores de desempenho e a verba de custeio destinada às ações. Considerações que, apesar de não garantirem a efetivação de políticas, indicam uma maior preocupação e responsabilidade dessas universidades para com o lazer e o esporte, avalia a autora.

Entretanto, são apontadas como ressalvas que

- 1) A maioria destas instituições apresentaram o lazer e o esporte como metas e ações pontuais para se alcançar determinado fim, e não como um dos eixos principais para balizar suas ações de médio e longo prazo; 2) Mesmo nas quatro instituições em que o lazer e o esporte tiveram certa centralidade, se os compararmos ao total de objetivos apresentados nos PDI's para o quinquênio, os objetivos relacionados a eles ainda representam uma porcentagem muito pequena, o que pode incidir diretamente no total de investimento nestas áreas para o período proposto; 3) A maioria das instituições ainda prioriza um fenômeno em detrimento do outro e, apesar de existirem as manifestações físico-esportivas do lazer, a maioria das universidades desprendem maiores investimentos em projetos/ações esportivas, conferindo ao lazer condição anexa ao esporte (Pereira, 2018, p. 79).

Pereira (2018) destaca que o lazer e o esporte se constituem nas universidades federais mineiras, fundamentalmente, como veículos das políticas destinadas para

assistência à comunidade acadêmica, em especial ao corpo discente; às ações Extensionistas e à infraestrutura institucional. Para algumas dessas instituições, o lazer – e o esporte como uma de suas manifestações – não passam de “estratégias” ou “meios” para atender outras necessidades, como a prevenção da saúde, a permanência estudantil, a promoção social. A autora cita Menicucci (2006) para defender que, ainda que o lazer possa contribuir para tudo isso, é necessário que ele seja compreendido como uma necessidade social específica e não apenas como meio para atendimento de outras necessidades.

A autora cita o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Ministério da Educação, em 2007, e transformado em decreto presidencial (Decreto nº 7.234), em 2010, que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Conforme Pereira (2028), o repasse governamental via Pnaes prevê dez áreas de aplicação de recursos para os estudantes assistidos, entretanto, não determina uma rubrica específica destinada a cada uma delas, desse modo, cada universidade assume organização própria quanto à alocação da verba. Submeter o apoio ao lazer e o esporte unicamente à assistência estudantil, segundo a sua avaliação, implica compreendê-los dentre um conjunto de medidas que concorrem entre si por espaços e investimentos. Nesse sentido, entende que

[...] pensar o lazer e o esporte apenas sob a égide da assistência estudantil, colocá-los sob o prisma de um gasto adicional, que concorre, dentre um conjunto de medidas (muitas vezes hierarquizadas), por espaços e investimentos que não atendem a todas as demandas. Ademais, comproendo que essas políticas devam abranger toda a comunidade acadêmica e não uma parcela específica dos estudantes (Pereira, 2018, p. 88).

Pereira ressalta que a universidade tem a responsabilidade legal de priorizar o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade social. No entanto, pondera que a política de assistência estudantil não deve ter um caráter meramente assistencialista e precisa se constituir como uma política universal que garanta melhores condições de ensino e permanência a todos os estudantes, valendo, inclusive, para as ações relacionadas ao âmbito do esporte e do lazer. Desse modo, conforme Pereira (2018), embora todas as instituições investigadas referenciem o esporte e o lazer em seus documentos, a falta de precisão no trato das questões relativas a esses revela a inexistência de políticas institucionais voltadas para essa dimensão. Diante disso, ressalta que, ao eximir-se, em certa medida, de sua responsabilidade com as práticas de esporte e lazer, as universidades acabam por ceder espaço para que outros grupos atuem à frente de seu desenvolvimento.

Pereira (2018) aponta o papel das Associações Atléticas Acadêmicas (AAA), que passaram a atuar na reivindicação e no incentivo ao desenvolvimento de políticas de esporte e lazer nas universidades federais. Segundo os PDI analisados, as referidas Associações são órgãos de representatividade estudantil que atuam no âmbito das práticas esportivas. Segundo a autora, as iniciativas dirigidas por grupos específicos como as AAA, e não pela instituição universitária em si, não se configuram, necessariamente, como uma política institucional, uma vez que são representações estudantis e nem sempre recebem incentivo ou apoio por parte das universidades.

O estudo também identifica a existência de órgãos específicos destinados ao lazer e ao esporte em parte das universidades pesquisadas, que são apontados como elementos significativos para que existam possibilidades concretas de que as políticas para o esporte e o lazer sejam implementadas. Por fim, a autora discute possibilidades para o desenvolvimento de pesquisas futuras que promovam a ampliação do olhar para além da gestão administrativa, contemplando a recepção e a apreciação dos sujeitos a quem as políticas devem ser destinadas, incluindo estudantes, técnicos-administrativos, docentes, e seus dependentes, comunidade externa, entre outros (Pereira, 2018). A autora reflete, assim, que

Compreender o papel que o lazer e o esporte podem desempenhar no processo de emancipação e formação crítica dos sujeitos e como significativas ferramentas contra hegemônicas para construção de uma sociedade (universidade) mais justa, só será possível por meio da superação das visões simplista e funcionalista apregoada a estes fenômenos socioculturais (Pereira, 2018, p. 37).

Na próxima seção, são abordadas as informações reunidas sobre o histórico do esporte na UFBA, considerando as condições de organização, infraestrutura e financiamento das práticas esportivas na universidade e a sua inserção no projeto institucional. Essa abordagem se dá a partir da análise de documentos oficiais e outras fontes de informação, que incluem matérias de jornais, livros, trabalhos científicos, projetos apresentados e informações publicadas no portal eletrônico oficial da instituição.

3 ESPORTE NA UFBA

O desenvolvimento da investigação proposta seguiu com o objetivo de analisar a realidade e as possibilidades do esporte na Universidade Federal da Bahia (UFBA), considerando a situação particular do esporte nessa Instituição de Ensino Superior, que está relacionada com as discussões gerais sobre a realidade das universidades federais brasileiras e as políticas públicas esportivas e educacionais já abordadas neste estudo. Compreender a realidade da universidade pública a partir dos dados empíricos se apresentou como o caminho necessário para discutir as possibilidades para o desenvolvimento do esporte na UFBA.

Esta seção apresenta um histórico das práticas esportivas na UFBA e dos projetos discutidos para qualificação do seu Complexo Esportivo e Educacional, levantados através de pesquisa realizada em documentos institucionais, entre outras fontes. Também estão reunidas informações sobre as ações promovidas pelo Núcleo de Esporte e Lazer da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae) e sobre as associações atléticas acadêmicas vinculadas a cursos de graduação e unidades de ensino dessa IES.

A UFBA realiza as suas atividades em três *campi*, que estão localizados nos municípios de Salvador, Camaçari e Vitória da Conquista, com 34 Unidades Universitárias, 2.961 docentes, 2.966 servidores técnicos, 42.662 estudantes matriculados em 113 cursos de graduação e 8.107 matrículas em 140 cursos pós-graduação *stricto sensu* (UFBA. UFBA em Números, 2024). Com uma área territorial de 6.310.683,61 m² e área construída de cerca de 400 mil m², a UFBA dispõe de dois Hospitais Universitários, um Hospital de Medicina Veterinária, três Museus, uma Creche, três Fazendas experimentais, quatro Residências universitárias, um Restaurante universitário, dois Pontos de distribuição de alimentos, um Cinema, um Centro de esportes, 11 Pavilhões de aulas teóricas e práticas, 23 Bibliotecas e 51 Auditórios (UFBA. Relatório de Gestão, 2024).

Instituída em 1946, a UFBA integrou faculdades já existentes, a exemplo da Faculdade de Medicina da Bahia, primeira instituição de ensino superior no Brasil, em atividade desde 1808. De acordo com Barbosa (2011, p. 27), “[...] agregam-se para formar a Universidade a Faculdade de Medicina e suas escolas anexas: Farmácia e Odontologia; a Escola de Direito e a Escola Politécnica; a Faculdade de Filosofia e a Faculdade de Ciências Econômicas”.

Edgard Santos foi o primeiro reitor da UFBA, entre 1946 e 1961. O período foi marcado pela construção do Hospital Universitário e da Escola Politécnica, a implantação

do *campus* da UFBA na Federação, a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais e dos cursos universitários de Dança, Teatro e Música, tornando a UFBA reconhecida nacionalmente como uma instituição de vanguarda e de forte apelo humanístico, integrando conhecimentos científicos, tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, artísticos e culturais (Barbosa, 2011).

O reitor trouxe para a Bahia destacados intelectuais e artistas de várias partes do mundo, como o alemão Hans Joachim Koellreutter, que dirigiu a Escola de Música, os suíços Walter Smetak e Ernst Widmer, para coordenar os Seminários de Música da Bahia, Yanka Rudzka e Rolf Gelewsky, para o ensino da dança contemporânea, Eros Martim Gonçalves, para conduzir a Escola de Teatro, Valentin Calderón e outros (Barbosa, 2011).

A ditadura empresarial-militar que se estabeleceu no Brasil após o golpe de 1964, conforme destaca Leher (2019), buscou afastar a universidade de referenciais nacional-desenvolvimentistas e aproximar a universidade do modelo da modernização conservadora. Assim, o projeto de reforma universitária que orientou a criação da Universidade de Brasília (UnB) como instituição comprometida com os problemas nacionais foi reprimido pela contrarreforma de 1968 promovida pela ditadura.

Segundo o mesmo autor, o direcionamento das universidades se deu, inicialmente, por meios coercitivos, afastando os docentes que investigavam problemáticas indesejáveis ao regime, com base no Ato Institucional N° 5 (AI-5/1968) e no Decreto-Lei N° 4777/1969 – que definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino. Além disso, o regime militar atuou para comprometer a autonomia acadêmica, deslocando o suporte para pesquisa para fora da universidade e condicionando as pesquisas a programas e projetos prioritários.

Leher (2019) afirma que a reforma promovida em 1968 ampliou a pós-graduação, porém, esta, ficou aprisionada aos editais e aos programas prioritários definidos no Ministério do Planejamento, que passou a dirigir os órgãos de fomento. Acrescenta, também, que,

[...] a ditadura empresarial-militar se antecipou e empreendeu a institucionalização da pós-graduação em 1965 (Parecer 977/65), associando a pesquisa à pós-graduação (e implicitamente desprovendo a graduação de nexos com a pesquisa) e classificando os tipos de pós-graduação em perspectiva utilitarista, ecoando a ideologia do capital humano (Leher, 2019, p. 49).

Com a reforma universitária de 1968, segundo Boaventura (1999, p. 182), "[...] a política de educação superior dirigiu-se para a verticalidade dos Mestrados e Doutorados fomentadores da investigação com o apoio das agências financiadoras e avaliadoras". Nesse

período, de acordo com Toutain e Freitas (2011), a UFBA expandiu o seu *campus* do bairro da Federação em direção a Ondina. Através de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foram destinados recursos para a construção dos edifícios e aquisição de equipamentos para os laboratórios de Matemática, de Física, de Química e de Geociências.

Nos anos 1990, com o avanço das políticas neoliberais no Brasil, a universidade pública enfrentou um período de grave crise financeira. Uma série de matérias de jornais reunidas no livro *UFBA: a trajetória de uma Universidade 1946-1996*, de Edvaldo Boaventura, retrata aquele momento. Em 2 de julho de 1996, o *Jornal A Tarde* publicou reportagem com o título "Sem muita festa", que retrata a situação precária vivenciada pela universidade naqueles tempos, citando problemas de segurança e infraestrutura nos *campi*, falta de professores e verbas federais. "Uma simples passagem pelas áreas que formam os *campi* da UFBA denuncia o estado de decadência física. Os prédios não têm manutenção. Falta desde lâmpadas até papel" (A Tarde *apud* Boaventura, 1999, p. 114).

Como iniciativa para tentar superar essa conjuntura de caos, o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidade Federais (Reuni), criado pelo Ministério da Educação em 2007, assegurou investimentos públicos para as instituições de ensino, propiciando a criação de novas universidades e o aumento expressivo do número de vagas nas instituições de ensino superior. De acordo com o *UFBA em números 2008*, a universidade tinha 20.731 alunos matriculados em 66 cursos de graduação em 2007, ano de criação do Reuni, previsto para durar até 2012. No ano seguinte, em 2013, a universidade havia quase dobrado o número de alunos matriculados e de cursos de graduação ofertados, saltando para mais de 34 mil matrículas em 112 cursos de graduação, segundo o informativo *UFBA em números 2014 - ano base 2013*.

Além disso, a política de cotas, estabelecida por meio da Lei nº 12.711/2012, contribuiu para democratizar o acesso ao ensino superior no país e promoveu mudanças significativas no perfil dos estudantes das Ifes. A *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*, de 2018, aponta que o percentual de estudantes cotistas saltou de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018. O percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até 1,5 (um e meio) salários-mínimos representa 70,2% do total de estudantes da graduação. A pesquisa também sinaliza o crescimento da participação de pardos e pretos nas universidades federais brasileiras, que passaram a representar mais de 50% dos estudantes matriculados nas Ifes (Andifes, 2019).

O movimento de expansão do ensino superior, no entanto, foi comprometido a partir da aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que estabeleceu o denominado “teto de gastos”, impondo o congelamento dos investimentos públicos por 20 anos. A medida representou um entrave para a consolidação de direitos constitucionais, a exemplo da educação e da saúde. O orçamento das universidades federais foi diretamente afetado, limitando o desenvolvimento de muitas ações de ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura e assistência estudantil.

A redução drástica dos recursos direcionados à Universidade acontece devido à desatualização dos repasses por parte do Governo Federal, segundo explicou o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento da UFBA, Eduardo Mota, em reunião do Consuni do dia 25 de dezembro de 2022. Na oportunidade, o pró-reitor esclareceu que, entre 2016 e 2022, a UFBA teve uma redução superior a R\$ 93 milhões de verbas de custeio em razão das perdas inflacionárias, quando observado o valor nominal de 2022 em comparação aos valores corrigidos, considerando a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 36,2% (Ata do Consuni de dezembro de 2022 *apud* UFBA/RI, 2023).

Apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas nos últimos anos, a UFBA seguiu avançando e alcançou nota máxima – a faixa 5 – no Índice Geral de Cursos (IGC), na mais recente avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Principal instrumento oficial de avaliação da qualidade da educação superior do país, o IGC é calculado anualmente e leva em conta o desempenho de cursos de graduação e pós-graduação nas instituições de ensino (UFBA. Edgardigital, 2024).

Na análise dos documentos oficiais da UFBA, foi possível identificar referências ao esporte em diversos documentos, incluindo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022), o Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Ambiental (Resolução nº 02/2009), o Regimento Interno da Reitoria, o Plano de Desenvolvimento Institucional e a Política de Assistência Estudantil da UFBA (Resolução nº 05/2022). Alguns dos principais documentos institucionais, como o Estatuto e Regimento Geral da UFBA, no entanto, não fazem menção ao esporte.

A UFBA estabeleceu, em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2018-2022), o propósito de contemplar a cultura corporal – a educação física, o esporte e lazer – como eixos do processo de formação, definido como parte das ações relacionadas à diretriz estratégica de ampliar a qualidade da formação oferecida aos alunos dos cursos de graduação, assegurando projetos pedagógicos atualizados e inovações pedagógicas. Por

meio da Portaria nº. 127/2024/UFBA, o PDI da universidade foi prorrogado até o mês de janeiro de 2025 e continuou sendo adotado como referência até que a Administração Central completasse o trabalho de elaboração da proposta do novo plano institucional, que foi submetida e aprovada pelo Conselho Universitário (Consuni).

O Plano Diretor da UFBA, aprovado em 2009, define, entre as instalações de utilização compartilhada na universidade, "Centros de Esportes e Lazer (incluindo espaços multiuso)", mencionando diretrizes para tornar mais eficiente o uso de imóveis e equipamentos da UFBA, com projetos arquitetônicos, estruturas organizacionais e de rotinas capazes de reduzir os custos de manutenção.

O Regimento da Reitoria define como uma das competências da Superintendência de Administração Acadêmica, por meio da Coordenação de Instalações de Uso Coletivo de Ensino, Pesquisa e Extensão, "[...] gerir o conjunto de salas de aulas, o **complexo esportivo** e educacional, auditórios e laboratórios de uso compartilhado, com a finalidade de dar suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão e à realização de eventos acadêmicos e culturais" (UFBA. Regimento Interno da Reitoria, 2013, p. 43, grifo nosso).

O Regimento elenca, entre as competências da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae), através da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade, "[...] colaborar com outros órgãos competentes na formulação e execução de atividades voltadas para cultura, **esporte**, lazer, inclusão social e digital" (UFBA. Regimento Interno da Reitoria, 2013, p. 37, grifo nosso).

Em relação à Política de Assistência Estudantil para a Graduação da UFBA, estabelecida por meio da Resolução nº 05/2022, destaca-se o Programa de Apoio à Permanência Estudantil, que está baseado em quatro eixos estruturantes, entre os quais, a Promoção e a Prevenção (Eixo 2), que consiste no conjunto de ações e serviços para garantir saúde, qualidade de vida, **esporte**, cultura e lazer, valorizando a integração estudantil e as manifestações culturais (UFBA. Regimento Interno da Reitoria, 2013, grifo nosso).

Em 2016, a Proae criou o Núcleo de Esportes e Lazer, vinculado à Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED), que tem apoiado a promoção de atividades esportivas na universidade. As demandas esportivas na universidade se expressam através da mobilização de estudantes que representam a UFBA em competições esportivas universitárias, nas associações atléticas dos diversos cursos de graduação da universidade, em atividades autogeridas por estudantes e pela comunidade externa que utiliza o *campus*. O esporte também está presente em componentes curriculares do curso de graduação em Educação Física, ofertado no *campus* no município de Salvador.

No *campus* da UFBA localizado no município de Vitória da Conquista, onde funciona o Instituto Multidisciplinar em Saúde (IMS), em atividade desde 2006, foram instalados novos equipamentos esportivos, sendo entregue à comunidade acadêmica, em 2024, uma quadra para esportes de areia e tabela de basquete (UFBA. IMS, 2024), e um campo de campo de futebol *society* com gramado sintético, em 2022 (UFBA. IMS, 2022). As atividades da UFBA no município de Camaçari, iniciadas em 2018 e realizadas de forma provisória no edifício sede da Cidade do Saber, estão planejadas para as acontecer no futuro *campus* Carlos Marighella, que deverá ser construído com infraestrutura para estimular as práticas esportivas, conforme *masterplan* apresentado (UFBA. Edgardigital, 2022).

Partindo do conhecimento sobre a realidade da UFBA e das suas determinações históricas, e sobre o lugar do esporte no projeto institucional, expresso através dos documentos analisados, a investigação buscou resgatar o histórico das práticas esportivas na universidade, identificando discussões e demandas relacionadas ao esporte na instituição.

3.1 HISTÓRICO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS

A pesquisa bibliográfica e documental sobre o histórico do esporte na UFBA considerou informações que estão disponíveis em documentos da universidade, no seu Repositório Institucional (RI), no portal eletrônico oficial e no *site* de notícias da UFBA, o Edgardigital. Foram considerados entre as fontes de informação uma série de documentos, livros, matérias de jornais, teses e dissertações disponíveis no repositório institucional da Universidade, localizadas a partir do descritor “esporte”, em pesquisa realizada no segundo semestre de 2023.

O Repositório Institucional da UFBA reúne uma série de matérias jornalísticas acerca do então denominado Centro de Esportes, relacionadas pelo Projeto *Elementos de Informação para a Elaboração da História da UFBA - PIBIC-UFBA* (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia - Fapesb), do Instituto de Ciências da Informação (ICI/UFBA). Por questões de direitos autorais, não é possível acessar as matérias na íntegra, porém, estão disponíveis informações sobre o título da matéria, a data da publicação e o veículo de comunicação em que foram publicadas, além de um breve resumo sobre o texto.

A primeira referência ao termo esporte no RI aparece em matéria do *Jornal A Tarde*, de 15 de outubro de 1965, e informa sobre o Departamento Social da Vida Universitária (DSVU), que é apresentado como parte do sistema de assistência ao universitário – junto

com o Conselho Social da Vida Universitária e o Fundo de ajuda ao Universitário – que tinha entre as suas atribuições os serviços de residências, restaurante, concessões de empréstimo e bolsas, e outras frentes de atividades, entre as quais são mencionadas aquelas relacionadas ao esporte.

A matéria do *Jornal A Tarde*, publicada no dia 7 de julho de 1967, com o título *Novo Reitor vai ajudar Federação Universitária*, traz a informação de que o então Reitor, Roberto Santos, em audiência especial, recebeu a Diretoria da Federação Universitária Baiana de Esportes (Fube). Na reunião, foi discutida a solução de alguns problemas considerados urgentes. A Reitoria se comprometeu em ajudar com o transporte rodoviário da delegação de 960 pessoas que participaria dos Jogos Universitários do Norte e Nordeste de João Pessoa, na Paraíba.

O Jornal Diário de Notícias, de 6 outubro de 1973, aborda como pauta a *Construção do Centro de Esportes e Educação Física da UFBA*:

A universidade federal da Bahia já abriu concorrência de tomada de preços para início da construção do centro de esportes e educação física, cuja primeira etapa a que se refere à concorrência e a construção do estádio de futebol, abrangendo pistas de atletismo, caixas pra saltos e arremessos, campos de futebol vestuário, pois, assim o esporte universitário poderá alcançar a meta desejada (Diário de Notícias *apud* UFBA/RI, 2023).

No dia 20 outubro de 1973, o Jornal Tribuna da Bahia informa que haviam sido desapropriados terrenos em Salvador para a construção do Centro Esportivo e de Educação Física. Entretanto, em 1976, matéria do Jornal A Tarde, do dia 13 de março, foi publicada com o título *Centro de Esportes da UFBA está sem recurso*. O resumo do texto informa que o Centro de Esportes da UFBA, que fora planejado em 1974 para ser concluído em cinco etapas no período de quatro anos, ainda não havia findado as obras correspondentes à primeira etapa por falta de verba. O texto acrescenta que "[...] a Superintendência Acadêmica solicitou para 1976, com o fim de aplicar em promoção cultural, recreativa e esportiva, 290 mil cruzeiros, e o MEC apenas liberou o equivalente a Cr\$ 110 mil" (Jornal A Tarde *apud* UFBA/RI, 2023).

Reitor da UFBA promete mais apoio ao esporte é o título da matéria do Jornal A Tarde, de 25 de julho de 1977, que diz: "O reitor Augusto Mascarenhas reafirmou o interesse da UFBA em dedicar mais apoio ao esporte neste 2º semestre do ano, partindo da obrigatoriedade da Educação Física para os estudantes" (Jornal A Tarde *apud* UFBA/RI, 2023). Por força do Decreto-Lei nº 69.450, de 1971, a educação física havia se tornado

disciplina obrigatória no ensino superior. O Departamento de Educação Física na UFBA, criado em 1977, teve as suas funções definidas no Regimento Geral da universidade.

Após atuar por uma década como professor do colégio Aplicação Reitor Miguel Calmon, que teve as suas atividades encerradas em 1975, Alcyr Ferraro recebeu da Superintendência Acadêmica da UFBA o convite para participar do projeto de implantação do Departamento de Educação Física. Ele também foi um dos fundadores do primeiro curso de Educação Física criado na Bahia, em 1973, na Universidade Católica de Salvador. Foi nomeado chefe pró-tempore do Departamento na UFBA, que inicialmente foi alocado na Superintendência Estudantil, em caráter emergencial, até que outro órgão mais apropriado pudesse absorvê-lo.

Ferraro (1991) lembra que já estava para se esgotar o prazo para implementação da medida que havia tornado a Educação Física disciplina obrigatória no ensino superior durante a ditadura militar. Em parecer do Conselho Universitário, de 16 de agosto de 1977, foram aprovadas as Normas da Câmara de Ensino de Graduação para Educação Física, Desportiva e Recreativa, que passavam a integrar os currículos da UFBA. Assim, todos os Cursos de Graduação da UFBA foram providos das atividades da Educação Física a partir do ano de 1978.

Rosso (2008) afirma que, para atender ao Decreto-Lei N. 69.450, de 1971, "[...] foram construídos inúmeros centros esportivos nas universidades brasileiras, sendo desenvolvidos os jogos universitários nacionais, através de incentivo pelas políticas públicas" (Rosso, 2008, p. 54). A autora ressalta que,

Na elaboração e implementação da Reforma Universitária de 1968, as autoridades afirmavam que era necessário que a Educação Física fosse componente curricular obrigatório para estudantes universitários, como forma de mantê-los "ocupados" para impedir sua organização política e a entrada nas lutas pela reivindicação de um governo democrático (Rosso, 2008, p. 54).

Ao falar da sua experiência ao assumir a chefia do Departamento de Educação Física da UFBA, em 1977, Ferraro (1991, p. 101) faz o seguinte relato:

Encontrei o Centro de Educação Física e Esportes com uma pista de Atletismo (oficial) de 400m e um campo de Futebol (oficial). Depois de muita luta, consegui, junto à Prefeitura do Campus, que fossem feitos os vestiários masculinos e femininos, três quadras e uma sala para Ginástica. Infelizmente, embora fosse reconhecida a necessidade de conclusão do projeto, até hoje ele não foi concretizado.

As funções do referido departamento, definidas no Regimento Geral da UFBA, visavam promover atividades curriculares e extracurriculares para todos os estudantes, para

docentes e demais funcionários, estabelecendo “[...] a necessidade de reativar as Associações Atléticas, prestando assistência técnica em competições e torneios, bem como participar do processo de matrícula” (Ferraro, 1991, p. 95).

Ferraro lembra que alunos ingressos na UFBA no ano de 1978 foram cadastrados em fichas de Educação Física e deveriam cursar, pelo menos, três semestres, consecutivos ou não, correspondentes a 90 horas. Eram disponibilizadas como opções: Ginástica Rítmica Desportiva, Ginástica Estética, Condicionamento Físico, Voleibol, Basquetebol, Futebol, Handebol, Atletismo, Capoeira e Natação. Em 1985, foram registradas mais de 4 mil matrículas nas 11 disciplinas ofertadas pelo Departamento III, contabilizando as matrículas realizadas nos dois semestres do ano.

Também estão registrados no livro *A Educação Física na Bahia - Memórias de um Professor*, de Alcyr Ferraro, momentos como juramento do atleta, desfile e comemoração cívica, além de cartazes de divulgação dos eventos promovidos pela Superintendência Estudantil, pelo Departamento de Educação Física e a Pró-Reitoria de Extensão. Cartazes divulgavam as atividades promovidas no Centro de Esportes (Figuras 6 e 7).

Figura 6 – Cartazes de divulgação dos Jogos da UFBA nos anos 1970-1980



Fonte: Ferraro (1991).

Figura 7 – Cartazes de divulgação dos Jogos da UFBA nos anos 1980



Fonte: Ferraro (1991).

O diretor do Departamento de Educação Física no período conta que, em 1985, a estrutura acadêmica permanecia na Superintendência Estudantil, a despeito de o parecer do Conselho Universitário ter destacado o "caráter emergencial" dessa condição ainda em 1977. Naquele momento, Ferraro buscou demonstrar a necessidade de transferência do Departamento de Educação Física para uma unidade de ensino, em audiências realizadas junto à Superintendência Acadêmica e à Adjunta do Reitor para Assuntos de Ensino de Graduação. Para isso, foi orientado a fazer uma exposição dos motivos para a transferência do departamento e relatar as suas pretensões à diretoria da Faculdade de Educação. Assim ele procedeu, através de ofício encaminhado naquele ano.

Em resposta sobre a inclusão de um novo departamento à unidade de ensino, a Faculdade de Educação se manifestou através do Ofício n. 114/85, no qual se destaca entre outras coisas, que os funcionários técnicos e administrativos concordavam com a solicitação, mas manifestaram preocupação quanto às condições de espaço físico, equipamentos e apoio administrativo, que deveriam ser redimensionados com a inclusão de mais um Departamento na Faced.

A chefia do Departamento de Educação Física respondeu aos questionamentos a respeito das atividades curriculares e extracurriculares a serem desenvolvidas, o número de professores do departamento, entre outras questões, através do Ofício n. 31, de 1985, no qual ressalta-se que a criação do curso de Licenciatura em Educação Física seria viável com a conclusão do Centro de Esportes para a realização das atividades desse curso. O documento especula que, naquele momento, a UFBA talvez fosse a única universidade federal do Brasil a não possuir o curso de graduação em Educação Física.

O referido ofício destaca sobre a previsão orçamentária que, devido à complexidade do Departamento, seria necessário um orçamento próprio – o que foi solicitado ao então Magnífico Reitor –, caso o Departamento fosse estruturado em uma unidade de ensino. Naquela ocasião, o Departamento realizava as suas atividades na rua João das Botas, no bairro do Canela, onde funcionava o setor administrativo. As aulas de Ginástica Rítmica aconteciam no andar térreo e as demais atividades físicas e esportivas eram realizadas no Centro de Esportes.

Após apresentação das informações sobre o Departamento de Educação Física, a diretoria da Faced encaminhou à Reitoria o Ofício n. 152/85 para que o Conselho Universitário apreciasse a proposta de alteração parcial do Regimento da unidade de ensino com a incorporação do novo departamento. A proposta foi aprovada e, em janeiro de 1986, houve a transferência do Departamento III para o espaço físico reservado na Faculdade de Educação. De acordo com Ferraro (1991, p. 6), "[...] fomos recebidos com pouco entusiasmo, mas sob grande expectativa. Era o primeiro passo para a criação do Curso de Educação Física".

Em abril de 1986, a Reitoria determinou a transferência do Centro de Educação Física e Esportes – até então ligado à Superintendência Estudantil – para a Faculdade de Educação, sob a responsabilidade do Departamento de Educação III. A Câmara de Ensino de Graduação aprovou a criação do curso de Educação Física em junho de 1987. Uma revisão no currículo do curso foi promovida em outubro de 1988, para atender a uma Resolução do Conselho Federal de Educação. A partir da reformulação aprovada pela Câmara de Ensino e Graduação, "[...] sua proposta curricular passou a compreender a formação geral (humanística e técnica), conhecimentos filosóficos da sociedade e o aprofundamento de conhecimentos específicos da área" (Ferraro, 1991, p. 109).

Ferraro (1991) conta que foram realizados exames de aptidão física dos candidatos inscritos para o vestibular programado para janeiro de 1988. "O módulo aprovado previa 30 vagas, já que as circunstâncias com relação ao material e instalações eram insuficientes. Nos

anos subsequentes, permaneceu o mesmo número de vagas, até 1991, quando foi aumentado para 40 vagas" (Ferraro, 1991, p. 110). Atualmente, o curso disponibiliza 45 vagas por ano.

O autor destaca, ainda, em relação ao curso de Educação Física da UFBA que, naquele momento, "[...] embora cumprindo com eficiência as atividades curriculares nas disciplinas de conhecimentos filosóficos do ser humano e da sociedade, nas disciplinas de cunho técnico, ressente-se a ausência de equipamentos e instalações" (Ferraro, 1991, p. 111). Acrescenta, ainda, que

A impossibilidade de concluir o projeto original do Centro de Educação Física e Esportes levou à reformulação do projeto original, tornando-o mais simples e exequível, visando o Curso de Licenciatura em Educação Física. Imprescindível, pois, é a construção de:

- a) quadra polivalente coberta (ginásio);
- b) piscina com vestiários;
- c) salas anexas;
- d) reconstrução das quadras descobertas (Ferraro, 1991, p. 111).

Por fim, o autor ressaltou a necessidade de novos concursos para preenchimento de algumas disciplinas previstas e a criação de cursos de pós-graduação. Em relação ao Departamento, já sinalizava a necessidade de "[...] amadurecer a idéia do seu desmembramento da Faculdade de Educação, instalando-se a Escola de Educação Física da UFBA" (Ferraro, 1991, p. 111).

Desde que a Educação Física deixou de ser componente curricular obrigatório no ensino superior, a disciplina foi desaparecendo do currículo universitário. Contudo, as demandas pela criação de uma unidade própria para a área da Educação Física e Ciência do Esporte, de um complexo esportivo qualificado e a construção de novos equipamentos continuaram em pauta na UFBA, porém, ainda não se concretizaram.

Em atas do Conselho Universitário, localizadas no Repositório Institucional da UFBA, o esporte aparece como pauta em diversas ocasiões. A primeira referência ao esporte foi localizada em 1991, em ata da sessão do Conselho Universitário realizada em 30 de abril de 1991, que destaca uma questão referente ao terreno do Centro de Esportes, no *campus* de Ondina. Ao construir uma alvenaria de sustentação ao Centro de Esportes, a universidade, por razões técnicas, prosseguiu com essa alvenaria cortando o fundo do terreno da Arquidiocese, conforme informa o documento em relação ao terreno vizinho ao *campus* universitário onde foi construída uma igreja. A Arquidiocese propôs permitir área equivalente ao platô criado pela UFBA. Contudo, após avaliação, a universidade fez uma contraproposta para ceder à Arquidiocese 53,59 m² de área da UFBA, seguindo referências

do mercado imobiliário. O Relator leu e explanou o parecer, favorável à permuta, que foi aprovado por unanimidade.

Em outra ata de reunião do Conselho Universitário, realizada em 22 de outubro de 2002, há registro de um questionamento acerca das obras realizadas no Centro de Esportes, no início dos anos 2000. Questionamento esse feito por um dos participantes da sessão, que foi citado apenas pelo seu nome e que, por não ter função pública atribuída, não será identificado. Está registrado, no entanto, o posicionamento do participante de que as obras haviam sido dadas como prontas, porém, seguiam em precárias condições o campo de futebol, banheiros entre outros, e que os recursos haviam sido empregados em itens de menor significado.

No ano seguinte, em 04 de abril de 2003, em sessão ordinária do Consuni, conforme relato em ata, o reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho informou sobre a realização de evento promovido pela UFBA referente à participação da Universidade no programa Fome Zero, do Governo Federal, com a participação do então Ministro da Educação, Cristovam Buarque. O reitor também informou sobre a participação do Ministro de Esportes, Agnelo Queiroz, que deveria assinar um convênio para financiamento do Centro de Esportes. Decorridos mais de três anos do anúncio, no entanto, a situação do Centro de Esportes permanecia indefinida. Em reunião do Consuni, de 04 de setembro de 2006, esteve em discussão a inclusão da expansão do Centro de Esportes dentre os itens a serem contemplados com a aplicação de recursos obtidos via emenda parlamentar.

No Consuni de 19 de março de 2008, a Conselheira Celi Taffarel, diretora da Faculdade de Educação, encaminhou solicitações de esclarecimento acerca do Plano Diretor para a UFBA e dos objetivos pretendidos para o Centro de Esportes, conforme consta da ata. A então diretora da Faced enumerou os seguintes itens para registro em reunião extraordinária do Consuni, de 17 de setembro de 2008:

1- conserto do portal do Centro de Esportes em Ondina; 2- maior quantidade, equipagem e freqüência de circulação dos vigilantes; 3- constantes reclamações dos mencionados profissionais quanto ao não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte das empresas terceirizadas ao final dos contratos com a UFBA, não lhes assistindo de acordo com os direitos por ele adquiridos; 4- continuidade de roubos na Faculdade de Educação (EDC); 5- defesa da concessão de uma segurança pessoal, além da patrimonial (Ata do Consuni de setembro de 2108 *apud* UFBA/RI, 2023).

Ata referente à reunião extraordinária do Consuni, do dia 03 de novembro de 2008, assinala, entre os itens considerados prioritários para atuação da universidade, a construção dos anexos do Centro de Esportes. No mês seguinte, em reunião ordinária do Consuni, do

dia 03 de dezembro de 2008, a diretora da Faced requereu a inclusão, em pauta do Consuni, de item referente à apreciação do projeto de criação do Instituto de Educação Física, Esportes e Lazer, que já havia sido aprovado pela unidade de ensino e enviado à Reitoria.

O 26º Manifesto da Congregação da Faced, de 05 de julho de 2010, faz referência ao Plano de Desenvolvimento Departamental, aprovado no Departamento de Educação Física, o qual propunha a reformulação do curso diurno, criação do curso noturno, especialização e mestrado em Educação Física, projetos e programas para desenvolvimento da área de ciências do esporte e grupos de pesquisa. Segundo o texto, o pré-dimensionamento das instalações necessárias para implementação do Plano já havia sido esboçado. Há informações no manifesto sobre audiência com a Reitoria e o setor de Planejamento Físico da UFBA para tratar de manutenção, reparos, instalações e reformas no CEFE e na Faced, e reunião com sindicatos e a comunidade do entorno da UFBA para apresentação e discussão do Plano de Criação do Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer e de construção de instalações esportivas no CEFE.

Através do 29º Manifesto da Congregação da Faced, emitido por ocasião da Reunião Ordinária do dia 04 de outubro de 2010, é informado que a proposta de criação da nova unidade de ensino havia sido aprovada na Faced e encontrava-se com a Comissão de Normas e recursos desde o mês de janeiro daquele ano. Anexo ao Manifesto, há relato de reunião com a Reitoria, realizada em 01 de outubro de 2010, em que foi abordada a situação do curso de Educação Física, que havia passado por uma avaliação presencial do MEC, em razão da qual a universidade havia assinado um protocolo de compromissos.

Uma das dimensões do referido protocolo descreve as deficiências de infraestrutura e de equipamentos, de aparelhos e de recursos didáticos, com equipamentos sem condições de uso, salas desequipadas, cadeiras inadequadas, falta de materiais para ginástica, falta de recursos audiovisuais mais apropriados e modernos, falta de materiais apropriados para muitas modalidades atléticas, gímnicas e esportivas, e de acessibilidade – sinalizando a necessidade de rampas e sanitários adequados. Uma visita de reavaliação para verificação de cumprimento de metas estava prevista.

Conforme se ressalta no Manifesto, por mais que tivessem sido adotadas algumas medidas – que incluíam a tramitação nos órgãos superiores do projeto de criação do Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer, bem como, os projetos de reformas de instalações do CEFE com recursos de emenda parlamentar –, seria necessário explicar ao MEC por que ainda não haviam sido executadas as obras, sendo necessário, inclusive, um pedido de prorrogação de prazo para cumprimento de metas. O texto também informa sobre reunião

realizada com a Vice-reitoria, em que foi reforçada a necessidade de conclusão dos cálculos do projeto arquitetônico do Centro de Esportes para que fossem implementadas as reformas, evitando, assim, que o curso de Educação Física sofresse prejuízos com descredenciamento ou não autorização para realização de vestibular.

O protocolo assinado em 19 de outubro de 2010, estabelece, entre as metas da instituição,

Concluir os cálculos e encaminhar para licitação o projeto arquitetônico elaborado pela Coordenação de Planejamento Físico da UFBA e aprovado na Congregação da FACED/UFBA, até novembro de 2010, para reformar o prédio de aulas no CEFE – Centro de Educação Física e Esporte da UFBA até julho de 2011.

No ano seguinte, o 41º Manifesto da Congregação da Faced, do dia 07 de novembro de 2011, menciona reunião promovida entre a direção da Faced e a Reitoria, no dia 31 de outubro daquele ano, em que foram destacados, entre os assuntos abordados, os preparativos para recepção da Comissão de Avaliação do MEC, que retornaria para visita de reavaliação do curso de graduação em Educação Física da UFBA. O documento também apresenta a situação de professores efetivos na unidade de ensino, com a informação de que o Departamento III era composto, naquele momento, por 19 professores titulares – com três afastamentos, e um professor substituto. Além disso reforça que, "[...] apesar de estarmos conscientes da posição da reitora de não abrir novas unidades sem que as já abertas tenham sido consolidadas, a FACED/UFBA encaminha a reivindicação de submissão ao CONSUNI da proposta de criação da nova unidade" (Faced. 41º Manifesto da Congregação, 2011).

No Projeto Político Pedagógico do curso de Educação Física da UFBA, aprovado em 2011, estão presentes muitos componentes curriculares obrigatórios que abordam o esporte entre os seus conteúdos: História da Educação Física, Esporte e Lazer; Teoria geral da Educação Física, Esporte e Lazer; Políticas Públicas de Educação Física, Saúde, Esporte e Lazer; Treinamento Desportivo; Esporte 1; Esporte 2; Esporte 3; Ginástica 1; Ginástica 2; Ginástica 3, além de disciplinas optativas, como, Prática Recreativa do Voleibol; Capoeira; Ginástica Rítmica Desportiva, entre outras.

O esporte é dos campos de conhecimento que integram os currículos de Educação Física. O curso de Educação Física da UFBA tem o Complexo Esportivo e Educacional como espaço para a formação de professores, por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Esse espaço é também demandado por estudantes de outros cursos e pela comunidade acadêmica de uma maneira geral, além da comunidade externa, moradores de bairros vizinhos ao *campus*, da cidade de Salvador e do estado da Bahia.

A qualificação do complexo esportivo e a criação de uma nova unidade de ensino própria da área da Educação Física continuam em discussão na UFBA. Em reunião do Consuni, do dia 02 de setembro de 2024, conforme registro em ata, a Direção da Faculdade de Educação rememorou a demanda da sua Congregação referente à inclusão, na pauta do Conselho Universitário, da apreciação do processo de criação da Faculdade de Educação Física. A demanda seguia em análise na comissão de normas e recursos do Consuni.

3.2 COMPLEXO ESPORTIVO E EDUCACIONAL

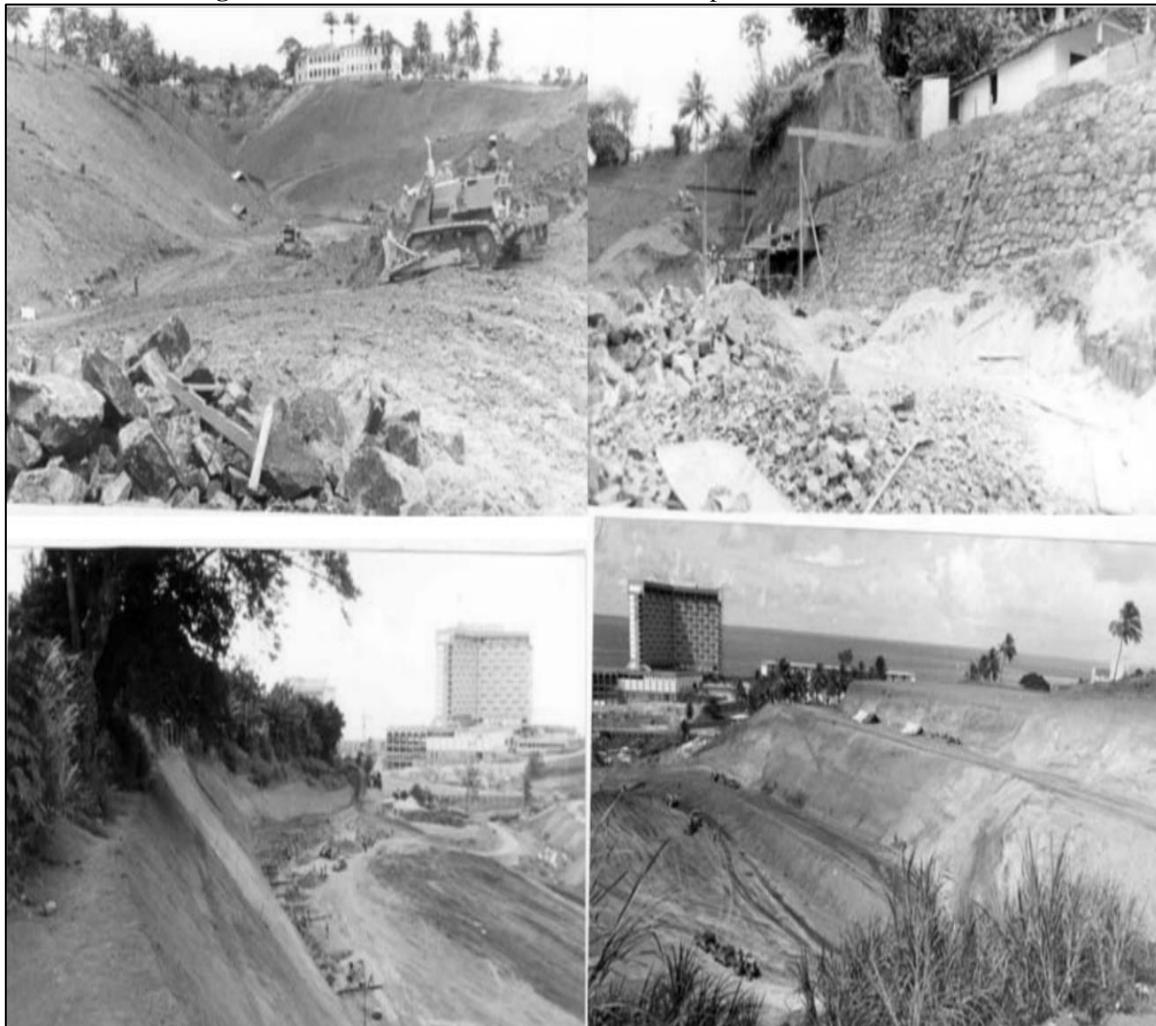
Desde os anos 1950, a construção de um centro esportivo já estava prevista no projeto da UFBA, conforme apontam plantas arquitetônicas reunidas por Silvana Rosso (2008) em sua dissertação de mestrado. A projeção do complexo esportivo está presente em plantas elaboradas em 1957, 1967, 1973 e 1976, que têm como fonte a então Prefeitura do Campus Universitário, atual Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sumai).

A construção de um centro esportivo consta da planta arquitetônica da UFBA planejada para o Vale do Canela em 1957. Apenas no plano de ocupação física do *campus* da Federação, de 1973, o CEEF foi planejado para o local em que está localizado, em Ondina, com acesso pela Avenida Oceânica (Rosso, 2008).

Entre 1973 e 1975, foram executadas as obras de terraplanagem, com cortes no terreno e a criação dos platôs para assentamento dos elementos arquitetônicos do Centro de Esportes. Nesse período, deu-se início às primeiras obras do Centro de Esportes, incluindo campo de futebol, pista de atletismo, quadras esportivas descobertas, vestiários e estacionamento. Localizado nas proximidades da orla marítima no bairro de Ondina, o Centro de Esportes faz parte do *campus* universitário Federação/Ondina e possui, aproximadamente, 6,8 mil metros quadrados. A topografia resultante da terraplanagem dos anos 1970 definiu a divisão físico-espacial do terreno em sete platôs (Estudo para Ocupação Física do CEE/UFBA, 2011).

Fotos reunidas por Rosso (2008), que tem como fonte a então Prefeitura do Campus da UFBA, registram as obras de terraplanagem do espaço realizadas na década de 1970 (Figura 8).

Figura 8 – Fotos do CEFE/UFBA referentes ao período da década de 1970



Fonte: Prefeitura do Campus da UFBA (2007).

Os três primeiros platôs estão implantados entre os níveis 10,00 m e 20,00 m, onde localizam-se o estacionamento e as quadras poliesportivas descobertas. O quarto platô, que é ocupado pelo campo de futebol e uma pista de atletismo, situa-se no nível 25,00 m. A oeste do campo, desenvolve-se os três demais platôs, sendo o quinto deles implantado no nível 31,00 m; o sexto no nível 40,00 m e o sétimo platô, corresponde ao nível 51,00, implantado próximo à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Estudo para Ocupação Física do CEE/UFBA, 2011). Os três últimos platôs não estão ocupados por equipamentos esportivos atualmente, sendo que um deles é bastante utilizado como campo de futebol improvisado pelas comunidades do Calabar e Alto das Pombas.

Rosso (2008) lembra da "situação lastimável" do Centro nos anos 1990 e cita reportagem do Jornal A Tarde, publicada em 15 de novembro de 1993, com o título *Centro de Educação Física da UFBA continua abandonado*. A precariedade das instalações elétricas, problemas de drenagem das pistas de atletismo, o calor intenso nas salas de aula,

as dificuldades de acesso e a falta de piscina para natação são algumas das questões mencionadas pela matéria jornalística.

Em referência a essa época, a autora lembra que, em 1993, foi elaborado um projeto arquitetônico para construção e recuperação global do Centro de Educação Física e Esporte da UFBA, orçado em cerca de US\$ 5,9 milhões de dólares, que previa novas construções e recuperação das instalações existentes. Conforme Rosso (2008, p. 38), "Devido ao valor da obra e outros fatores não foi levado adiante esse projeto arquitetônico para a área".

No final da década de 1990, as condições do Centro de Educação Física e Esportes (CEFE) permaneciam longe das condições ideais, como mostram os registros fotográficos realizados em dezembro de 1999, cedidos pelo professor da Faculdade de Educação, Nelson Pretto, que foi diretor da Faced entre os anos 2000 e 2008. As imagens foram registradas pelo professor na ocasião que antecedeu a sua posse como diretor da Faced, demonstrando a situação em que se encontrava o espaço e os equipamentos esportivos naquele momento. Nas fotografias a seguir, está o registro de instalações improvisadas e em péssimas condições de uso (Figuras 9 e 10).

Figura 9 – Fotografia do Centro de Educação Física Esportes da UFBA em 1999



Fonte: acervo de Nelson Pretto (1999).

Figura 10 – Fotografia com registro de instalações esportivas improvisadas e em péssimas condições de uso



Fonte: acervo pessoal de Nelson Pretto (1999).

Conforme destacado por Rosso (2008), a primeira grande reforma do CEFE, desde a sua construção no final dos anos 1970, foi realizada pela universidade no ano 2000. Matéria do Jornal A Tarde, de março de 2000, informa sobre a abertura do Centro de Esportes da UFBA após a realização de algumas obras de reforma, com a manchete: *UFBA reativa Centro de Educação Física*. No entanto, essa reforma dos anos 2000 foi bastante questionada e, poucos anos após a sua realização, o mesmo jornal, em seu caderno esportivo, volta a falar da situação precária que permanecia no espaço em matéria com o título *Socorro FEDERAL*, publicada em 14 de outubro de 2006. Segundo registrado por Rosso em seu estudo:

Essa obra foi cercada de contradições, questionamentos atraso na entrega da obra por parte da construtora, não sendo capaz de atender às reivindicações dos docentes, discentes e técnicos em relação a condições estruturais do centro, tratando-se apenas de uma reforma nas quadras existentes e construção de mais duas, porém descobertas, e construção de uma rampa de acesso ao campo de futebol (Rosso, 2008, p. 38).

A autora afirma que os objetivos das obras foram questionados, já que o prioritário era a construção de um ginásio, ou, pelo menos, a cobertura de duas quadras, fatos comprovados pelos documentos. Ela destaca as contribuições do Diretório Acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação Física (gestões 2000-2002, 2003-2004, 2005-2006 e 2007-2008), que defenderam a necessidade da consolidação da relação entre os responsáveis

técnicos da elaboração do projeto (arquitetos e engenheiros), os responsáveis pelo Projeto Político Pedagógico e a comunidade acadêmica, para a decisão do que deveria ser feito naquele espaço.

Apesar da reforma, os principais problemas do Centro de Esporte permaneciam sem solução nos anos 2000. Ao descrever a situação do CEFE em agosto/setembro 2007, Rosso (2008, p. 17) define o seu estado como "[...] interditado para aulas e demais práticas esportivas em decorrência de suas precárias condições, consequência direta da falta de projetos institucionais de grande porte e de financiamento público para construção e manutenção de sua infra-estrutura".

Conforme Rosso "[...] o que se pode constatar é que as aulas do curso de educação física, em sua maioria, são em outros prédios da UFBA, sendo reservado ao CEFE as aulas práticas que tratam de modalidades esportivas" (2008, p. 51). Dessa maneira, sinaliza as más condições do espaço "[...] na ausência de salas equipadas, na irregularidade do terreno, na inadequação do espaço externo, insuportável em decorrência do sol causticantes no período das 10 às 15 horas, acarretando prejuízos e riscos físicos aos usuários" (Rosso, 2008, p. 52).

Além de constatar que as instalações eram completamente inadequadas para atividades de ensino-pesquisa-extensão e para atividades didático-pedagógicas de diversas áreas da cultura corporal, como os esportes aquáticos, esportes radicais e jogos populares, a autora aborda a falta de segurança do Centro, indicando que "[...] o local é constantemente utilizado para atividades e negócios ilícitos, como consumo e comércio de drogas, e de esconderijo para elementos que praticam assaltos dentro do Centro e no entorno, fato constatado por documento como Boletins de Ocorrência" (Rosso, 2008, p. 53).

Rosso levanta algumas questões quanto à finalidade do CEFE, que dizem respeito a:

- 1) unilateralidade da arquitetura existente orientada pelo esporte competitivo de alto rendimento; 2) precariedade de implementos para práticas corporais diversificadas; 3) projetos pedagógicos esportivos assistemáticos; 4) possibilidades educativas restritas; 5) sub-utilização do espaço público; 6) não inserção da comunidade estudantil da UFBA nesse centro; 7) violência e insegurança no espaço e, 8) distanciamento das comunidades circunvizinhas no que diz respeito à utilização do espaço, em decorrência das condições existentes no Centro - sem estrutura, segurança e projetos abertos à comunidade (Rosso, 2008, p. 18).

No mesmo estudo, destaca-se, ainda os interesses de privatização dos espaços públicos e a especulação imobiliária na área em que o Centro de Esportes está inserido, no bairro de Ondina, considerado bairro "nobre" da cidade de Salvador. No entanto, a autora conclui que:

Contradicoriamente, existem possibilidades concretas, na luta dos contrários, de superação das condições objetivas que atualmente predominam no CEFE. Para tanto, fazem-se necessários os estudos intensivos, o projeto político pedagógico da instituição, o intercâmbio acadêmico, a determinação política (Rosso, 2008, p. 21).

Assim, a autora apresenta a reivindicação de um Centro de Referência Popular de Formação de Professores e da Cultura Corporal para o Estado da Bahia, um centro equipado com salas de aulas, auditórios, laboratórios para equipes multidisciplinares, alojamentos, banheiros, espaços para refeições, ginásio multifuncional, gabinete médico-odontológico, nutricional, psicológico, fisioterapêutico, parque aquático, campos de atletismo, para esportes individuais e coletivos, espaços de esporte para todos, independente de condições físicas, de experiência, de idade, de nível técnico, de gênero entre outros. Por fim, argumenta que a construção desse complexo arquitetônico demandaria esforço integrado entre governos federal, estadual e municipal, e sugere, também, a colaboração internacional, por meio de intercâmbio acadêmico (Rosso, 2008).

O 1º Manifesto da Congregação da Faced de 2008, publicado em janeiro daquele ano, informa sobre a Semana interativa da Faced/UFBA, que, em sua programação, propunha a realização de um ato no Centro de Esportes para apresentação de uma proposta para o espaço, buscando evidenciar "[...] as relações entre a situação do CEFE e a destruição dos serviços públicos". Na reunião ordinária do Consuni, do dia 03 de dezembro daquele ano, a diretoria da Faced requereu a inclusão de item referente à apreciação do projeto de criação do Instituto de Educação Física, Esportes e Lazer, então aprovado pela unidade de ensino e enviado à Reitoria, conforme registro em ata.

De acordo com o *Relatório Anual da Faculdade de Educação – 2008*, anexo ao 10º Manifesto da Congregação da Faced, em reunião realizada no dia 16 de janeiro de 2009, o processo de criação da nova unidade de ensino a ser instalada no CEFE havia sido encaminhado ao Consuni, junto com o seu projeto político pedagógico e regimento interno. Entre as perspectivas colocadas para o exercício do ano de 2009, destaca-se a elaboração do projeto de construção da nova unidade.

Constam, na pauta da reunião da Congregação da Faced, do dia 02 de março de 2009, informes sobre a visita da administração central e da equipe da Prefeitura do *campus* Universitário à Faced, em que se discutiu a situação do Centro de Esportes, quando foi solicitada prioridade para obtenção de recursos, principalmente via emenda parlamentar individual, e projetos junto ao Ministério da Saúde, Educação, Esporte e Cultura, para construção das instalações da nova unidade da UFBA. Na oportunidade, foi destacada a

necessidade de priorizar o planejamento físico das instalações para que pudessem ser alocados os recursos.

A ata da reunião ordinária do Consuni, do dia 07 de outubro de 2009, registra a fala da conselheira Celi Taffarel, então diretora da Faced, que se reportou ao episódio de escolha do Brasil para sediar as Olimpíadas de 2016, acrescendo que, se por um lado tal fato representava motivo de júbilo nacional, por outro, requereria um lastro esportivo e a elevação do padrão cultural de toda uma população. Assim, registrou a importância de se definir a situação do Instituto de Educação, Esportes e Lazer da UFBA diante da aproximação do oportuno momento de realização do evento desportivo internacional.

Na mesma reunião, o então reitor, Naomar de Almeida Filho, informou sobre o convite formulado ao Secretário do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Governo do Estado à época, Nilton Vasconcelos, para visita ao Centro de Esportes da Universidade, e a posição do Ministério dos Esportes, que admitia o seu aproveitamento para realização de atividades olímpicas, mediante aporte e aplicação de recursos financeiros para o preparo do espaço. Na ocasião, foi destacado, pela administração central da UFBA, que o montante dos investimentos necessários para execução do projeto ultrapassaria a soma de todos os investimentos projetados para a Universidade pelo Reuni, por isso mesmo tendo se tornado inviável a sua inclusão no Programa. Assim, indicou-se que o projeto deveria ser viabilizado por meio de parcerias a serem estabelecidas com os governos estadual e federal.

No dia 04 de novembro de 2009, constam, no 19º Manifesto da Congregação da Faced, informes da Direção, com relato dos encaminhamentos em reuniões realizadas no Ministério do Esporte, em Brasília, quando o projeto do CEFE e a construção de sua infraestrutura esteve entre os assuntos abordados. No documento também há informação sobre a visita ao CEFE do então Ministro dos Esportes, Orlando Silva, no dia 10 de setembro de 2009, para tratar da construção de um ginásio no local.

A minuta do Termo de Referência para a construção de novas instalações no Centro de Esportes da UFBA, visando às Olimpíadas 2016, foi apresentada na reunião ordinária do Consuni do dia 03 de dezembro de 2009. A Conselheira Celi Taffarel informou sobre a elaboração da citada minuta, resultante de várias reuniões realizadas com representantes do Governo estadual da Bahia e da Reitoria, ressaltando o interesse da Universidade na formalização daquele protocolo de intenções, inclusive como mecanismo de resgate do déficit histórico para com as áreas de educação, esporte e lazer.

O Reitor destacou os esforços a serem envidados pela UFBA e pelo governo estadual para alcance dos objetivos pretendidos e registrou a perspectiva da sua vigência da parceria

institucional por um período equivalente a 20 anos. Assim, submeteu à votação a autorização para assinatura do Termo ou Protocolo de Intenções a ser celebrado entre o governo do Estado da Bahia e a UFBA para a construção do Centro de Esportes da universidade, o que foi aprovado por unanimidade, ficando acertado que o seu detalhamento deveria ser, posteriormente, efetuado pelos setores técnicos competentes das duas partes envolvidas.

O 24º Manifesto da Congregação da Faced, do dia 10 de maio de 2010, informa sobre emenda parlamentar encaminhada pelo deputado federal Emiliano José, no valor de R\$ 650.000,00, destinados a reformas no CEFE. Sobre o projeto do novo Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer, o texto ressalta que os pareceres de viabilidade técnica já haviam sido solicitados à Escola de Arquitetura e ao setor de Planejamento Físico da UFBA. Entre os documentos anexos ao Manifesto, há relato de reunião com servidores técnico-administrativos da Faced, realizada no dia 27 de abril de 2010, em que foi discutida a situação administrativa do CEFE que, naquele momento, contava com um único funcionário no setor administrativo.

No momento que o Brasil havia sido escolhido para sediar grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, a Faced reivindicava, através do 26º Manifesto da Congregação, a demonstração de um lastro cultural esportivo elevado no país. Isso, no entanto, conforme argumentado no texto, dependeria da escolarização esportiva e da Educação Física Escolar, com a definição de referências curriculares básicas nacionais e estaduais para essa área do conhecimento.

O Manifesto destaca que as medidas adotadas em relação ao Centro de Esportes da UFBA, como as solicitações para reparos, instalações, manutenções e preservação, eram insuficientes, e chama atenção para a falta recursos financeiros, equipamentos e pessoal. Assim, evidencia "[...] a situação precaríssima do CEFE para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, constatada pelo testemunho de professores, estudantes, técnico-administrativos, que já não conseguem desenvolver suas atividades (Faced. 26º Manifesto da Congregação, 2010).

O texto aponta a necessidade de ações políticas para assegurar o investimento de recursos para desenvolvimento de um centro de cultura esportiva popular, livre dos interesses privados e da especulação imobiliária:

A luta deve transcender a universidade. Caso a comunidade - interna e externa a UFBA - não se mobilizar para fazer do espaço do CEFE um espaço de referência para o desenvolvimento da cultura esportiva popular, da comunidade, para atender crianças, jovens e adultos, teremos ali mais um espaço que servirá as elites e seus

interesses privados. Os interesses do setor imobiliário especulativo (Faced. 26º Manifesto da Congregação, 2010).

O informe sobre a liberação da emenda parlamentar no valor de R\$ 650.000,00, apresentada pelo deputado Emiliano José, para reforma do Centro de Esportes, consta do 27º Manifesto da Congregação da Faced, em reunião ordinária do dia 16 de agosto de 2010. O documento também faz referência à exposição do plano detalhado das obras pelo setor de Planejamento Físico da UFBA e aponta a necessidade de providências urgentes para licitação e consequente início das obras.

No 28º Manifesto da Congregação da Faced, de 13 de setembro de 2010, é possível localizar, entre os seus anexos, ofício da direção (nº 161/10), que apresenta a seguinte pauta de reivindicação e de compromissos da unidade de ensino encaminhada à Reitoria: o início das obras de reforma do prédio existente no CEFE, com ampliação de mais uma sala no térreo, e reforma das quadras externas, com disponibilidade das verbas de Emenda Parlamentar e do Reuni, além de discutir a possibilidade de construção de outro piso superior no CEFE, com verba a ser buscada no MEC. Dessa maneira, propunha-se "[...] encaminhar a SECAD/MEC pleito para construção no CEFE de um auditório, refeitório, alojamento e salas de professores – no segundo piso previsto no CEFE" (Faced. 28º Manifesto da Congregação, 2010).

Em relação às reformas do CEFE e da Faced, o 29º Manifesto da Congregação da Faced, emitido por ocasião da reunião ordinária do dia 04 de outubro de 2010, sinaliza a expectativa de conclusão dos cálculos para as obras que seriam contratadas por meio de licitação pública, o que estava previsto para acontecer no final do mês de setembro daquele ano. Também estava em discussão a atuação da comissão de acompanhamento das obras, com consulta a professores, representações de funcionários e estudantes da unidade de ensino.

A diretoria da Faced relata reunião promovida com a administração central, no dia 1º. de outubro de 2010, em que foi solicitada prioridade das obras, "[...] vez que, estamos infringindo a lei da acessibilidade e ainda, correndo o risco do descredenciamento do curso de educação física pela falta de infra-estrutura adequada" (Faced. 28º Manifesto da Congregação da Faced, 2010). Naquele momento, o curso de graduação em Educação Física da UFBA estava sob ameaça de descredenciamento junto ao MEC e a falta de infraestrutura adequada para o funcionamento do curso era uma das questões apontadas. A UFBA tinha assinado protocolo de compromissos para solucionar os problemas verificados na universidade após visita da equipe do Ministério.

As obras de reforma e ampliação das instalações existentes no CEFE tinham previsão de conclusão em três meses, conforme revelam o documento: "Provavelmente, caso não ocorram muitos atrasos, as empresas entregam as obras de reformas em três meses, segundo os contratos assinados". Havia a expectativa de que, com o avanço de novas etapas do projeto de construção do complexo esportivo, o Departamento de Educação Física poderia, paulatinamente, enfim, ser transferido da Faced para o CEFE.

No início de 2011, as condições do CEFE permaneciam precárias a despeito de todas as tratativas em torno no tema. Texto em defesa do CEFE, que consta entre os anexos do 33º Manifesto da Congregação Faced, do dia 14 de março de 2011, menciona comentário do professor Menandro Ramos sobre a situação do Centro de Esportes, denunciando o sucateamento do espaço e a sua relação com a especulação imobiliária. O texto ressalta que "[...] o CEFE é a maior área continua sem construção do centro de Salvador. Área muito cobiçada pelos que privatizam a terra, os espaços públicos, como acontece no carnaval, por exemplo".

Em seu 35º Manifesto, datado de 1º de maio de 2011, a Congregação da Faced comunica sobre as obras de reforma e ampliação do Centro de Educação Física e Esportes da UFBA. Sem muito entusiasmo, expressa que: "SIM, estamos em reformas na FACED/UFBA. Não é nenhuma revolução, são reformas". O Projeto de Criação do Instituto de Educação Física, Esporte e Lazer havia sido encaminhado ao Conselho Universitário, segundo aponta o documento, contendo o seu respectivo Regimento Interno; Pré-dimensionamento de instalações e obras requeridas; Protocolo de intenções que celebraram o Estado da Bahia e a UFBA para a construção das instalações esportivas no CEFE e Parecer técnico de viabilidade das obras solicitado à Faculdade de Arquitetura da UFBA. Àquela altura, o processo ainda não havia sido apreciado pelo referido Conselho.

No Consuni de 20 de maio de 2011, a Reitora Dora Leal Rosa informou que haviam sido recebidos cinco processos relativos à criação de Unidades Universitárias, porém sinalizou a decisão de não os submeter à apreciação do Conselho Universitário. A Reitoria defendeu a postergação daquela avaliação para um período mais adequado, "[...] em virtude da escassez de dados mais consistentes, bem como das dificuldades técnicas e acadêmicas atualmente enfrentadas pela UFBA para sua implementação", com destaque para "[...] questões atinentes à precariedade de infraestrutura, indisponibilidade de funções gratificadas, inexistência de espaço físico", entre outros (Ata do Consuni de maio de 2011 *apud* UFBA/RI, 2023).

O 36º Manifesto da Congregação da Faculdade de Educação, do dia 06 de junho de 2011, apresenta entre seus anexos relatos de reunião com a equipe de Planejamento Físico sobre o plano de construção das instalações esportivas no CEFE, e outra reunião com a Prefeitura do *Campus* e o Sindicato dos trabalhadores técnico-administrativos em educação das universidades federais no estado da Bahia (Assufba), para tratar dos trabalhos de manutenção do campo de futebol, ambas realizadas no dia 26 de abril daquele ano. Na primeira reunião, a equipe do Planejamento Físico respondeu perguntas sobre o primeiro módulo das construções, referente ao campo de futebol e o setor atlético – setor de saltos, arremessos, lançamentos e corridas. Foi encaminhado o pré-dimensionamento das obras de reforma desses setores e a construção de um bloco ou arquibancada contendo: banheiros, vestiários, sala de reunião, sala de emergência, primeiros socorros, equipe médica.

Na segunda reunião, foram destacados como encaminhamentos a realização de trabalhos para preservação do gramado do campo de futebol e solicitação de trabalhadores terceirizados de jardinagem, com um trabalhador permanente para atuar nos serviços de manutenção do gramado. Ficou acordado que os custos com as ações de preservação do campo de futebol e melhorias no seu entorno e manutenção seriam divididos entre Assufba e Faced. Foi também decidido que caberia à Faced solicitar à Pró-Reitoria de Administração um jardineiro para o CEFE e que a Prefeitura de *Campus* ajudaria nesses trabalhos. A pauta do encontro incluiu a reinauguração do CEFE, que passava por obras de reforma naquele momento.

No 37º Manifesto da Congregação da Faced consta relato de reunião realizada com a Reitoria, no dia 30 de junho de 2011, quando a direção da Faced apresentou novamente a solicitação à administração central de que pautasse a questão da criação do novo Instituto de Educação Física e Esporte no Consuni. Em resposta, segundo aponta o documento, a administração central mencionou que existiam cinco propostas de criação de novas unidades aguardando análise no Consuni, entre elas a da Educação Física, mas que seria necessário consolidar as condições de instalações de unidades já aprovadas. Contudo, sinalizou a pretensão de colocar o assunto da criação de novas unidades em pauta, reconhecendo essa demanda histórica e a necessidade de a UFBA ter instalações esportivas de acordo com o seu projeto acadêmico.

O 39º Manifesto da Congregação da Faced, do dia 05 de setembro de 2011, apresenta o lançamento e encaminhamento, perante os parlamentares da Bahia, do projeto de qualificação do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, em reunião ocorrida dia 29 de agosto de 2011, na reitoria da UFBA. O documento se refere ao projeto como "[...]" assunto

que merece uma sessão especial da Faced/UFBA visto a grandiosidade da obra, seu volume de recursos necessários", orçado, naquele momento, em R\$ 100 milhões de reais. Quanto à gestão ou governança do novo complexo esportivo e da nova unidade de ensino, o manifesto informa que o assunto estava em pauta nas equipes de trabalho organizadas pela então Pró-Reitoria de Pesquisa, Criatividade e Inovação. Estava em discussão uma unidade abrigada dentro de um órgão estruturante da UFBA ou órgão complementar ligado à administração central.

O 39º Manifesto faz referência a outra reunião com parlamentares, ocorrida no dia 22 de agosto de 2011, para apresentação do projeto do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA visando emendas de bancada para viabilizar a sua construção. Participaram os deputados federais Waldenor Pereira, Amauri Teixeira, Jose Raimundo Pontes, Emílio José, Nelson Pelegrino, Valmir Assunção, Daniel Almeida e Alice Portugal e a Senadora Lídice da Mata. Enquanto se buscava recursos para a construção de um novo complexo esportivo, com novos equipamentos, como ginásio poliesportivo e parque aquático, as obras de reformas básicas no CEFE seguiam em andamento. De acordo com o Manifesto do mês de setembro, havia previsão para a conclusão das obras até o final de outubro daquele ano. No entanto, seriam entregues apenas em dezembro.

Esse mesmo documento registra a pauta de reunião realizada em 26 de agosto (de 2011), que abordou a utilização do CEFE no Carnaval para instalação de Camarote Universitário, a partir de solicitações do Sindicato dos professores das instituições de ensino superior da Bahia (Apub) e das equipes de Saúde e Segurança, a partir de comando de Operações da Polícia Militar. O texto defende que o CEFE não deveria ser utilizado para instalação de Camarote em razão dos grandes prejuízos para as atividades de ensino. A decisão seria liberar somente as instalações dos serviços públicos de segurança e saúde no estacionamento e não nas quadras.

No mesmo dia, ocorreu reunião entre a Pró-Reitoria de Administração, a Prefeitura do Campus e a direção da Faced. No encontro, foi destacado em relação ao CEFE a necessidade de preparar o espaço para reinauguração, até então prevista para outubro. Outra demanda solicitada para o espaço foi o controle de consumo de água, com manutenção de encanação e torneiras; a manutenção do campo de futebol, com jardineiro para campo de futebol e para o serviço de capinar, com a necessidade de contratação de pessoal especializado em jardinagem. Na reunião também foi discutida a segurança tanto no CEFE quanto na Faced, principalmente à noite, em razão das turmas noturnas. Assim, efetuou-se o pedido de reforço de segurança com a presença de mais um funcionário até as 23 horas.

No mesmo dia 26 de agosto de 2011, no período da tarde, foi realizada reunião para apresentar à comunidade acadêmica o Projeto do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, e abordar questões relacionadas à reinauguração das obras de reforma do CEFE. Segundo informa o texto, o projeto do Complexo foi elaborado pela equipe do setor de Planejamento Físico (da Proplad), a partir de decisões nas instâncias competentes da Faced, projetado conforme padrões internacionais e concebido para atender as atividades esportivas e educacionais.

O relato assinado pela professora Celi Taffarel, então diretora da Faced, expôs quanto ao financiamento do projeto que o mesmo deveria ocorrer com recursos da União, recursos orçamentários da UFBA, de ministérios como Educação, Esporte, Ministério das Cidades, entre outros. Havia a previsão de que, no primeiro momento, o orçamento viria da bancada parlamentar. O texto destaca a reunião ocorrida na reitoria com os parlamentares baianos que, "[...] com unanimidade, reconheceram a relevância do projeto para a UFBA, a Cidade de Salvador, o Estado da Bahia, a região Nordeste", e informa que estava programada uma outra reunião para tratar do Complexo Esportivo com o Ministro do Esporte.

A reunião também teve como pauta a instalação do camarote universitário nas instalações no CEFE no período do carnaval. A respeito disso, a Faced reforçou a sua posição contrária à cessão do Centro para a instalação de camarotes, indicando que a concessão deveria ser somente com órgãos de governo – saúde e segurança, mas com a exigência de entregar o espaço nas mesmas condições em que seriam recebidas. A coordenação do Departamento de Educação Física relatou que a experiência com a instalação do camarote no CEFE em anos anteriores sempre repercutiu no período pós-carnaval, causando transtorno às atividades acadêmicas, com a presença de entulhos de toda ordem no espaço. A direção da Faced ponderou que, apesar da posição da unidade de ensino, em última instância caberia à administração central da UFBA decidir pela concessão do espaço federal.

As representações da Assufba e Apub esclareceram questões sobre a organização do camarote, destacando que a iniciativa não visava lucros, mas sim organizar a participação da comunidade universitária na festa. A representação da Assufba declarou que a depredação não era ocasionada pelas entidades, mas sim, pelo aparato do governo – de instalação das bases de segurança e saúde. Justificou-se que as entidades de classe, Assufba e Apub, faziam uso somente do estacionamento para montar o camarote universitário, enquanto as demais instalações, que ficavam sobre as quadras, eram utilizadas pela Polícia Militar e a Secretaria de Saúde. O representante da Apub depôs na mesma direção da Assufba, reafirmando que

não era responsável pela depredação nas instalações e que havia registros com fotos do antes e depois do uso do Centro.

A direção da Faced também abordou a questão dos gastos com o CEFE e da conta elevada da água, sinalizando constante reclamação por parte dos controladores de gastos na UFBA. Sobre o campo de futebol, relatou como estava sendo realizada a manutenção do campo com a ajuda da antiga Prefeitura do *Campus* (PCU), da Assufba e com recursos próprios da Faced, considerados insuficientes frente às necessidades da manutenção do equipamento esportivo. O representante da PCU na reunião expôs que a UFBA não dispunha de especialista para trato da grama do campo e orientou que fosse encaminhada solicitação, pela Faced, para acrescer no pregão seguinte mão de obra especializada para a manutenção do campo de futebol, que possivelmente seria uma empresa terceirizada, pois não havia pessoal na UFBA com essa especialidade.

Também foram relatadas dificuldades de professores do departamento de Educação Física para o uso do campo em atividades de aula com acadêmicos e na realização de projetos de extensão. Conforme apontado, esses problemas tinham relação com a utilização do campo pela Assufba e pelo antigo colégio ISBA, que ocupavam o espaço-equipamento e prejudicavam as atividades acadêmicas do curso de Educação Física. A coordenação do curso propôs que fosse desfeito o acordo com a Assufba e que a responsabilidade de manutenção do campo fosse transferida para quem era de direito, respeitando-se, assim, as atividades fins.

Segundo o relato, a diretora da Faced explicou, durante o encontro, que a falta de instalações adequadas para realização das atividades do curso de Educação Física tinha determinações históricas, que envolviam desde a falta de recursos públicos suficientes para a educação superior pública até a definição de prioridades, entre as quais não constavam a Educação Física e os esportes no Projeto Político Pedagógico da UFBA.

O *Estudo para Ocupação Física do Complexo Esportivo e Educacional (CEE/UFBA)* foi apresentado no mês de junho de 2011, com projeto assinado pela Assessoria de Planejamento Administrativo e Físico da UFBA. São premissas do Estudo (2011, p. 12):

- implantar o COMPLEXO ESPORTIVO E EDUCACIONAL DA UFBA por etapas, visando atender os eventos esportivos internacionais a partir de 2013;
- criar uma infraestrutura para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão na prática esportiva;
- proporcionar um local de aprendizado, formação de educadores do esporte, treinadores e atletas, seguindo padrões internacionais;

- oferecer estrutura adequada para a prática de esportes de campo, de piscina e de ginásio coberto; e fazer uma releitura do projeto arquitetônico de 1973 (UFBA, 2012).

O custo total de projeto foi orçado em cerca de R\$ 100 milhões naquele ano de 2011. No cronograma, a construção de todo o complexo deveria ser concluída antes das Olimpíadas de 2016, para seu uso em treinamentos e competições. Embora a sede dos Jogos Olímpicos tenha sido a capital Rio de Janeiro, eventos do torneio de futebol foram realizadas em outras cidades brasileiras, inclusive em Salvador. A conclusão da primeira etapa do projeto estava prevista para fevereiro de 2013, a fim de atender a outras competições sediadas na cidade: a Copa das Confederações, que seria realizada naquele mesmo ano, e a Copa do Mundo, em 2014. O planejamento não se efetivou.

São definidos no projeto como setores para o novo Complexo Esportivo e Educacional uma Unidade de Apoio Multifuncional – com auditórios, restaurante, salas para reuniões, eventos, atividades administrativas e apoio técnico; Parque Aquático – com piscina olímpica, piscina para salto ornamental, com torres de salto (até 10,00 m), piscina multifuncional, além de vestiários e arquibancadas; Ginásio Poliesportivo; Setor de Esportes de Campo – com requalificação do campo de futebol e pista de atletismo e a construção de arquibancadas, salas de fisioterapia, de comunicação e conferência; e Pavilhão Acadêmico integrado às unidades já existentes no *campus* São Lázaro, com instalações para área acadêmica, salas de aula, laboratórios, área de apoio, entre outras (Figura 11).

Figura 11 – Vista aérea do Complexo Esportivo da UFBA com projeção de novos equipamentos.



Fonte: Estudo para Ocupação Física do CEE/UFBA (2011).

Atualmente, o Complexo Esportivo e Educacional da UFBA tem acesso unicamente pela Avenida Oceânica, embora as ruas Prof. Aristides Novis, Dr. Garcez Froes e Prof. Clementino Fraga também se limitem com o Complexo. A esse respeito, o projeto previa a criação de novos acessos ao Complexo para usos específicos através dessas vias. O estudo de ocupação do espaço destaca a busca por soluções criativas e sustentáveis para a manutenção e operação do Complexo, tendo como parâmetros a utilização de tecnologias inovadoras, design sustentável e responsabilidade ambiental. O projeto urbanístico e os projetos de arquitetura preveem contemplar soluções sustentáveis, em busca do melhor posicionamento referente à ventilação, iluminação natural, áreas de sombreamento, reaproveitamento da água pluvial e aquecimento solar (Figura 12).

Figura 12 – Setores projetados para instalação de novos equipamentos no complexo esportivo da UFBA

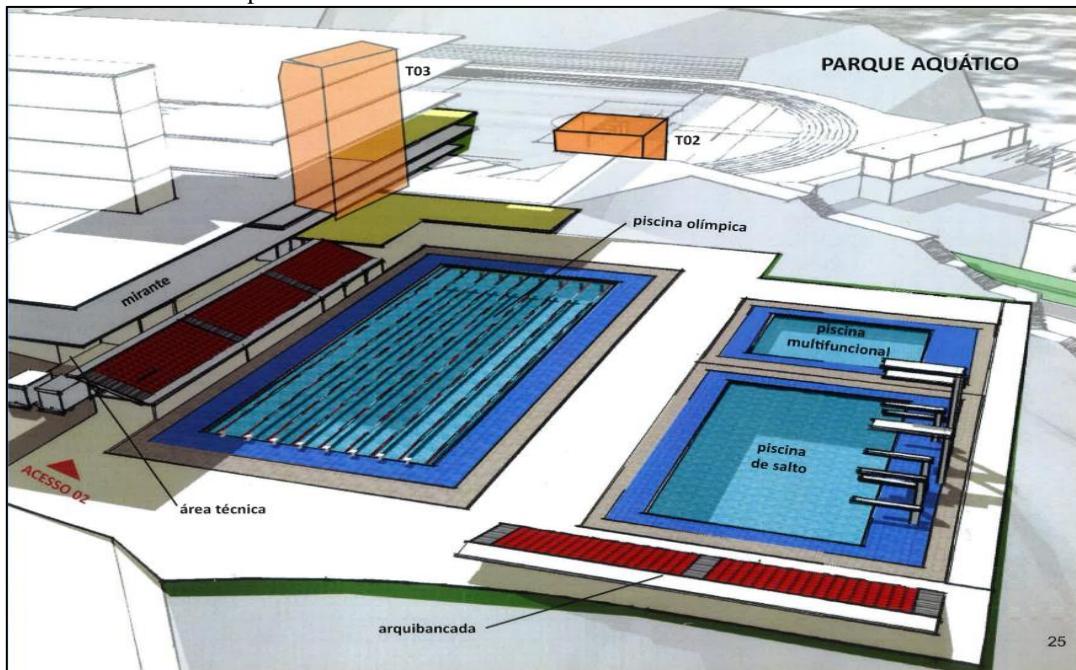


Fonte: Estudo para Ocupação Física do CEE/UFBA (2011).

A proposta também tem, entre os seus objetivos, possibilitar a prática esportiva para Pessoas com Deficiência e aborda as questões técnicas referentes à acessibilidade e à circulação nas instalações no *campus*, considerando a articulação entre o *campus* São Lázaro e a Avenida Oceânica, em Ondina. Passarelas, elevadores e torres de escadas aparecem como

soluções para a circulação de pessoas e a interligação dos setores implantados em diferentes níveis. Com a execução do projeto completo, a UFBA passaria a contar com um ginásio coberto e um parque aquático (Figura 13).

Figura 13 – Parque Aquático da UFBA projetado com piscina olímpica, piscina de salto e piscina multifuncional



Fonte: Estudo para Ocupação Física do CEE/UFBA (2011).

O Conselho Universitário, em reunião extraordinária do dia 13 de outubro de 2011, abordou, como uma de suas pautas, a proposta da universidade junto ao Fundo de Infraestrutura CT-INFRA, da Financiadora de Estudos e Pesquisas (Finep). A conselheira Celi Taffarel sugeriu a vinculação do CT-INFRA com os sistemas estruturantes da UFBA, sugerindo a modificação do Estatuto da UFBA para criação do Sistema Universitário Esportivo Educacional da UFBA. As discussões no Consuni para definição da proposta a ser apresentada pela UFBA apontaram na direção de que a universidade priorizaria os projetos que fossem mais estruturantes e transversais, como o Sistema Universitário de Bibliotecas e o Sistema Universitário Editorial. Na proposta final enviada em março de 2012, no valor de R\$ 19.731.741,82, o Consuni selecionou um total de seis subprojetos dos oito encaminhados pelo Comitê Técnico Científico constituído pelo Consuni, não incluindo o esporte como sistema universitário estruturante.

No dia 07 de novembro de 2011, a Congregação da Faced publicou o seu 41º Manifesto, no qual destaca reunião com a Reitoria, do dia 31 de outubro daquele ano, em que foram abordados os preparativos para recepção da Comissão de Avaliação do MEC. O

documento traz, entre os seus anexos, relato de reunião anterior promovida com a Administração Central, em 22 de setembro de 2011, em que a diretoria da Faced reforça a aspiração de que o CEFE passasse a ser considerado um sistema estruturante da UFBA, o Sistema Universitário Esportivo Educacional, citando previsão do Artigo 33 do Estatuto da UFBA e o Artigo 23 do Regimento Geral da UFBA.

Em reunião do Consuni do dia 20 de dezembro de 2011, a diretora da Faced comunicou sobre a inauguração do Centro de Esportes após obras de reformas, que aconteceria no dia 23 de dezembro daquele ano. Ao final da gestão da professora Celi Taffarel (2008-2012), a direção da Escola de Educação apresentou o 43º Manifesto da Congregação da Faced, do dia 09 de janeiro de 2012, em que realiza um balanço do período. Consta, entre os anexos desse Manifesto, relato sobre o evento de inauguração das obras de reforma do Centro de Educação Física e Esporte (CEFE/UFBA), após a reforma e a ampliação executadas pela empresa Art Projetos Construções e Serviços Ltda., a partir de Licitação, na modalidade Tomada de Preço.

Na ocasião, Celi Taffarel expressou a disposição de colocar a cultura corporal no currículo de formação dos estudantes da UFBA. Para tanto, ressaltou a importância da criação de uma nova unidade de ensino – que naquele momento estava aguardando avaliação no Consuni –, da ampliação e consolidação dos grupos de pesquisa e a criação do programa de pós-graduação em Ciências do Esporte. Além disso, foi destacada a necessidade de 100 milhões de reais para construção do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, que

[...] será um dos mais avançados Centros Esportivos do país, onde teremos desde treinamento de equipes de alto rendimento, aos trabalhos comunitários, trabalhos de ensino e de pesquisa, fazendo com que não tenhamos mais que nos envergonhar por termos o pior Centro Esportivo das Universidades Brasileiras. Muito pelo contrário, para nos sentirmos orgulhosos do legado que repercutirá no futuro (Faced. 43º Manifesto da Congregação, 2011).

Na cerimônia de inauguração da obra de reforma, com a presença da Reitoria, o fiscal da obra ressaltou dificuldades, como as intempéries, greves e falta de material no comércio local, entre os motivos que causaram atraso na conclusão da obra, sendo necessário, ainda, finalizações para que pudesse ser plenamente recebida. A obra de reforma inaugurada naquele mês de dezembro de 2011, que estava inicialmente prevista para setembro, foi entregue com três meses de atraso e com algumas pendências. Cabe lembrar que essa obra foi viabilizada a partir de uma emenda de bancada encaminhada pelo então deputado federal Emiliano José.

Durante o evento, a reitoria destacou a importância de a universidade ter previstos na matriz orçamentária os recursos para atender as suas necessidades e não ficar na dependência de verbas de emendas de bancada. O referido Manifesto também apresenta relatos de reunião entre a direção da Faced e a Reitoria, ocorrida três dias antes da reinauguração do CEFE, em 20 de dezembro de 11, que teve como pauta a utilização das instalações do Centro de Esportes durante o período do Carnaval.

Após a conclusão das obras de reforma, entregues no mês de dezembro daquele ano, o CEFE seria utilizado para funcionamento do camarote universitário e instalação de outros setores e segmentos – que normalmente deterioravam as suas instalações – antes mesmo que os docentes e estudantes da UFBA pudessem utilizar as novas instalações esportivas no início do semestre letivo. O relato informa que foi acordada uma reunião entre a direção da Faced, as polícias civil e militar, representantes da saúde, Apub e Assufba, que normalmente ocupavam os espaços do CEFE durante o carnaval, para tratar a respeito de medidas necessárias à preservação das instalações. As instalações diversas, que em anos anteriores foram colocadas em cima das quadras poliesportivas, causavam danos previstos e inevitáveis, conforme sinalização da Faced.

De acordo com as informações registradas, reunião realizada sobre as obras de reformas na Faced entre a empresa responsável, a Tectenge, e a direção da unidade de ensino, discutiu o propósito de transferir a sala de musculação para o Centro de Esportes, destinando o espaço na Faced para ser ocupado por grupos de pesquisa. Os novos equipamentos para sala no CEFE tiveram o custo estimado em cerca de R\$ 160.000,00, com a proposta de ocupar uma sala nova de 91 metros quadrados com equipamentos de alta tecnologia. Contudo, de acordo com esse relato, até aquele momento, não havia recurso disponível para a instalação da academia de ginástica.

Com o Regimento Interno da Reitoria aprovado no ano de 2013, o CEFE passou a ser considerado um equipamento de uso compartilhado, denominado Complexo Esportivo e Educacional de UFBA (CEE), espaço gerenciado pela Coordenação de Instalações de Uso Coletivo de Ensino, Pesquisa e Extensão (Ciepe), da Superintendência de Administração Acadêmica (Supac), órgão diretamente vinculado à Reitoria da UFBA. Desde então, o espaço deixou de ser administrado pela Faced.

A gestão e as condições de funcionamento do complexo esportivo na proposta do Regimento Interno da Reitoria foi um dos temas abordados em reunião ordinária do Consuni do dia 09 de maio de 2013. Em relação a esse ponto, a Reitoria afirmou que caberia à Administração Central da Universidade a tarefa de cuidar do complexo esportivo, "[...] a ela

competindo a adoção das providências necessárias ao seu satisfatório funcionamento, a despeito do seu provável uso mais frequente por parte da comunidade da Faculdade de Educação" (Ata do Consuni de maio 2013 *apud* UFBA/RI, 2023).

Ata da reunião extraordinária do Consuni, realizada no dia 28 de maio de 2013, registra a fala do Pró-Reitor de Pesquisa, Criação e Inovação, Marcelo Embiruçu de Souza, sobre nova chamada para o Projeto CT-INFRA-PROINFRA, informando alterações em relação à proposta original da UFBA, com a inclusão de um Centro de Esportes dentre os subprojetos de demanda institucional estruturante ou transversal. No dia 20 de dezembro de 2013, em reunião ordinária do Consuni, a Reitoria Dora Leal Rosa ressaltou a demanda de cerca de 60 milhões de reais para construção do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA e as tratativas para viabilizar fontes de financiamento, destacando, quanto aos recursos,

[...] de previsto recebimento por meio de emenda parlamentar, lamentavelmente retirada, embora estejam sendo envidados esforços no sentido da sua reposição, inclusive mediante tentativa de audiência com os políticos diretamente envolvidos com o assunto, além da auspíciosa expectativa de colaboração do MEC, conforme revelado, para instalação completa do aludido conjunto, efetivamente dispendioso e oneroso (Ata do Consuni de dezembro de 2013 *apud* UFBA/RI, 2023).

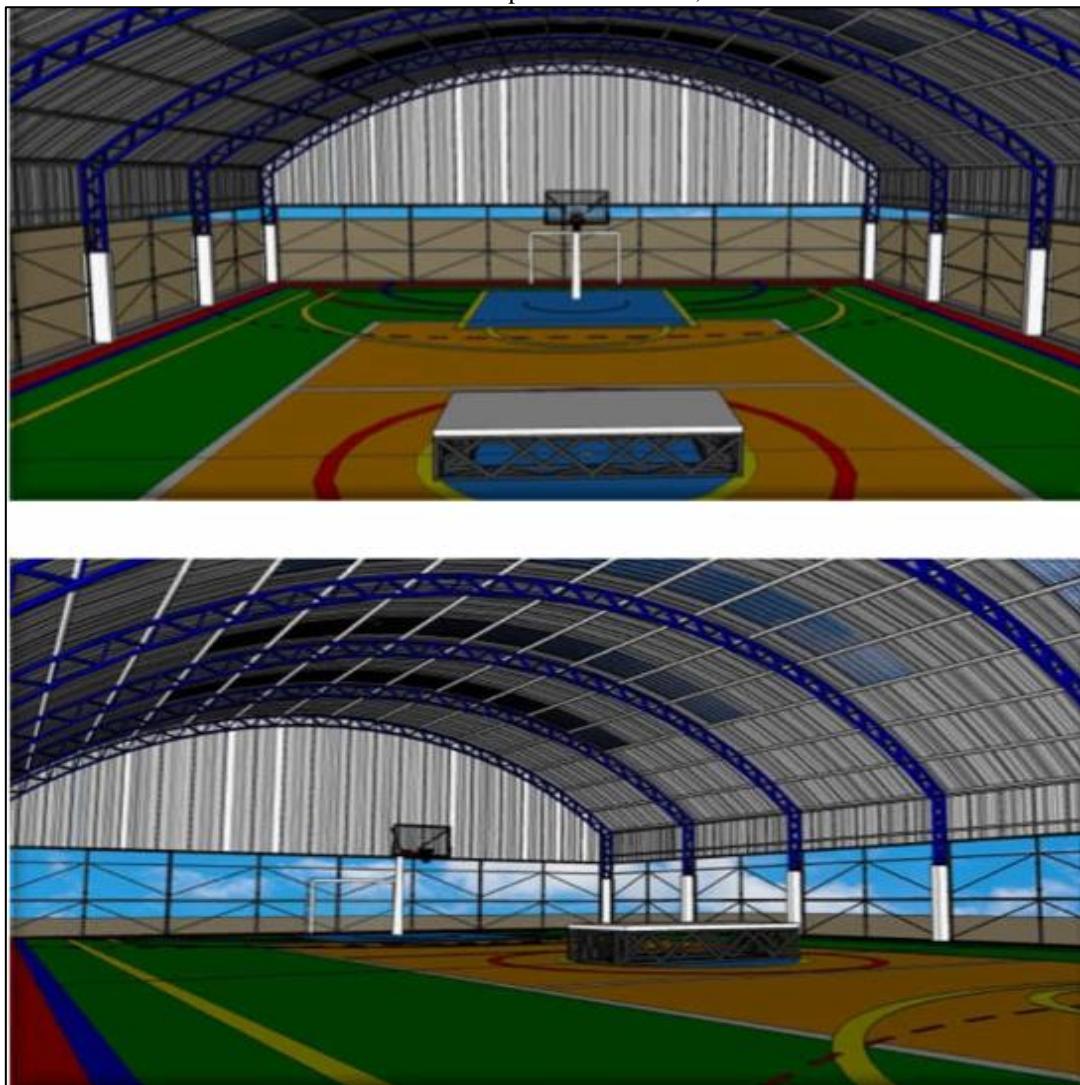
Sem o avanço das tratativas para a qualificação dos espaços e equipamentos esportivos da universidade, a UFBA criou, em 2016, um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar uma política de esportes para a universidade (GT-Esporte – Portaria 96/2016). Matéria publicada no *site* Edgardigital, no dia 25 de março de 2017, informa que o grupo de trabalho estava finalizando uma minuta do plano que seria apresentada à administração central para, em seguida, ser apreciada pelo Conselho Universitário.

O GT Esportes foi composto por professores do Departamento de Educação Física da Faced e do Instituto de Ciências da Saúde (ICS), representantes da Proae, das Pró-Reitorias de Desenvolvimento de Pessoas (Prodep) e de Extensão (Proext), do Diretório Central dos Estudantes (DCE), Movimento Universitário Desportivo, e dos sindicatos dos professores e dos servidores-técnicos, respectivamente Apub e Assufba (UFBA. Edgardigital, 2017).

Um novo projeto de reforma do Complexo Esportivo e Educacional foi discutido entre a UFBA e a Sudesb, em novembro de 2019, no valor de 2.450.443,40, prevendo a construção de quadra poliesportiva coberta, com piso modular e sanitários; implantação de cobertura metálica para duas quadras poliesportivas; implantação de centro cultural com cobertura metálica, iluminação em LED, piso modular e palco; instalação de grama sintética

em quadra poliesportiva com alambrado e iluminação em LED; recuperação da pista de atletismo com pó de pedra e demarcação e recuperação do campo padrão oficial com construção de alambrado, nivelamento e replantio de grama natural. O piso modular, conforme aponta o projeto, é um piso flexível esportivo portátil e antiderrapante, com sistema de sustentação de apoio flutuante acoplado em amortecedores emborrachados para absorção de impactos, resultando alívio para as articulações dos esportistas (Figura 14).

Figura 14 – Modelo de cobertura de quadra poliesportiva apresentado em projeto da Sudesb para reforma do Complexo Esportivo da UFBA, 2019



Fonte: Projeto da Sudesb para reforma do Complexo Esportivo da UFBA (2019).

Em 2021, foi anunciada a reforma da pista de atletismo do complexo esportivo e a construção de vestiários, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural firmado entre a Universidade, a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia

(Sudesb) e a Federação Baiana de Atletismo (FBA), conforme relato de matéria no *site* de notícias da UFBA, EdgardDigital. O Acordo estabelecia, entre as responsabilidades da UFBA, a promoção de atividades esportivas e de qualidade de vida para crianças, jovens, adultos, idosos, Pessoas com Deficiência e a comunidade em geral, como contrapartida da Universidade aos investimentos que seriam realizados pelo Governo do Estado (UFBA. Edgardigital, 2021).

O projeto, porém, não se efetivou durante o período da pandemia. A parceria entre a UFBA e a Sudesb voltou a ser discutida apenas em 2023, com o anúncio da retomada do projeto para revitalização do Complexo Esportivo e Educacional, conforme matéria publicada no Portal de notícias do governo do Estado da Bahia, no dia 27 de janeiro de 2023:

Entre as intervenções previstas sob a responsabilidade da Sudesb e para acontecer a curto prazo estão a recuperação de quatro quadras poliesportivas, sendo que duas delas ganharão cobertura; a reforma da pista de atletismo; a instalação de gramado sintético no campo de futebol já existente; a recuperação da arquibancada e a construção de vestiário (Portal de Notícias do Estado da Bahia, 2023).

A publicação afirma que o investimento estadual estava estimado em R\$ 4,5 milhões para a requalificação do espaço, visando beneficiar a comunidade universitária e atender, com projetos sociais, à comunidade do entorno, a exemplo de crianças e jovens dos bairros Calabar, Alto das Pombas e São Lázaro.

Em abril de 2023, a Faculdade de Educação da UFBA apresentou o projeto "A comunidade vai à Universidade: lazer, cultura e educação através da ampliação e requalificação do Centro de Educação Física e Esporte da UFBA", que foi encaminhado ao Ministério do Esporte por meio da administração central da universidade. A unidade de ensino aponta a qualificação e a ampliação do espaço como premissa fundamental para o funcionamento dos cursos de licenciatura e de bacharelado em Educação Física da UFBA (este último em fase de criação), o que deverá proporcionar melhor qualificação das aulas, da formação inicial e da formação continuada de uma maneira geral.

A requalificação do espaço, conforme destacado no texto, possibilitará o desenvolvimento de diversas práticas esportivas e corporais, através de projetos de ensino e extensão voltados tanto para a formação dos discentes da UFBA quanto para o atendimento à comunidade. De acordo com levantamento preliminar realizado, o documento elenca 21 práticas esportivas a serem oferecidas em diferentes turnos e horários – desde que atendidas as condições de equipamento, espaço e segurança –, com capacidade estimada de atender um público de 15.900 por semana, vivenciando modalidades esportivas ou práticas corporais no espaço.

Foram relacionadas as seguintes modalidades: Natação; Hidroginástica; Futebol de campo; Futevôlei; Futsal; Voleibol; Voleibol de praia; Lutas; Basquetebol; Handebol; Capoeira; Ginástica; Ginástica Rítmica e Desportiva; Ginástica Artística; Atletismo; Esporte de aventura; Esporte paralímpico; Pilates; Musculação; Badminton e Rúgbi. O projeto também cita comunidades em condição de vulnerabilidade social localizadas no entorno do Centro de Esportes (Calabar, Alto das Pombas, IBIT, Alto de Ondina, Binóculo, São Lázaro, Alto da Sereia, Roça da Sabina e Vila Matos), público com alta demanda de educação e lazer que poderia ser contemplado pelas atividades promovidas.

No projeto também é destacado o potencial interdisciplinar do equipamento para reunir diferentes áreas do conhecimento que podem se integrar aos estudos e às vivências do esporte nas dimensões educativas, formativas, culturais e de promoção da saúde coletiva, tanto na área da saúde (fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, medicina, nutrição etc.), como da área de humanas (pedagogia, serviço social, antropologia etc.). São apresentadas como possibilidades, por meio do aparato do Ministério do Esporte, a ampliação da educação formativa no contraturno da escola regular para as comunidades circunvizinhas ao *campus* universitário, a revitalização dos jogos municipais e estaduais, entre outras ações.

Para tanto, são relacionadas as seguintes solicitações: cobertura de três quadras – para desenvolver atividades-aulas, independente das condições climáticas; construção da piscina semiolímpica; material completo das modalidades da Ginástica Artística – masculino e feminino; equipamentos específicos para o esporte paralímpico e a construção de uma unidade universitária para atender aos cursos de licenciatura e bacharelado em Educação Física e a pós-graduação – com salas de aula, laboratórios, biblioteca setorial, banheiros e vestiários masculino e feminino, parte administrativa e almoxarifado. Logo no primeiro ano de gestão, o Ministério do Esporte passou por transformações, com a saída da Ministra Ana Moser e a entrada de um novo nome para a pasta, André Fufuca, sem qualquer ligação com o esporte. O projeto apresentado pela universidade não teve o apoio do ministério.

Em maio de 2023, através do Ofício nº 065, a Supac informa aos responsáveis por Assuntos ligados ao Uso do Complexo Esportivo e Educacional sobre a realização de levantamento das atividades desenvolvidas no espaço. O documento comunica que o Complexo estava passando por reestruturação dos processos administrativos e de gestão, visando a ampliação dos equipamentos e serviços prestados. Em razão disso, conforme ressalta o ofício, era necessário identificar as demandas existentes e previstas de utilização das instalações, através do preenchimento do formulário online disponível no *site* da Supac.

No referido formulário são solicitadas informações sobre os responsáveis pelas atividades, tipo de vínculo com a UFBA, descrição das atividades realizadas e quantidade de participantes envolvidos.

A UFBA e a Sudesb voltaram a discutir a parceria institucional para requalificação do complexo esportivo em 2024. Matéria publicada no *site* oficial da UFBA, no dia 06 de fevereiro desse ano, informa que, "[...] nesta retomada de análise do projeto, a Sudesb irá atualizar o assessoramento técnico, os orçamentos e o relacionamento visando à conclusão dos projetos propostos neste acordo". Entre as intervenções previstas, foi reafirmado o propósito de instalação de cobertura nas quadras poliesportivas do CEE; reforma da pista de atletismo e a revitalização do campo, da arquibancada e dos vestiários (UFBA. *Site Oficial*, 2024).

A respeito da iniciativa, o vice-reitor da UFBA, Penildon Silva Filho, destacou que

Essa parceria entre a UFBA e a Sudesb/Governo da Bahia é muito importante para viabilizarmos a curricularização da extensão em nossos cursos e ao mesmo tempo ampliarmos a relação com a comunidade ao redor da Universidade. Com certeza pode se tornar uma referência de parceria entre uma universidade federal e um governo estadual no campo do Esporte, da Educação Integral e da inclusão social (UFBA. *Site Oficial*, 2024).

Uma série de ações desenvolvidas na UFBA em anos recentes demonstram que, apesar de todos os problemas de infraestrutura que persistem no complexo esportivo e educacional, existem diversas demandas esportivas apresentadas pela comunidade acadêmica, sobretudo por parte do corpo estudantil. A universidade criou o Núcleo de Esporte e Lazer da Proae para contribuir com o atendimento de algumas dessas demandas, como é o caso dos estudantes que se mobilizam para representar a UFBA nas diversas modalidades esportivas dos Jogos Universitários. O surgimento de associações atléticas acadêmicas em muitos cursos de graduação da UFBA também evidencia o crescimento do movimento esportivo na universidade. Nas subseções seguintes essas temáticas serão abordadas.

3.3 NÚCLEO DE ESPORTE E LAZER DA PROAE

A partir de 2016, a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA (Proae) passou a contar em sua estrutura com o Núcleo de Esporte e Lazer (NEL), vinculado à Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED). Conforme destaca em seu *site* oficial, a Pró-Reitoria busca, através do apoio às atividades de esporte e lazer, incentivar e democratizar a prática do desporto saudável, favorecer

espaços de convivência entre os membros que compõem a comunidade universitária e para a promoção da saúde e da qualidade de vida (Proae. *Site Oficial*. 2023).

A Política de Assistência Estudantil para a Graduação da UFBA, estabelecida por meio da Resolução nº 05/2022, está baseada em quatro eixos estruturantes, entre os quais está a Promoção e Prevenção (Eixo 2), que consiste no conjunto de ações e serviços para garantir saúde, qualidade de vida, esporte, cultura e lazer, valorizando a integração estudantil e as manifestações culturais. Os recursos financeiros para execução da Política de Assistência Estudantil são disponibilizados de acordo com a dotação orçamentária da UFBA, sendo que a Proae também pode realizar a captação de recursos por meio de apresentação de projetos de programas institucionais específicos a entidades e organismos de fomento para a realização de atividades, ações e projetos.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) do Governo Federal, instituído com a finalidade de ampliar e garantir as condições de permanência dos estudantes na educação superior, tem com um de seus objetivos estimular a participação e o alto desempenho de estudantes em competições, em olimpíadas, em concursos ou em exames de natureza esportiva e acadêmica. O Programa prevê ações de assistência estudantil mediante a concessão de benefício direto ao estudante assistido pelo programa e direcionadas ao esporte, entre outros nove itens, incluindo moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde e inclusão digital.

O NEL/Proae tem assegurado a participação das equipes de alto rendimento composta por estudantes-atletas que representam a UFBA em competições locais, regionais, nacionais e internacionais, sendo prioritárias as competições universitárias, incluindo os Jogos Universitários da Bahia (Juba), Jogos das Universidades Federais (JUF) e Jogos Universitários Brasileiros (JUB). O Núcleo da Proae também é responsável por organizar os Jogos Internos da UFBA (JUFBA), que permite a participação de qualquer estudante, independentemente de estar vinculado a alguma atlética ou equipe de rendimento. Atualmente cerca de 200 pessoas estão envolvidas com as atividades esportivas desenvolvidas pelas equipes de alto rendimento da UFBA.

A maioria das atividades desenvolvidas com o apoio do NEL/Proae são realizadas no Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, utilizando como equipamentos as quadras, a pista de corrida e o campo de futebol. São disponibilizados aos estudantes uniformes para jogos oficiais, bolas para cada modalidade, seja de quadra ou de campo, cones, coletes de treino, apito, bomba de ar, rede para prática do vôlei, entre outros acessórios de treinamento físico esportivo que sejam solicitados pelos treinadores ou atletas.

A universidade tem financiado, por meio de auxílios, a participação das suas equipes esportivas nas competições universitárias. De acordo com o *Relatório de Gestão da UFBA 2024 – Ano base 2023*, 159 estudantes foram beneficiados com um total de 457 auxílios no período de referência. Já no semestre letivo 2024.1, foram concedidos 206 auxílios para o esporte, conforme a Ficha resumo dos auxílios e estudantes atendidos, publicada no *site* oficial da Proae (Proae. *Site Oficial*, 2024).

No ano de 2023, as equipes esportivas que representaram a UFBA foram premiadas nas seguintes competições no período de referência: Torneio Internacional Feira de Flores, em Medellín/Colômbia; Jogos Universitários Brasileiros (JUB); Jogos Universitários da Bahia (Juba); Jogos das Universidades Federais (JUF) – Fortaleza; Jogos das Universidades Federais (JUF) – Recife; Real CUP – Feira de Santana; COPA Itabaianinha; COPA Bomfim; Copa da Mulher – Maceió.

Em 2023, a Proae abriu inscrições para a seleção de estudantes atletas para equipes que participam de competições esportivas universitárias nas modalidades coletivas futsal, handebol, basquete, vôlei, futevôlei e vôlei de praia, nos níveis masculino e feminino. De acordo com o documento:

O objetivo da seletiva é contribuir para a renovação de atletas das equipes de alto rendimento promovendo a prática desportiva saudável entre os estudantes da UFBA, por meio do treinamento para que possam representar a Universidade, possibilitando a democratização do desporto e dando oportunidade a estudantes de participarem de competições municipais, estaduais, nacionais e internacionais (Proae. Edital No. 7/2023, 2023).

O edital voltado para estudantes do *campus* Salvador define como requisitos de participação: estar devidamente matriculado em curso de Graduação ou Pós-Graduação na UFBA; ter habilidade necessária para participar da modalidade esportiva em que se inscreveu a ser avaliada pela comissão técnica de cada modalidade; manter bom desempenho acadêmico após ser selecionado(a); prioritariamente ser cadastrado na Proae; assinar termo de compromisso de colaborar em eventos da Proae que contribuam para a prática saudável e participativa do esporte, bem como de programas de ações afirmativas. Além disso, os candidatos deveriam estar dentro da faixa etária estabelecida pela Confederação Brasileira de Desporto Universitário (CBDU) para participar das competições universitárias naquele ano – restringindo a seleção apenas para alunos-atletas com ano de nascimento a partir de 1998.

Figura 15 – Card de divulgação de seletiva para equipes esportivas da UFBA



Fonte: Redes sociais NEL/UFBA (Instagram: @esportenaufba).

Até a conclusão deste estudo, a UFBA não possuía um programa de bolsas para o esporte no modelo do Programa Bolsa Atleta, como existe em outras universidades federais do país. As equipes que representam a UFBA nas competições esportivas universitárias recebem auxílios para custear a sua participação nesses eventos. Segundo a Política de Assistência estudantil da UFBA, o auxílio é um benefício destinado a custear parte das despesas para acesso a condições adequadas de qualificação e manutenção do vínculo com a Universidade, enquanto a bolsa é um benefício que está vinculado ao suporte de desempenho de atividades acadêmicas de pesquisa, extensão, ensino (tutoria e/ou monitoria) e de permanência.

Os Jogos Internos (JUFBA) são o maior evento promovido pelo NEL em número de participantes. Sobre a edição do evento realizada no complexo esportivo de Ondina, em 2018, o Relatório Integrado de Gestão daquele mesmo ano afirma que:

Tratou-se do maior evento esportivo discente dos últimos trinta anos na UFBA, envolveu 13 modalidades esportivas (...) O evento contou com a participação de 1009 atletas distribuídos entre 20 equipes de Futsal, 18 equipes de Futebol de Campo, 8 equipes de Basquete, 6 equipes de Vôlei, 5 equipes de Handebol, 43

atletas em Atletismo, 27 atletas em Natação e 94 atletas de Jogos de Salão (UFBA. Relatório de Gestão Integrado 2018, 2019, pg. 61).

Figura 16 – Card de divulgação dos Jogos Internos da UFBA 2023



Fonte: Redes sociais NEL/Proae (Instagram: @esportenauufba).

No Relatório de Gestão de 2018 também estão disponíveis valores investidos no esporte nos anos de 2017 e 2018, a título de desembolsos com "pessoal e demais despesas", em tabela com Demonstração dos Fluxos de Caixa. No campo referente a "Desporto e Lazer", estão registrados os valores de 63.330,07 para o ano de 2017 e 69.403,71 para 2018. Em 2018, foram 140 estudantes assistidos e 210 benefícios. Os demais relatórios analisados não apresentam valores destinados ao esporte, apenas o quantitativo de benefícios e o número de estudantes beneficiados.

Nos Jogos Universitários da Bahia 2024, a UFBA participou de todas as oito modalidades coletivas que foram promovidas pela etapa estadual, nos níveis masculino e feminino: basquete, futsal, handebol e voleibol. No entanto, apenas duas instituições de ensino superior privado conseguiram a classificação para os Jogos Brasileiros (JUB) em

todas as modalidades disputadas. A UFBA garantiu vaga na etapa nacional do JUB Praia nas modalidades vôlei de praia, surfe, *beach soccer* e basquete 3x3, conquistando o vice-campeonato no surfe feminino.

A discussão sobre a elaboração de uma política esportiva continua em pauta na universidade, com uma proposição do Núcleo de Esportes da Proae apresentada no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFBA de 2024, em mesa sobre a regulamentação da política esportiva e do fundo de apoio ao esporte universitário da UFBA. Na ocasião, o debate também abordou proposta de Política de Saúde e Qualidade de Vida dos Servidores, em elaboração a partir da Portaria nº 526/2023, da Reitoria da UFBA, que instituiu Comissão para construir a proposta, sob a coordenação do Serviço Médico Universitário Rubens Brasil (SMURB).

3.4 ASSOCIAÇÕES ATLÉTICAS ACADÊMICAS

O aumento do número de associações atléticas em anos recentes na UFBA demonstra a demanda dos estudantes que se mobilizam para a realização de práticas esportivas na universidade. A Liga das Atléticas da UFBA (Laufba) foi criada em 2015. A Associação Atlética da Faculdade de Medicina é a mais antiga delas, fundada em 2012. Em seguida, foi ativada a Atlética da Faculdade de Direito, no ano de 2015 (UFBA. Edgardigital, 2016).

Em 2017, foram criadas as Atléticas de Farmácia, Medicina Veterinária e Geociências. Outras sugeriram em 2018, na Faculdade de Comunicação, na Escola de Nutrição, além das Associações dos cursos de História e de Fisioterapia. No ano seguinte, em 2019, foi a vez da ativação das Atléticas do Instituto de Química e da Faculdade de Ciências Contábeis, além da entidade representativa do curso de Educação Física. A Atlética unificada das Artes, que reúne as Escolas de Belas Artes, Dança, Música e Teatro, foi criada em 2020.

Em pesquisa realizada na rede social *Instagram*, durante o primeiro semestre de 2024, foram identificadas associações atléticas de 20 cursos e unidades de ensino da UFBA, no *campus* Salvador, vinculadas ao perfil da Laufba, além de outras duas que não estavam relacionadas na página da Liga das Atléticas: uma no Instituto de Letras e outra que representa a Escola Politécnica de maneira geral – unidade de ensino que possui atléticas próprias para os cursos de Engenharia Civil e Engenharia Mecânica (Quadro 3).

Quadro 3 – Relação das Associações Atléticas Acadêmicas de cursos/unidades da UFBA nas redes sociais.
(continua)

Nome da Atlética	Curso/Unidade	Rede social	Logotipo
Associação Atlética Acadêmica Antônio Carlos Vieira Lopes	Faculdade de Medicina	medufba.carcara	
Atlética Federal	Faculdade de Direito	atleticafederal	
Atlética de Odontologia	Faculdade de Odontologia	atleticaodontoufba	
Associação Atlética Arlindo Fragoso	Engenharia Mecânica	engmecbulls	
Associação Atlética Acadêmica Unificada do IHAC	Instituto de Humanidades, Artes e Ciências	Atletihac	
Associação Atlética de Engenharia Civil	Engenharia Civil	atleticacivilufba	
Associação Atlética Acadêmica Alan Turing	Instituto de Matemática e Estatística	atleticapingugu	
Atlética de Arquitetura	Faculdade de Arquitetura	atleticafaufba	
Associação Atlética Acadêmica de Farmácia	Faculdade de Farmácia	atleticafarmaufba	
Associação Atlética Acadêmica de Fisioterapia	Curso de Fisioterapia	atleticafisioufba	

Quadro 3 – Relação das Associações Atléticas Acadêmicas de cursos/unidades da UFBA nas redes sociais
(continuação)

Nome da Atlética	Curso/Unidade	Rede social	Logotipo
Associação Atlética Acadêmica de História	Curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH)	atleticahistoriaufba	
Associação Atlética Acadêmica de Medicina Veterinária	Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia	atleticamedvetufba	
Associação Atlética Acadêmica de Química	Instituto de Química	atleticaquimufba	
Associação Atlética Acadêmica Luca Pacioli	Faculdade de Ciências Contábeis	atleticafccufba	
Atlética Athena	Faculdade de Comunicação	atletica.athena	
Associação Atlética Acadêmica de Economia	Faculdade de Economia	atleticaecoufba	
Associação Atlética Acadêmica de Geociências	Instituto de Geociências	atleticaigeoufba	
Atlética de Educação Física	Curso de Educação Física da Faculdade de Educação	atleticaedfisicaufba	
Atlética de Nutrição	Escola de Nutrição	atleticanutriufba	
Atlética unificada das Artes	Escolas de Dança, Música e Teatro	atleticaartesufba	

Quadro 3 – Relação das Associações Atléticas Acadêmicas de cursos/unidades da UFBA nas redes sociais.
(conclusão)

Nome da Atlética	Curso/Unidade	Rede social	Logotipo
Associação Atlética Acadêmica Escola Politécnica	Escola Politécnica	atleticapoliufba	
Atlética Unificada de Letras	Instituto de Letras	atleticaletaisufba	

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Na sequência da pesquisa, na fase de estudo de campo, que será abordado na seção a seguir, foram identificadas outras associações atléticas dos cursos de Biologia, Enfermagem, Gastronomia e Terapia Ocupacional, que não haviam sido mapeadas inicialmente nas redes sociais. Assim, foram contabilizadas 26 atléticas na UFBA. As informações publicadas nas redes sociais das entidades mapeadas expressam que, entre os seus objetivos, estão a organização de eventos esportivos, festas, atividades culturais e sociais, com a finalidade de desenvolver ações para a promoção da saúde, para integração e entretenimento dos estudantes. As atléticas são responsáveis pela mobilização dos estudantes dos diversos cursos e unidades de ensino da UFBA para a participação em eventos próprios de cada área, como os Jogos Universitário de Direito (JUD), e nos Jogos Internos da UFBA, em que as atléticas competem entre si nas diversas modalidades esportivas.

Nos textos de apresentação dessas entidades nas redes sociais são destacados valores como garra, resistência, força, sabedoria, inclusão e trabalho em equipe. Algumas delas também se propõem unir os estudantes e funcionários da universidade nas atividades realizadas, conforme afirma texto de apresentação da Atlética do Instituto de Geociências, na página da Liga das Atléticas da UFBA (Laufuba). A atlética Atena, da Faculdade de Comunicação, aponta o propósito de fortalecer o movimento do esporte universitário com campeonatos para motivar os times.

Os treinos e as competições esportivas são promovidos no Complexo Esportivo da UFBA. Também há referência a outros espaços para as práticas esportivas na universidade, como a "quadra dos amigos", na frente do Instituto de Geociências. As ações divulgadas evidenciam que as associações atléticas têm o foco em outras atividades para além do esporte, o que inclui a promoção de festas, confraternizações, rifas para sorteio de prêmios, dinâmicas de grupo e um modelo de negócios que envolve a comercialização de todo tipo de produto. Conforme foi constatado na pesquisa, a maior parte dessas associações

estudantis anuncia, através das suas redes sociais, a venda de produtos, dentre os quais há camisas, canecas, adesivos, canetas, bonés, entradas de eventos e planos de sócios. Além de lojas virtuais, esses perfis também são utilizados para a divulgação de patrocinadores e anúncio de marcas e empresas comerciais, inclusive casas de apostas esportivas.

As associações atléticas que tiveram os estatutos analisados se declaram entidades sem fins lucrativos, o que significa que os recursos arrecadados são destinados para a manutenção das atividades promovidas e investimento na própria entidade. A Associação Atlética da Faculdade de Medicina (AAACVL), segundo o seu estatuto, "[...] é uma associação civil sem fins lucrativos de personalidade jurídica de direito privado, laica, apartidária e autônoma" (AAACVL. Estatuto, Art. 1º, 2022). Um balanço orçamentário deve ser elaborado pelo Diretor de Finanças ao final de cada semestre e a aprovação de contas deverá ser feita em Assembleia Geral. Entre as competências da Diretoria de Finanças estão gerenciar a arrecadação de cada diretoria e controlar a movimentação bancária da entidade.

Há, também, na estrutura da atlética de Medicina, uma Diretoria de Vendas, a quem compete: criar e fazer arte dos produtos; elaborar orçamentos para a produção de produtos; definir preço dos produtos para as vendas; garantir controle do estoque; arrumar logística de vendas e estandes (AAACVL. Estatuto, Art. 42, 2022). A receita da Atlética de Medicina é constituída do produto de promoções esportivas, sociais e comerciais, patrocínios, mensalidade/anuidade paga pelos associados, entre outros (AAACVL. Estatuto, Art. 54, 2022). Alunos e ex-alunos de graduação, professores e servidores podem compor a associação atlética, conforme as condições previstas em estatuto.

A Associação Atlética da Faculdade de Farmácia foi constituída como pessoa jurídica de Direito privado, sem fins lucrativos, segundo informa o seu Estatuto, que define como fontes de receita da entidade: arrecadações efetuadas nos eventos coordenados pela atlética; doações de órgãos governamentais e não governamentais (ONG); contribuições efetuadas por qualquer dos associados e patrocínios (Associação Atlética Acadêmica de Farmácia. Estatuto, Art. 58, 2017).

Constituem despesas da entidade os custos para realização de competições esportivas; compra de materiais esportivos e acessórios e contratação de serviços. Além disso, há previsão de despesas para os gastos que o Conselho Administrativo considerar convenientes para a concreção dos fins da Associação (Associação Atlética Acadêmica de Farmácia. Estatuto, Art. 59, 2017).

À Diretoria de Marketing da referida entidade compete a elaboração do planejamento estratégico mercadológico da associação atlética; conduzir os projetos de lançamento e relançamento de produtos; identificar novas oportunidades de negócios; desenvolver e avaliar estratégias de comunicação e buscar patrocínios para melhorar o rendimento econômico da entidade (Associação Atlética Acadêmica de Farmácia. Estatuto, Art. 46, 2017). O Estatuto também prevê a realização de Assembleia Geral para apresentação de relatório anual, balanço financeiro e balanço geral, com demonstração da receita e das despesas.

Chama a atenção esse aumento de atléticas em um momento em que as universidades federais sofrem com a falta de recursos orçamentários, o que afeta o alcance das ações de assistência estudantil, entre tantas outras atividades de ensino, pesquisa e extensão. Na prática, os estudantes assumem a responsabilidade pela gestão dessas atividades esportivas nas instituições de ensino superior, com a promoção de ações que, muitas vezes, acontecem sem a devida orientação, e um modelo de negócios que envolve a comercialização de todo tipo de produto com o nome da universidade, com a finalidade de arrecadar recursos para financiar as atividades almejadas.

O movimento das atléticas cresceu bastante nos últimos anos, impulsionando, inclusive, a criação do JUBS Atlética, evento realizado pela CBDU, que teve a sua segunda edição realizada no ano de 2024, na cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. A etapa estadual dos jogos, promovidos pela Federação Universitária Baiana de Esportes (Fube), contou com a participação de 18 associações atléticas e serviu como etapa classificatória para definir os representantes da Bahia para o evento nacional. O movimento das atléticas conforme se observa, revela a demanda dos estudantes pela participação em atividades esportivas, desse modo, cabe à universidade acolher essa demanda de modo a articular as iniciativas dos estudantes ao seu projeto institucional, a fim de promover e ampliar o acesso da comunidade acadêmica e externa à cultura corporal, incluindo a educação física, o esporte e o lazer.

4 PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A investigação realizada acerca da realidade e das possibilidades para o desenvolvimento do esporte na UFBA teve início a partir da discussão dos conceitos de esporte e cultura corporal, e sobre a realidade da universidade e da educação pública no Brasil, considerando informações coletadas por meio de pesquisa documental e bibliográfica, cujos resultados foram apresentados na segunda seção, logo após a introdução. A abordagem do objeto de estudo – o esporte na universidade – em seu contexto geral, permite estabelecer os nexos e relações com as particularidades do esporte na UFBA, que foram apresentadas na terceira seção da dissertação, com a análise das informações disponíveis nos principais documentos institucionais e em outras fontes de informação, incluindo trabalhos acadêmicos, projetos, livros e o portal eletrônico oficial da universidade.

O trabalho de pesquisa também está embasado em estudo de campo realizado no Complexo Esportivo e Educacional da UFBA (CEE) e no levantamento de informações através do contato com setores da universidade responsáveis pela gestão de espaços, ações e projetos relacionados ao esporte. Os resultados do estudo de campo estão apresentados na seção seguinte do texto, dedicada à análise e discussão das informações reunidas sobre a situação atual na UFBA, sobre as experiências de outras universidades federais no campo do esporte e sobre as demandas esportivas para uma educação emancipatória via acesso à cultura corporal.

A base teórico-metodológica da pesquisa está referenciada nas teorias críticas da Educação Física, da Educação e da Economia Política – que determina, em última instância, a realidade atual. A análise das informações observa técnicas próprias das investigações que buscam nexos e relações entre o singular, o particular e o geral. Diante da necessidade de considerar a realidade evidenciada por dados empíricos sobre a educação brasileira, sobre a universidade pública e o esporte, para analisar o objeto de estudo em sua totalidade e múltiplas determinações, a pesquisa adota como referencial teórico o materialismo histórico-dialético, buscando contextualizar tanto o esporte quanto a universidade a partir de suas determinações históricas na sociedade que tem o capitalismo como modo de produção.

A definição dialética das categorias “possibilidade” e “realidade” é utilizada para refletir sobre as contradições, as limitações e os desafios a serem superados para assegurar as condições necessárias, a fim de que as possibilidades identificadas ao longo do estudo possam se transformar em realidade. O percurso metodológico buscou o entendimento do

real, do concreto, para abordar o objeto de estudo em seu movimento, suas contradições e possibilidades. Como entende Marx,

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O primeiro passo reduziu a plenitude da representação a uma determinação abstrata; pelo segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento (Marx, 2011, p. 248).

Segundo Kosik (1976, p. 36), “[...] o método da ascensão do abstrato ao concreto é o método do pensamento”. Como método materialista do conhecimento da realidade, o processo do abstrato ao concreto é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões, e, assim, o processo do pensamento permite compreender o todo. Nesse sentido, “A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar à compreensão da realidade” (Kosik, 1976, p. 20).

O materialismo dialético estuda as formas gerais do ser, os aspectos e os laços gerais da realidade, as leis do reflexo desta última na consciência dos homens, explica Cheptulin (1982), ao apontar que o ponto de partida, no estudo das leis e das categorias do materialismo dialético, devem ser as categorias de matéria, de consciência e de prática. Desse modo, “As categorias e leis são graus do desenvolvimento do conhecimento e da prática sociais, conclusões tiradas da história do desenvolvimento da ciência e da atividade prática” (Cheptulin, 1982, p. 3).

Para Cheptulin (1982, p. 74), “[...] o conceito de matéria inclui em si propriedades e ligações, que são características não de cada formação material particular, mas apenas de todo seu conjunto, isto é, do mundo em sua totalidade”. Destaca, também, a concepção marxista da matéria como realidade objetiva, que existe fora e independente da consciência humana. Sobre a categoria consciência, entende-a como “[...] uma forma particular, superior do reflexo do mundo exterior e é unicamente por isso que ela pode orientar o homem na realidade ambiente e transformá-la, modificá-la de forma criativa” (Cheptulin, 1982, p. 123).

O autor fala, ainda, sobre a concepção marxista da consciência como um produto social, um resultado de interações sociais, e destaca o processo em que a humanidade desenvolveu a linguagem e coordenou atividades para o trabalho coletivo e a vida social. Nas suas palavras” “Sendo ligada ao trabalho e à sociedade que à engendrou, a consciência é dotada de uma natureza social, é um aspecto necessário da forma social do movimento da

matéria, embora exista na consciência dos indivíduos que formam a sociedade" (Cheptulin, 1982, p. 90).

Conforme explica Marx (2011), a totalidade das relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. Assim, "O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência" (Marx, 2011, p. 47).

Para a produção de conhecimento e o tratamento adequado das questões científicas, para ver além do fenômeno, a compreensão da realidade demanda uma análise minuciosa e embasada, evitando uma leitura inocente ou equivocada da realidade. De acordo com Cheptulin (1982, p. 334), "[...] com a passagem do fenômeno à essência, o conhecimento não pára nem cessa o seu movimento, mas penetra sempre mais profundamente os objetos estudados, coloca em evidência aspectos e ligações sempre novos". A atividade prática dos homens, afirma o autor, está baseada na utilização consciente da transformação da possibilidade em realidade. Nesse sentido,

Colocando em evidência a essência das formações estudadas, o conhecimento volta-se para o passado, segue a história do surgimento e do desenvolvimento dessas formações materiais. Depois de atingir a essência e, apoiando-se nela, o conhecimento olha para a frente, para o futuro, e descobre imediatamente novas formas e ligações universais do ser, novos aspectos e relações universais (Cheptulin, 1982, p. 334).

Sendo assim, argumenta o autor, "[...] torna-se necessário separar, distinguir o real do possível, colocar em evidência as particularidades de um e do outro, compreender a dialética das transformações de um e do outro e recorrer às categorias de 'possibilidade' e de 'realidade'" (Cheptulin, 1982, p. 335). Define, ainda, que, "[...] do ponto de vista do materialismo dialético, a realidade é o que existe realmente e a possibilidade é o que pode produzir-se quando as condições são propícias" (p. 337-378), e acrescenta que "[...] a possibilidade, realizando-se, transforma-se em realidade e é por isso que podemos definir a realidade como uma possibilidade já realizada e a possibilidade como realidade potencial" (p. 338).

Considerando que qualquer possibilidade só se transforma em realidade quando existem condições determinadas, para o autor, a partir do conhecimento das possibilidades, é possível interferir no curso objetivo dos acontecimentos e criar as condições para acelerar ou refrear sua transformação em realidade. Conclui, assim, que a distinção e a consideração

das possibilidades concretas e abstratas reais apresentam relevada importância para a atividade prática dos homens.

As categorias são compreendidas como graus do desenvolvimento do conhecimento e estão relacionadas com as leis do materialismo dialético: 1) a lei da passagem das mudanças quantitativas para as qualitativas e vice-versa; 2) a lei da unidade e da luta dos contrários e 3) a lei da negação da negação. Conforme afirma Trivinôs (1987), essas leis explicam o mecanismo de desenvolvimento das formações materiais, demonstrando quais as relações entre o antigo e o novo nesse processo em que a negação dialética se expressa como resultado da luta dos contrários. Dessa maneira, os opositos que estão em interação permanente constituem a contradição, que é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos.

Trivinôs (1987) entende que concepção dialética da realidade e do pensamento deve estar presente na pesquisa baseada no materialismo dialético. Para esse autor, em uma investigação no campo social, e especificamente na área educacional, o pesquisador imbuído de uma concepção marxista da realidade precisa operar com os conceitos do materialismo, entre os quais estão os conceitos de estrutura das formações socioeconômicas, modos de produção, força e relações de produção, classes sociais, cultura como fenômeno social, concepção do homem e da educação.

Chesnais *et al.* (2010) descrevem dois grandes fenômenos que dominam a economia mundial no início do século XXI, sendo um deles a tendência de formação de um mercado mundial, com a liberalização e a desregulamentação dos investimentos internacionais, de transações comerciais e de fluxos financeiros impostos em uma escala sem precedentes. O segundo fenômeno diz respeito ao montante extraordinariamente elevado de títulos (ações e obrigações) que se apresentam aos olhos dos que os detêm (diretamente ou por intermédio de um gestor) como um “capital”, um direito permanente de receber fluxos de rendas regulares que vêm da partilha dos resultados de uma riqueza em relação à qual não importa saber quem a produziu e como ela foi produzida.

A pesquisa desenvolvida adotou a definição dialética das categorias “realidade” e “possibilidade” para compreender a realidade na educação brasileira e discutir as possibilidades para o desenvolvimento do esporte na UFBA, considerando as contradições, as limitações e os desafios que precisam ser superados para que essas possibilidades possam encontrar as condições necessárias para que se tornarem realidade. Como percurso metodológico, o estudo partiu da discussão inicial sobre os conceitos de esporte e cultura corporal, a partir de referenciais da área de Educação Física, da legislação esportiva e das

políticas públicas para a educação e o esporte no Brasil, com o propósito de analisar o objeto de estudo em seu contexto mais geral, para, em seguida, abordar as particularidades do esporte na UFBA.

Para ampliar a compreensão sobre o estado do conhecimento atual a respeito do objeto de estudo, a investigação buscou a produção científica referente ao descritor "esporte universitário" no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes. Para resgatar o histórico do esporte na UFBA, a pesquisa considerou o material disponível no Repositório Institucional da Universidade, a partir da consulta ao descritor "esporte", e informações publicadas no portal eletrônico oficial da instituição, incluindo uma série de documentos, a exemplo do estatuto e do regimento da universidade, do plano de desenvolvimento institucional, de relatórios de gestão, regimento, atas, editais, portarias, ofícios, relatos de reuniões e manifestos.

Lakatos e Marconi (2003) ressaltam que a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre determinado assunto. Ela tem a condição de propiciar o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras. Como característica da pesquisa documental, as autoras apontam que a fonte de coleta de dados abrange documentos, que são considerados como fontes primárias. De acordo com Severino (2013), a pesquisa bibliográfica se utiliza de dados ou de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados, e o pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes nos textos e que se tornam fontes dos temas a serem pesquisados. Já na pesquisa documental, os conteúdos ainda não tiveram tratamento analítico, tarefa que caberá ao pesquisador.

Os documentos produzidos resultam de uma determinada sociedade e exprimem as suas relações de poder. Dessa maneira, não são produções isentas e traduzem leituras e modos de interpretação do vivido por um determinado grupo de pessoas em um dado tempo e espaço (Silva *et al.*, 2009). A pesquisa documental possibilitou o acesso a uma considerável quantidade de informações que muito contribuíram para compreender o objeto de estudo a partir do seu histórico, identificando as demandas e discussões sobre o esporte na universidade.

Na sequência da pesquisa, foram analisados documentos institucionais e outras informações publicadas nos *sites* oficiais de universidades federais situadas nos 26 estados e no Distrito Federal, buscando identificar espaços e equipamentos específicos para as práticas esportivas, bem como ações, programas, políticas, estruturas acadêmicas e administrativas voltadas para o desenvolvimento do esporte na universidade. A iniciativa

permitiu conhecer um pouco mais sobre a realidade do esporte nas Ifes, as experiências de gestão esportiva nas universidades e os seus principais desafios, servindo como referência para discutir as possibilidades de desenvolvimento do esporte na UFBA.

A pesquisa também está embasada em estudo de campo realizado no Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, no *campus* de Salvador/BA, para observação sistemática com registro fotográfico, realizada com o objetivo de identificar programas, projetos e ações voltados para o desenvolvimento do esporte na universidade; reconhecer o perfil e a diversidade dos participantes das atividades realizadas no espaço e os equipamentos e materiais utilizados, além de levantamento de informações junto a setores da universidade responsáveis pela gestão de espaços, ações e projetos relacionados às práticas esportivas, incluindo a administração do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA (CEE), o departamento de Educação Física de Faculdade de Educação (Faced) e o Núcleo de Esporte e Lazer (NEL) da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae).

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (Número do Parecer: 7.072.298), com proposta de realização de estudo de campo no complexo esportivo universitário, e previa, também, a realização de entrevistas semiestruturadas com participantes de práticas esportivas desenvolvidas no *campus* universitário e com docentes e gestores públicos. No entanto, não foi possível a realização das entrevistas, por conta do cronograma para apresentação da pesquisa, em razão de uma série de motivos, que passam pelo tempo disponível para a defesa do mestrado, o tempo de tramitação do projeto no Comitê de Ética em Pesquisa, os trâmites e prazos para aprovação do protocolo e resolução das pendências, e o período de greve dos servidores das universidades federais em busca de melhores condições de trabalho.

O percurso do estudo de campo teve início com a apresentação dos objetivos de pesquisa à administração do CEE e à Superintendência de Administração Acadêmica da UFBA (Supac) e solicitação de autorização para a pesquisa no espaço, bem como para a utilização dos equipamentos para práticas esportivas pelo pesquisador. A observação foi realizada por meio de visitas regulares ao espaço, programadas para dias alternados, nos diferentes turnos e dias de semana, quando o pesquisador teve a oportunidade de vivenciar o cotidiano das práticas de esportes no *campus* universitário, compartilhando a experiência de práticas realizadas, tanto na condição de espectador quanto de participante das atividades esportivas. A solicitação de informações aos setores da universidade se deu por meio dos canais de comunicação institucional disponibilizados nos respectivos endereços eletrônicos

oficiais. As informações coletadas embasam a reflexão proposta sobre as possibilidades, as limitações e os desafios para o desenvolvimento do esporte na UFBA.

Lakatos e Marconi (2003) conceituam as diferentes modalidades de observação quanto aos meios utilizados – observação sistemática ou assistemática; a participação do observador – observação participante ou observação não-participante; o número de observações – observação individual ou em equipe – e o lugar onde se realiza – observação efetuada na vida real ou em laboratório. Severino (2013) afirma que, na pesquisa de campo, o objeto ou fonte é abordado em seu meio ambiente e a coleta dos dados é feita nas condições naturais em que os fenômenos ocorrem, portanto, são observados diretamente. Quanto à observação sistemática, para Lakatos e Marconi (2003, p. 193), "[...] o observador sabe o que procura e o que carece de importância em determinada situação; deve ser objetivo, reconhecer possíveis erros e eliminar sua influência sobre o que vê ou recolhe".

O estudo de campo realizado propôs uma observação sistemática da realidade, como forma de contribuir para a aproximação do pesquisador com o objeto de estudo, compartilhando as experiências das atividades esportivas realizadas no *campus* universitário e a utilização dos equipamentos esportivos (quadras, campos, pistas etc.). O conteúdo das observações foi registrado em caderno de campo para análise qualitativa, contextualizada a partir das contribuições do conjunto de informações levantadas previamente em pesquisa bibliográfica e documental.

A discussão das informações reunidas no estudo de campo será apresentada na seção seguinte, junto com os resultados da pesquisa realizada em documentos institucionais e *sites* oficiais de universidades federais brasileiras, que permitiu identificar as estruturas acadêmicas e administrativas relacionadas à promoção do esporte nas referidas instituições, seus espaços e equipamentos específicos voltados para práticas esportivas, que servem como referência para pensar a realidade e as possibilidades de inserção do esporte na UFBA.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DAS INFORMAÇÕES

Esta seção é dedicada à análise e discussão das informações reunidas durante o percurso da pesquisa. A reflexão sobre as possibilidades de inserção do esporte no projeto institucional da UFBA considera como referência as experiências no desenvolvimento do esporte em outras universidades federais brasileiras pesquisadas. Também está embasada nas informações coletadas no estudo de campo realizado no Complexo Esportivo da UFBA, para observação sistemática, com a finalidade de identificar ações, projetos e programas voltados ao desenvolvimento do esporte na universidade e reconhecer o perfil e a diversidade dos participantes das atividades realizadas no espaço.

Ao final da seção, são discutidas as demandas esportivas educacionais na UFBA e as perspectivas para a inserção da cultura corporal e do esporte no currículo universitário, de modo a contribuir para a democratização das práticas esportivas, para a formação humana emancipatória e para a transformação social necessária.

A análise parte da compreensão do geral sobre a realidade da educação e do esporte no país, buscando as suas determinações históricas e o real concreto, a fim de abordar as particularidades e singularidades das práticas esportivas na UFBA, considerando como elementos de análise a infraestrutura, a organização e o financiamento. A investigação também buscou observar o desenvolvimento desses elementos em outras universidades federais brasileiras, que apresentam diferentes experiências para o desenvolvimento do esporte, as quais são discutidas a seguir e servem de referência para a reflexão sobre as possibilidades do esporte na UFBA.

Para analisar a infraestrutura física, foram considerados espaços e equipamentos esportivos, entendendo-se como espaços as unidades de ensino ou complexos esportivos com diferentes modelos de gestão, que, por sua vez, abrigam equipamentos esportivos diversos, entre os quais, quadras e ginásios poliesportivos, campos de futebol, pistas de atletismo, piscinas, academias de ginástica e musculação, entre outros. Sobre o financiamento, foram pesquisadas fontes de recursos para o desenvolvimento de ações e programas esportivos e para a construção e manutenção dos espaços e equipamentos esportivos na universidade. A organização envolve as políticas esportivas e de gestão promovidas por meio estruturas acadêmicas e administrativas estabelecidas nas universidades.

5.1 AS INICIATIVAS NACIONAIS

Pesquisa realizada em documentos institucionais e portais eletrônicos oficiais de universidades federais brasileiras situadas nos 26 estados e no Distrito Federal, entre o segundo semestre de 2023 e o primeiro semestre de 2024, permitiu identificar as estruturas acadêmicas e administrativas relacionadas à promoção do esporte nas referidas Instituições Federais de Ensino Superior, bem como políticas, programas, ações, espaços e equipamentos específicos voltados para práticas esportivas. A análise dessas informações contribui para a discussão sobre a realidade do esporte nas universidades federais, trazendo referências para refletir a respeito das possibilidades para o desenvolvimento do esporte como um dos eixos no projeto institucional da UFBA.

De acordo com a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior (Andifes), existem 69 universidades federais no Brasil. Considerando que grande parte dessas universidades são instituições multicampi, foram selecionadas para o estudo universidades federais com *campus* nas capitais estaduais, que foram referência para o mapeamento dos espaços e equipamentos esportivos nas Ifes. Apenas no caso das universidades federais nos estados de São Paulo (Unifesp), Sergipe (UFS) e Tocantins (UFT) não foram considerados os *campi* nas capitais, mas sim aqueles situados em cidades onde estão em funcionamento cursos de Educação Física dessas instituições, que, por esse motivo, foram escolhidos como referência para o estudo.

No caso da Unifesp, o *campus* de referência está situado na Baixada Santista, em Santos; na UFS, o *campus* avaliado foi o do município de São Cristóvão, na região metropolitana de Aracaju; na UFT, o curso de Educação Física acontece em dois polos, sendo um no *campus* de Miracema e outro em Tocantinópolis. Para manter o padrão de analisar o *campus* de cada Ifes em apenas um município, o estudo considerou o *campus* de Miracema, que dispõe de um complexo esportivo inaugurado em 2021.

O levantamento das informações foi realizado nos documentos institucionais e *sites* oficiais e considerou informações publicadas sobre as políticas esportivas, estruturas acadêmicas e administrativas e os espaços-equipamentos esportivos das seguintes Ifes: Universidade Federal do Acre (Ufac); Universidade Federal de Alagoas (Ufal); Universidade Federal do Amazonas (Ufam); Universidade Federal do Amapá (Unifap); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal de Brasília, (UnB); Universidade Federal do Ceará (UFC); Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes); Universidade Federal de Goiás (UFG); Universidade Federal do Maranhão (UFMA);

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Rondônia (Unir); Universidade Federal de Roraima (UFRR); Universidade Federal de São Paulo (Unifesp); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A pesquisa abrange alguns dos principais documentos oficiais localizados nos *sites* das Ifes: Estatuto, Regimento Geral e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), buscando identificar menções ao esporte nos referidos documentos. Todas as Ifes mencionam o esporte em algum desses documentos, com mais frequência nos PDI, que fazem referência à melhoria de espaços/equipamentos para práticas esportivas, e questões relacionadas às ações de extensão e assistência estudantil. Também foram considerados outros documentos das Ifes que abordam a gestão do esporte na universidade, incluindo políticas de assistência estudantil, políticas de esportes, normas de uso dos espaços/equipamentos esportivos, editais para concessão de benefícios, entre outros. Para ampliar as fontes de informações, a pesquisa recorreu a palavras-chaves que foram utilizadas como descritores nos mecanismos de busca dos *sites* oficiais das Ifes, entre as quais: “esporte”; “complexo esportivo”, “ginásio de esportes”; “campo de futebol”, “pista de atletismo”; “piscina”; “educação física”, “atividades esportivas”.

A principal fonte de informação a respeito do planejamento das ações esportivas nas Ifes são os PDI das universidades. O Programa de Esporte Universitário (PEU) aparece com destaque no PDI da UFMS (2020-2024). São apontadas, dentre as diretrizes do Programa: fomentar ações relacionadas à Cultura Corporal do Movimento (esportes, exercícios físicos, lutas, danças, ginásticas, dentre outras) voltadas ao lazer e à promoção da saúde, predominantemente da comunidade acadêmica da UFMS; desenvolver ações de treinamento das equipes de representação institucional em competições esportivas; promover a inclusão de Pessoas com Deficiência e idosos por intermédio de práticas corporais vinculadas; estabelecer parcerias institucionais para desenvolver o esporte laboral, educacional e de rendimento; auxiliar as Atléticas na organização e participação de eventos esportivos; firmar parcerias com equipes/clubes esportivos que tenham interesse em fortalecer as atividades esportivas para as crianças e os jovens em Mato Grosso do Sul; fomentar, por intermédio de

auxílio financeiro, a participação de atletas universitários em eventos esportivos; organizar eventos esportivos voltados ao lazer, escolar/universitário, rendimento e ações benéficas e auxiliar na capacitação de professores vinculados aos programas esportivos da UFMS.

No seu Plano de Desenvolvimento Institucional (2023-2027), a UFC define as seguintes ações estratégicas, a partir do objetivo de disponibilizar serviços para atendimento social, pedagógico, psicológico, nutricional, esportivo e artístico para melhoria da qualidade de vida do estudante e aperfeiçoamento da sua formação acadêmica:

1. Ampliar infraestrutura física para a prática de atividades desportivas e físicas diversas nos *campi* da capital e interior, em parceria com o Instituto de Educação Física e Esporte e a Superintendência de Infraestrutura.
2. Indicar e propor espaços e equipamentos voltados para a convivência, lazer e descanso, em parceria com a Superintendência de Infraestrutura.
3. Ofertar atividades físicas para estudantes PCDs, com atenção a melhor acessibilidade para a área desportiva, no que se refere ao atendimento, ao acesso e à inclusão de pessoas com deficiência, inclusive no que diz respeito a recursos tecnológicos, em parceria com a Secretaria de Acessibilidade e o Instituto de Educação Física e Esportes.
4. Ampliar o intercâmbio esportivo das seleções em nível local, estadual, nacional e internacional.
5. Realizar ações de prevenção e cuidado da saúde mental dos estudantes por meio de ações partilhadas entre o Centro de Especialidades Médicas da UFC (CEMUFC) e a Clínica-Escola de Psicologia UFC.
6. Realizar oficinas, palestras, rodas de conversa e eventos comemorativos para tratar de temáticas direcionadas ao público discente, tais como: assédio moral, empoderamento feminino, relações interpessoais, entre outras.
7. Desenvolver fluxos de cuidados iniciais para orientar a atuação de agentes de assistência estudantil, nas diversas unidades acadêmicas, em casos de urgência em saúde mental.

A UFMG apresenta, no seu PDI (2024-2029), os seguintes objetivos relacionados ao esporte na universidade (Figura 17):

Figura 17 – Objetivos institucionais da UFMG para o esporte

Objetivo Geral
Desenvolver uma política de esporte e lazer para a UFMG, contemplando toda a Comunidade Universitária.
Objetivos específicos (Metas)
<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o CEU como local de convivência e de apoio às atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFMG. • Ampliar o alcance das ações de esporte e lazer voltadas para a Comunidade Universitária, com a disseminação de atividades em espaços diversificados em todos os <i>Campi</i>, visando atingir um público diversificado. • Fomentar o esporte universitário, especialmente oferecendo suporte estrutural às equipes competitivas da UFMG.

Fonte: PDI/UFMG (2024).

Para a execução desses objetivos, a UFMG planeja: recuperar e ampliar os equipamentos do Centro Esportivo Universitário (CEU); reformar a piscina de 50 metros do CEU; realizar a adequação das condições estruturais do CEU para inclusão e acessibilidade de Pessoas com Deficiência, inclusive visando promover e incentivar a prática de esportes e de lazer por esse público; promover ações de esporte e lazer através, dentre outros, da concessão de bolsas e auxílios estudantis; instituir ações de esporte e lazer como conteúdos fundamentais das políticas de assistência estudantil da UFMG; desenvolver ações que estimulem a apropriação dos espaços da UFMG pela Comunidade Acadêmica e externa para vivências de lazer; criar programas permanentes de apoio aos atletas que representam a UFMG em competições esportivas; apoiar os programas de pesquisa e inovação relacionados ao esporte e ao lazer nas diversas áreas do conhecimento; apoiar ações de ensino relacionadas ao esporte e ao lazer; atender à comunidade através da extensão, fomentando a prática esportiva e a vivência do lazer; consolidar a Comissão de Esporte e Lazer na UFMG com vistas ao estabelecimento de plano de ação na área e à democratização dos processos de planejamento, desenvolvimento e avaliação das políticas propostas.

O PDI da UFSC (2020-2024) destaca, entre órgãos executivos centrais da instituição, a Secretaria de Esportes (Sesp), criada com o objetivo de auxiliar a Reitoria no desenvolvimento de ações institucionais voltadas para a prática do esporte universitário e para a integração da comunidade universitária na educação e na promoção da saúde. Um dos objetivos institucionais relacionados ao ensino propõe estimular o esporte, o lazer e a promoção da saúde na formação dos estudantes, segundo aponta o documento.

No PDI da Ufac (2020-2024), a instituição destaca, dentre as metas para o período de referência, o exposto na Figura 18.

Figura 18 – Metas institucionais da UFAC para o desenvolvimento do esporte

Meta 5 - Ampliar em 50% o número de ações extensionistas relacionadas ao esporte
Ação 5.1 - Publicação de editais de fomento a ações esportivas no âmbito acadêmico
Ação 5.2 - Incentivo e apoio à prática esportiva entre as Atléticas ligadas aos cursos de graduação
Ação 5.3 - Apoio, por meio de bolsas do Programa de Incentivo ao Esporte (Pró-Esporte), à participação de discentes nos Jogos Universitários em suas fases Regional e Nacional

Fonte: PDI/Ufac (2024).

De acordo com as informações coletadas no levantamento, 26 das 27 universidades pesquisadas mantêm espaços-equipamentos públicos próprios para a prática de atividades

físicas e esportivas em seus *campi*. A exceção é a Universidade Federal da São Paulo (Unifesp), no *campus* de Santos, onde é ofertado o curso de Educação Física, criado em 2005, com autorização de Funcionamento para 2007, cuja primeira turma formou-se no ano de 2010. Conforme aponta o projeto pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física de 2023 da Unifesp, a instituição realiza o aluguel de espaços privados para a utilização de quadras, salas de aula e a piscina de um clube, como forma de viabilizar as atividades do curso.

O projeto pedagógico do curso prevê que a realização das atividades didáticas e de extensão será mantida nesses espaços até que as instalações definitivas sejam construídas e entregues. O documento ressalta que não há previsão para início e entrega das obras (Unifesp. Projeto Pedagógico do curso de Bacharelado em Educação Física, 2023). Há, também, um projeto de construção de Parque Esportivo na Unifesp, disponível no portal eletrônico oficial da instituição.

Todas as Ifes têm, em seu organograma, estruturas administrativas ou acadêmicas para a gestão de atividades esportivas. Entre as 27 Ifes pesquisadas, 26 oferecem o curso de Educação Física. A exceção é a Universidade Federal de Roraima (UFRR), que promove ações relacionadas ao esporte através de equipes compostas por seus estudantes que participam dos Jogos Universitários. Das 26 instituições que oferecem o curso de Educação Física, 11 têm unidades de ensino próprias para oferta dos cursos de Educação Física, sendo que quatro delas fazem referência ao esporte em seus nomes: o Instituto de Educação Física e Esporte da Ufal; o Instituto de Educação Física e Esportes da UFC; a Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ e o Centro de Educação Física e Desportos da Ufes.

Em outras 15 instituições, o curso de Educação Física está estruturado em departamentos que fazem parte de unidades de ensino nas áreas de educação ou saúde, a exemplo do Departamento de Educação Física do Centro de Ciências da Saúde da UFPE; o Departamento de Educação Física do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da UFS; o Departamento de Educação Física da Faculdade de Educação da UFMS e o Departamento de Educação Física da Faculdade de Educação da UFBA.

Além das estruturas acadêmicas responsáveis por atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da Educação Física e esportes, é possível também identificar, nas universidades, estruturas administrativas para gestão do esporte, apoio a eventos esportivos estudantis e de servidores e ações voltadas para a população em geral. Geralmente, essas estruturas administrativas para gestão, incentivo e desenvolvimento das atividades esportivas na universidade estão localizadas em Pró-Reitorias de Extensão, de Assuntos

Estudantis ou de Gestão de Pessoas, organizadas na forma de coordenações, gerências, núcleos, divisões, entre outras. O esporte aparece com destaque na composição da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece) da UFMS.

Essas estruturas são responsáveis pela realização de ações, projetos e programas esportivos nas instituições de ensino. Na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), a Gerência de Projetos Esportivos e de Lazer, da Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência, é responsável por organizar as ações referentes ao esporte universitário e às atividades de lazer para as comunidades interna e externa. O Programa Segundo Tempo Universitário e o projeto Futebol de Mulheres são destacados entre as ações desenvolvidas pela instituição.

Na Ufal, o Programa de Atividade física, Esporte e Lazer da instituição teve as suas normas e procedimentos estabelecidos por meio de Instrução Normativa da Pró-Reitoria Estudantil. O programa tem como finalidade a promoção das atividades para melhoria da saúde e qualidade de vida e a promoção de aspectos positivos de socialização, de modo a contribuir para a ampliação das condições de permanência e êxito acadêmico estudantil.

Na UFPB, em janeiro de 2023, foram abertas 770 vagas em projetos de extensão que oferecem atividades físicas gratuitas e acompanhadas por profissionais e estudantes da graduação em Educação Física, vagas essas ofertadas ao público externo e à comunidade acadêmica. Por meio do levantamento realizado, foram identificados, nas universidades, projetos com o foco no esporte paralímpico, entre os quais: o programa curricular de extensão Esporte Paralímpico, na Ufac, e o projeto Paratleta, da UFPE, que desenvolve ações esportivas na perspectiva da inclusão social de Pessoas com Deficiência.

As ações de apoio às práticas esportivas mapeadas nas universidades pesquisadas incluem também o edital para auxílio a Praticante e Promotor de Atividade Física, Esportiva e de Lazer, na UnB, com recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), e o edital com oferta de bolsas para estudantes através do Programa de Incentivo ao Desporto, da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC.

Em parte das universidades, os equipamentos destinados às práticas esportivas – quadras, pistas, piscinas, campos, ginásios etc. – estão integrados e sob administração de unidades de ensino próprias da área de Educação Física e Esportes, como é o caso do Centro de Práticas Corporais da Faculdade de Educação Física e Dança da UFG, do Instituto de Educação Física e Esportes da UFC e da Escola de Educação Física e Desportos da UFRJ.

Na outra parte das instituições, os equipamentos esportivos são instalações de gestão e uso compartilhados, que integram complexos administrados pelas universidades através de estruturas diversas. São exemplos dessa forma de gestão o Complexo Esportivo da UFPE,

administrado pela Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer, órgão suplementar da UFPE, e os espaços esportivos da Cidade Universitária da UFMS, que são administrados pela Secretaria de Gestão de Espaços Físicos, que integra a Diretoria de Esporte e Cultura da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte. Na UFMG, o Centro Esportivo Universitário (CEU) é um órgão suplementar da Reitoria. Na UFBA, o Complexo Esportivo Educacional (CEE) passou a ser administrado pela Superintendência de Administração Acadêmica (Supac), órgão vinculado à Reitoria, sendo considerado um equipamento de uso compartilhado.

Em relação à infraestrutura física, os equipamentos esportivos mais frequentes nas Ifes são quadras poliesportivas, ginásios de esportes, campos de futebol, pistas de atletismo e piscinas. Também foram mapeadas quadras de tênis, de badminton, de rugby, quadras de areia para vôlei e futevôlei, academias de musculação, salas de ginástica, além de espaços para lutas (Judô, Jiu Jitsu, Karatê, Capoeira), jogos de salão (xadrez, dama, sinuca, tênis de mesa), parque de práticas corporais de aventura, com parede de escalada, circuito de arborismo e linha de tirolesa.

Os espaços e equipamentos esportivos mapeados neste estudo foram identificados a partir das informações disponíveis nos *sites* oficiais e documentos institucionais das Ifes. As condições de uso dos equipamentos, portanto, não foram verificadas *in loco*, o que demandaria um trabalho extenso e inviável de ser realizado durante o período do mestrado, em razão das limitações de tempo para o trabalho de campo, de questões financeiras e de disponibilidade do pesquisador. Dessa maneira, é possível que alguns dos equipamentos mapeados não estejam em condições de uso adequadas. Equipamentos esportivos, cujas informações indicavam que estavam interditados no momento da pesquisa não foram contabilizados. Além disso, a lista de espaços-equipamentos também não é exaustiva, podendo haver outros não identificados neste estudo.

Por meio de informações publicadas, algumas Ifes fornecem especificações sobre equipamentos, como as piscinas, que são classificadas como olímpicas, semiolímpicas, piscina infantil ou de saltos. Essas informações, quando identificadas, foram incluídas no estudo, que considerou a presença do equipamento nas instituições em qualquer uma das suas classificações e dimensões. Por outro lado, o estudo procurou diferenciar ginásios, quadras cobertas, quadras descobertas e quadras para modalidades específicas, a partir das informações disponibilizadas pelas instituições.

Das 27 universidades pesquisadas, 23 têm ginásio de esportes, 23 têm piscina, 23 têm pista de atletismo e 23 têm campo de futebol. Na UFBA não tem ginásio ou quadra poliesportiva coberta, nem piscina. Sem considerar a UFBA, todas as demais universidades

pesquisadas nos estados do Nordeste têm esses quatro equipamentos (ginásio de esportes, piscina, pista de atletismo e campo de futebol).

Alguns dos documentos das Ifes que foram analisados sinalizam desafios referentes à manutenção e administração dos espaços e equipamentos esportivos que compõem a infraestrutura das universidades, como aponta o documento da Escola de Educação Física e Desportos para subsidiar o plano de desenvolvimento institucional da UFRJ (2017, p. 188) ao destacar que:

Apesar de aparentemente haver muito espaço para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, a falta de iluminação e de cercamento das quadras externas e da pista de atletismo, bem como a falta de iluminação do campo de futebol dificultam sua utilização regular, sua manutenção, e a segurança dos usuários.

O documento também informa que

A piscina olímpica, recém-recuperada, e os campos de rúgbi e hóquei sobre a grama, recém-construídos, são estruturas adequadas que atendem às necessidades esportivas, necessitando de atenção aos altos custos de manutenção dos mesmos. A academia de musculação e ginástica necessita de recuperação, a fim de atender às necessidades físicas de nossos acadêmicos-atletas (UFRJ. Documento da Escola de Educação Física e Desportos para subsidiar o plano de desenvolvimento institucional da UFRJ, 2017, p. 110).

Ainda, são destacadas no referido documento demandas muito próprias da área do esporte, como a necessidade de uma lavanderia com infraestrutura para lavar cerca de 100 uniformes por semana, dada a especificidade da coordenação responsável pelos uniformes utilizados com frequência por grande número de estudantes.

A pesquisa constatou que algumas IFES cobram taxas para a realização de eventos e/ou para acesso dos usuários aos seus espaços e equipamentos esportivos. É o caso do Centro Esportivo Universitário (CEU) da UFMG, que realiza a cobrança de taxas semestrais para a associação ou renovação de filiação ao espaço, conforme determina o seu Regimento Interno. Os valores são pagos a título de taxa de confecção da carteira e semestralidade. Os estudantes contemplados pela Política de Assistência e Permanência Estudantil da UFMG têm gratuidade na taxa de filiação quando posicionados no Nível I, enquanto os estudantes assistidos nos níveis II e III pagam uma taxa simbólica no valor de R\$ 10 (dez reais). Para efetuar a filiação e garantir o benefício, é obrigatório o envio da Declaração Socioeconômica.

São considerados associados do Centro Esportivo da UFMG alunos, docentes e técnicos-administrativos. Também são admitidos como usuários, a critério do Conselho Diretor, pessoas da comunidade, incluindo convidados, funcionários terceirizados e de órgãos ou entidades de apoio à UFMG. Em outras universidades, como na UFSC, foi

possível constatar a realização de eventos e projetos de extensão tanto gratuitos quanto com a cobrança de taxas, de acordo com as Normas e Critérios para Utilização das Instalações do Centro de Desportos da Universidade.

No Complexo Esportivo da UFPE, os espaços são utilizados com prioridade para as aulas do curso de Educação Física, projetos de extensão da Secretaria de Gestão de Esporte e Lazer e do Departamento de Educação Física, e de diretórios acadêmicos e associações atléticas vinculadas à instituição, que também prevê a possibilidade de aluguéis dos espaços para o público externo. Na UFG, a regulamentação do uso dos espaços e equipamentos da Faculdade de Educação Física estabelece que a direção da Faculdade poderá, a seu critério, cobrar taxas de manutenção e limpeza pelo uso dos espaços e dos equipamentos.

Outra questão relativa ao esporte observada durante a investigação refere-se exatamente ao movimento de elaboração de políticas esportivas e termos de uso e reserva dos espaços-equipamentos esportivos diversos nas instituições. Entre os documentos localizados estão o Regimento Interno do Centro de Desportos da UFC, o Manual de Conduta Esportiva da UFT, e o Regimento Interno da Divisão de Esportes da Unifap, que regulamenta a utilização do Ginásio de Esportes, do Campo de Futebol, da Pista de Atletismo, da Piscina, dentre outros espaços físicos da universidade e dá outras providências.

A regulamentação do uso dos espaços esportivos na Cidade Universitária da UFMS estabelece a seguinte prioridade na ocasião das reservas para atividades: I - Aulas do curso de Educação Física; II – Projetos esportivos da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Esporte (Proece); III – Projetos esportivos aprovados junto à Proece; IV – Práticas esportivas coletivas das Atléticas; Práticas esportivas coletivas de discentes e servidores; VI – Demandas externas.

Apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas universidades federais nos últimos anos, diversos espaços-equipamentos esportivos nas Ifes foram inaugurados na última década. Muitas dessas obras começaram a ser entregues durante os preparativos para a realização dos Jogos Olímpicos no Brasil, em 2016. Naquele ano, o Centro Esportivo da UFRJ inaugurou dois campos de hóquei sobre a grama e uma piscina olímpica. A UFPR ganhou uma pista de atletismo de nível internacional no *campus* do Centro Politécnico, em Curitiba, também em 2016.

Podem ser citadas, ainda, a inauguração da Pista de atletismo e campo de futebol da Unifap, em 2018; do Complexo Esportivo em Maceió, da Ufal, em 2019, e da pista de atletismo em padrões internacionais da Ufac, em 2022. Muitos dos novos espaços e equipamentos entregues foram viabilizados a partir de parcerias, como é o caso do Centro

de Referência Paralímpico da UFPI, que é fruto de uma parceria entre a universidade e o Comitê Paralímpico Brasileiro.

Isso demonstra que, mesmo com as adversidades enfrentadas pela educação pública, é possível avançar no sentido de qualificar os *campi* universitários com equipamentos esportivos que servem tanto à comunidade acadêmica quanto à população em geral, o que demanda vontade política e o compromisso expresso nos planos de desenvolvimento institucional e projetos pedagógicos. No entanto, as questões orçamentárias que têm afetado as universidades federais na última década configuram um fator limitador para se avançar em muitas frentes, dificultando a execução de uma série de programas e ações, bem como a manutenção e a ampliação dos espaços e dos equipamentos esportivos.

5.2 A SITUAÇÃO ATUAL NA UFBA

Após abordar o histórico do esporte na UFBA e a realidade das políticas, das práticas, dos espaços e dos equipamentos esportivos nas universidades federais, o trabalho de pesquisa seguiu com o estudo de campo realizado no Complexo Esportivo e Educacional (CEE) da universidade, localizado no bairro Ondina, em Salvador, entre os meses de outubro e novembro de 2024. O estudo de campo foi desenvolvido por meio de observação sistemática que teve por objetivo identificar as atividades realizadas no espaço e as suas finalidades, o perfil dos praticantes, os equipamentos e os materiais utilizados, contribuindo, assim, para identificar a situação atual do esporte na UFBA.

As observações foram realizadas no CEE/UFBA durante o semestre letivo 2024.2, nos diferentes dias da semana, incluindo sábados e domingos, e nos três turnos: matutino, vespertino e noturno. Foram, ao todo, 15 idas a campo. A partir das observações, foram feitas anotações em caderno de campo que são analisadas nesta seção, além de registro fotográfico que resultou na produção de imagens do espaço e dos equipamentos esportivos que contribuem para ilustrar o presente relato.

O levantamento de informações se deu, também, por meio de solicitações encaminhadas a setores da universidade responsáveis pela gestão de espaços, ações e projetos voltados para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte, incluindo a administração do Complexo Esportivo e Educacional (CEE), o Departamento de Educação Física de Faculdade de Educação e o Núcleo de Esporte e Lazer (NEL) da Coordenação de Ações Afirmativas, Educação e Diversidade (CAAED), da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil (Proae). A solicitação das informações foi feita por

meio dos canais de comunicação institucional disponibilizados através de endereços eletrônicos oficiais. Essas informações também embasam a reflexão proposta sobre as possibilidades, as limitações e os desafios para o desenvolvimento do esporte na UFBA.

Atualmente, o Complexo Esportivo e Educacional (CEE) é um espaço gerenciado pela Coordenação de Instalações de Uso Coletivo de Ensino, Pesquisa e Extensão (Ciepe), da Superintendência de Administração Acadêmica (Supac), órgão diretamente vinculado à Reitoria da UFBA. Considerado um equipamento de uso compartilhado, tem como principal função abrigar atividades curriculares do curso de graduação de Educação Física, além de atividades promovidas pelo Núcleo de Esportes e Lazer da Proae, por associações atléticas dos diversos cursos de graduação da universidade e com a participação de estudantes que representam a UFBA nos Jogos Universitários. O equipamento também é usado por moradores de comunidades vizinhas ao *campus*, como Calabar, Alto das Pombas e São Lázaro.

No semestre letivo 2024.2, um total de 12 disciplinas do curso de graduação em Educação Física foram programadas para acontecer no Complexo Esportivo e Educacional da UFBA: Atletismo II (EDC 224); Futebol II (EDC 232); Treinamento Desportivo (EDC 243); Musculação (EDC 245); Medidas e Avaliação da Educação Física (EDC 247); Esporte I (EDC D49); Prática de Ensino II (EDC D52); Esporte II (EDC D53); Educação Física Adaptada (EDC D58); Esporte III (EDC D60); Prática de Ensino IV (EDC D62); Prática de Ensino I (EDC D76). Foram 393 vagas ofertadas e 265 matrículas de estudantes da Licenciatura em Educação Física em componentes curriculares programados para acontecer no CEE.

Também são desenvolvidos no espaço os seguintes projetos de extensão vinculados ao Departamento de Educação Física: “Projeto Cuidar+”, que acontece na sala de musculação do CEE, com atividades para 33 idosas hipertensas. Participam do projeto três docentes do departamento de Educação Física, três mestrandos do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Reabilitação (PPGReab), um bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão (Pibiex) e um bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic).

Já o Projeto Interdisciplinar em Práticas Corporais, Exercícios Físicos e Promoção da Saúde tem inscrições gratuitas para a comunidade universitária e usuários das Clínicas de Fisioterapia e Fonoaudiologia da UFBA. Coordenado pelo Departamento de Educação Física juntamente com o Instituto Multidisciplinar de Reabilitação e Saúde (IMRS/UFBA), o projeto busca atuar na promoção de melhores condições de saúde e uma melhor qualidade

de vida sob um olhar integrativo. Quando os participantes necessitam de uma intervenção mais específica, são encaminhados para a Clínica Escola de Fisioterapia (CEF) ou para o Centro Docente Assistencial em Fonoaudiologia (Cedaf).

Através do Projeto Interdisciplinar em Promoção de Saúde Integrativa (PIPSI) também são promovidas, na sala de musculação do complexo, ações voltadas para "Treinamento de Força - Promoção da Saúde e Condicionamento Físico", "Movimento e Mindfulness - Alongamento, Respiração, Cognição e Relaxamento", e "Cultura Popular - Capoeira - Interação Social e Condicionamento Físico".

Além das atividades de ensino e extensão, são desenvolvidas atividades de pesquisa relacionadas ao projeto de Treinamento de Competências Psicológicas junto à equipe feminina de voleibol da universidade, coordenado por docente do Departamento de Educação Física, a fim de promover a melhora de construtos psicológicos intervenientes no contexto esportivo, bem como a melhora da performance do fundamento saque. O projeto também avalia atletas de categorias de base do voleibol baiano participantes de competições a nível estadual. A Equipe de Estudos em Psicometria, Psicologia do Esporte e Desempenho Esportivo, grupo de pesquisa composto por 11 estudantes de Educação Física, atua no projeto que promove a intervenção com a equipe de voleibol feminina da UFBA, com a participação de oito estudantes que fazem parte do treinamento. As atividades contam com a atuação de estudantes voluntárias de extensão, um bolsista e uma voluntária de Iniciação Científica (IC). Cerca de 80 atletas de base, de ambos os sexos, e que participam de competições a nível estadual, já foram avaliados através dessa iniciativa.

O complexo esportivo da UFBA também é utilizado por equipes de modalidades esportivas que representam a UFBA nos Jogos Universitários. Para algumas modalidades, no entanto, não é possível realizar atividades no espaço devido aos problemas de infraestrutura, como é o caso do basquete, pois, durante o período observado, não havia uma quadra com as duas tabelas necessárias para o jogo.

Um total de 22 associações atléticas acadêmicas estão registradas na programação de atividades agendadas para acontecer no CEE relacionadas aos seguintes cursos/unidades de ensino da UFBA: Arquitetura, Artes, Bacharelado Interdisciplinar (BI) em Humanidades, Biologia, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Enfermagem, Farmácia, Gastronomia, História, Letras, Medicina, Medicina Veterinária, Odontologia, Química, Terapia Ocupacional, Zootecnia, Escola Politécnica, Faculdade de Comunicação, Instituto de Geociências e Instituto de Matemática e Estatística.

O complexo esportivo também abriga o projeto Esporte por Toda Parte, realizado pela Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (Sudesb), em parceria com a UFBA, com oferta de aulas de modalidades esportivas como o futsal e o futebol. O projeto também realiza atividades no campo de futebol localizado próximo à entrada principal do *campus* de Ondina, que está situado fora do complexo esportivo, em um outro espaço disponível para as práticas esportivas no *campus*. Outra atividade identificada é promovida pelo Grupo Comunitário de Basquete do Calabar e Alto das Pombas (GCBCAP), que segue com a promoção de práticas esportivas para crianças e jovens da comunidade no *campus* da UFBA desde o ano 2000.

O percurso do estudo de campo teve início com a apresentação dos objetivos de pesquisa à administração do CEE e da solicitação para realização da pesquisa no espaço, bem como para a utilização dos equipamentos esportivos para atividades na quadra de basquete e na pista de atletismo. Logo na guarita situada no portão de acesso ao complexo esportivo estão afixados cartazes e placas com orientações sobre o funcionamento do espaço, com informações sobre a capacidade de público do espaço, definida em 3.200 pessoas, e o horário de uso da pista de atletismo, que vai das 07 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, e das 8 às 18 horas nos finais de semana.

Durante o estudo de campo, foi possível observar que, no período da manhã, o complexo esportivo geralmente é utilizado para as aulas do curso de Educação Física, que acontecem nos equipamentos esportivos disponíveis e em duas salas de aula que não são climatizadas. No período da tarde, o espaço costuma ser utilizado também por estudantes que compõem as associações atléticas dos diversos cursos de graduação da UFBA, para atividades do NEL/Proae e outros projetos.

Embora muitas atividades sejam programadas para acontecer no espaço, foi constatada baixa frequência de práticas nos equipamentos esportivos em muitos horários durante o período observado. Devido à falta de um ginásio de esportes ou de, pelo menos, uma quadra coberta, as práticas esportivas ficam praticamente inviabilizadas das 11 às 14 horas, quando as quadras costumam ficar vazias em razão do sol forte e do calor extremo.

Mesmo em dia de domingo, geralmente reservado por muitas pessoas para as atividades de esporte e lazer, o espaço fica completamente vazio no horário de sol escaldante, conforme registrado em foto (Figura 19). O período mais movimentado geralmente começa após a temperatura diminuir, ao final da tarde, a partir das 16 horas.

Figura 19 – Fotografia de quadras poliesportivas do complexo completamente vazias em um dia de domingo (20/10), às 14 horas



Fonte: acervo do autor/Estudo de campo (2024).

As práticas esportivas seguem até o período da noite no complexo, que encerra as atividades nas quadras às 22 horas. A iluminação das quadras está funcionando bem de uma maneira geral, exceto na quadra de voleibol, cujos refletores não estavam funcionando no período observado. Também não há iluminação adequada para a realização de atividades à noite no campo de futebol e na pista de atletismo.

O campo de futebol é utilizado com mais frequência aos finais de semana, com horários reservados para a Assufba, para o NEL/Proae, para moradores das comunidades do Calabar e do Alto de Ondina/São Lázaro. Problemas referentes à manutenção do gramado do campo de futebol (Figura 20), que tem a necessidade de serviço de jardinagem especializado, e as dificuldades para atender às diversas demandas para utilização do campo foram registradas pelo estudo na fase da pesquisa documental.

Além do campo de futebol de dimensão oficial (Figura 21), existem outros dois campos de futebol em terra batida localizados em diferentes espaços nos *campi* da UFBA, um deles conhecido como “arranha-céu”, improvisado em um dos platôs do complexo esportivo, que é utilizado com mais frequência por moradores de bairros no entorno da universidade. O outro campo, também não oficial, está localizado fora do complexo, próximo à entrada principal do *campus* de Ondina, onde são realizadas atividades do Projeto

Esporte por Toda Parte e foi programado um “aulão” de vôlei como uma das atividades da Semana do Servidor Público na UFBA, em outubro de 2024.

Figura 20 – Fotografia com panorama geral do campo de futebol oficial e da pista de atletismo do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA



Fonte: acervo do autor /Estudo de campo (2024).

Figura 21 – Fotografia do campo de futebol em manutenção



Fonte: acervo do autor/Estudo de campo (2024).

A falta de cobertura das quadras e de um ginásio poliesportivo também determina a impossibilidade de realização das práticas nos equipamentos esportivos nos dias de chuva,

situação observada no estudo de campo, quando as atividades precisaram ser interrompidas nas quadras em decorrência da chuva. Durante o estudo, não foi possível realizar observações em um dos dias programados para ida a campo, pois o complexo estava fechado, nos dias 16 e 17 de outubro, a fim de atender solicitação do poder executivo federal para pouso e decolagem de helicópteros durante visita da comitiva oficial da Presidência da República à Bahia. Esse é outro uso que se faz do espaço – como pista de pouso de aeronaves.

As condições das quadras poliesportivas não são boas, com instalações improvisadas, seja para montar a rede de voleibol ou para o suporte das traves de futebol. Entre as quadras poliesportivas que compõem a estrutura do complexo, apenas uma tem tabela de basquete em condições de uso – porém, em apenas um dos lados da quadra, impedindo a realização do jogo completo com duas equipes com cinco componentes cada. É possível verificar, no entanto, que havia tabelas de basquete em pelo menos duas quadras, cujas estruturas de suporte estão deterioradas e, inclusive, representam uma ameaça à segurança dos frequentadores do espaço (Figura 22).

Figura 22 – Fotografia de “tabela de basquete” deteriorada, apenas com a estrutura e o aro, sem a tabela necessária ao jogo



Fonte: acervo do autor/Estudo de campo (2024).

Após a conclusão do estudo de campo, em nova visita realizada ao Complexo Esportivo em janeiro de 2025, por ocasião da abertura dos Jogos Internos da UFBA, foi possível constatar que foram ajustadas as duas tabelas em uma das quadras, permitindo a

realização dos jogos de basquete. No entanto, as demais quadras permanecem sem tabelas para essa modalidade, mantendo-se, em uma delas, as estruturas com tabelas deterioradas. Conforme observado na abertura dos Jogos da UFBA (Figura 23), o evento manteve as quadras do complexo universitário bastante movimentadas com jogos de diversas modalidades esportivas promovidos pelo Núcleo de Esporte e Lazer da Proae, com a participação de estudantes e associações atléticas acadêmicas.

Figura 23 – Fotografia dos Jogos Internos da UFBA 2025



Fonte: acervo do autor (2025).

O Laboratório de Musculação é um dos equipamentos que funcionam no complexo, apesar das limitações. As atividades no laboratório são permitidas para projetos acadêmicos devidamente aprovados, com anuêncio do Departamento de Educação Física e autorização prévia da Coordenação do CEE, conforme destaca informativo afixado na porta do equipamento. O espaço conta com um número limitado de equipamentos e estes necessitam de manutenção. Seria muito importante ampliar o número de equipamentos, de modo a aumentar a capacidade de público atendido, contemplando outras demandas da universidade, inclusive de estudantes que compõem equipes esportivas que representam a UFBA nos Jogos Universitários.

A pista de atletismo é outro equipamento com infraestrutura precária (Figura 24). A reforma da pista chegou a ser anunciada em 2021, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica, Científica e Cultural firmado entre a Universidade, a Superintendência dos

Desportos do Estado da Bahia (Sudesb) e a Federação Baiana de Atletismo (FBA), conforme relato de matéria no *site* de notícias da UFBA, Edgardigital. O acordo estabelecia, entre as responsabilidades da UFBA, a promoção de atividades para crianças, jovens, adultos, idosos, Pessoas com Deficiência e a comunidade em geral, como contrapartida da Universidade pelos investimentos que seriam realizados pelo Governo do Estado (UFBA. Edgardigital, 2021). O projeto, porém, não se efetivou durante o período da pandemia. A parceria entre a UFBA e a Sudesb voltou a ser discutida apenas em 2023, com o anúncio da retomada do projeto para revitalização do Complexo Esportivo e Educacional, conforme matéria publicada no portal de notícias do Governo do Estado da Bahia.

Figura 24 – Fotografia da pista de atletismo e da caixa de saltos sem condições de uso



Fonte: acervo do autor/Estudo de campo (2024).

Ao longo do estudo, foram mapeados os seguintes equipamentos esportivos que compõem o complexo esportivo da UFBA: cinco quadras poliesportivas descobertas – sendo uma delas em dimensões para prática de futsal e handebol (aproximadamente 42mx25m) e as demais destinadas para basquete e voleibol; um campo de futebol oficial; uma pista de

atletismo; uma quadra de areia; um laboratório de musculação e uma sala de práticas corporais. Foi identificada a disponibilidade dos seguintes materiais esportivos no complexo: bola de futebol, bola de futsal, bola de futevôlei, bola de handball, bola de vôlei, bola de yoga, fita de dança, trampolim, bastões, rede de vôlei de praia, taco de baseball, cones (tamanhos P, M, G), bambolê, corda de pular e fita sinalizadora.

Em 2023, através do Ofício nº 065/2023, a Supac informou aos responsáveis por Assuntos ligados ao Uso do Complexo Esportivo e Educacional sobre a realização de levantamento das atividades desenvolvidas no espaço. O documento comunica que o Complexo estava passando por reestruturação dos processos administrativos e de gestão, visando a ampliação dos equipamentos e dos serviços prestados. Em razão disso, conforme ressalta o ofício, seria necessário identificar as demandas existentes e previstas de utilização das instalações, através do preenchimento do formulário online disponível no *site* da Supac. No referido formulário, solicitava-se informações sobre os responsáveis pelas atividades, tipo de vínculo com a UFBA, descrição das atividades realizadas e quantidade de participantes envolvidos.

As informações disponibilizadas a partir desse levantamento, que abrangem solicitações feitas no ano de 2024, apresentam demandas diversas, tanto por parte da comunidade acadêmica – referentes à solicitação de uso do espaço para atividades práticas de componentes curriculares de cursos de graduação da universidade, eventos promovidos por associações atléticas acadêmicas e pelo NEL/Proae; quanto demandas externas, a exemplo de solicitação da pista de atletismo, para eventos da Federação Bahiana de Atletismo (FBA), e do campo de futebol, para a realização de teste de aptidão física referente a concurso da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Campeonato de baleado para jovens de comunidades localizadas no entorno do *campus* de Ondina e eventos de confraternização das atléticas foram outros eventos identificados. Também foi possível observar solicitação do espaço pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia para operações de pouso e decolagem de helicópteros durante o período de carnaval.

Eventos de grande porte quanto à estimativa de público precisam assegurar a contratação de serviços de segurança e de socorristas, conforme orientação da Supac. É o caso do Grande Prêmio de Atletismo, realizado em outubro de 2024, pela FBA, que solicitou a pista de atletismo e instalações sanitárias do complexo para o evento que teria participação de 70 atletas, 30 árbitros e um público de aproximadamente 150 pessoas, incluindo os acompanhantes dos atletas. O agendamento dos eventos no Complexo Esportivo deve ser

solicitado à Pró-Reitoria de Extensão (Proext) via e-mail, com cópia para endereço eletrônico da administração do CEE, do Ciepe e da Supac.

O complexo esportivo da UFBA é uma área pública federal situada em um dos últimos terrenos livres na região de Ondina, considerada um “bairro nobre” da cidade de Salvador, alvo de interesse de grandes construtoras que vêm lançando empreendimentos imobiliários milionários. Na avenida Oceânica, região onde está localizado o complexo esportivo, a construtora Moura Dubeaux ergueu três torres de apartamentos, uma delas com mais de 20 andares, com um investimento anunciado de R\$ 300 milhões, em um terreno de 12 mil metros à beira mar (Santos, 2021). A mesma empresa já anunciou o lançamento de um novo empreendimento imobiliário de luxo na mesma região, bem em frente ao complexo, a ser construído onde funcionava o antigo hotel Othon Palace (Figura 25).

Figura 25 – Fotografia do Complexo Esportivo Educacional da UFBA com vista para empreendimentos imobiliários em construção na orla do bairro de Ondina, na cidade de Salvador/BA



Fonte: acervo do autor/Estudo de campo (2024).

O avanço da privatização do ensino superior e do espaço urbano e a especulação imobiliária são desafios que precisam ser superados para a consolidação de um centro popular de referência para a cultura corporal e esportiva naquele espaço, contribuindo para a democratização das práticas esportivas no *campus* universitário e na cidade de uma maneira geral. Assim, será possível avançar com a qualificação de espaços e equipamentos

que são fundamentais para o desenvolvimento de projetos, ações e práticas esportivas orientadas e articuladas ao projeto institucional da UFBA, para contemplar as demandas esportivas educacionais na universidade de maneira diversa, inclusiva e emancipatória.

5.3 DEMANDAS EDUCACIONAIS ESPORTIVAS

A partir da análise e discussão das informações reunidas no trabalho de pesquisa, ficam evidentes tanto as demandas educacionais esportivas na universidade, quanto a necessidade de garantir as condições ideais para fomentar as práticas esportivas, e que essas práticas sejam orientadas para uma educação emancipatória. A concepção de educação que deve orientar o processo formativo na UFBA está posta nos principais documentos institucionais, que anunciam a sua missão e os seus valores, os objetivos, as estratégias e o planejamento de ações. O compromisso estabelecido pela universidade com a transformação social e com a promoção de valores democráticos e de cidadania é reafirmando nos diversos documentos analisados.

No Estatuto da universidade são definidos, entre os objetivos institucionais, educar para a responsabilidade social e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça; gerar e propagar conhecimentos, saberes e práticas no campo das ciências, das artes, das culturas e das tecnologias; propiciar formação, educação continuada e habilitação nas diferentes áreas de conhecimento e atuação, visando ao exercício de atividades profissionais e à participação no desenvolvimento da sociedade; promover a equidade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual (UFBA. Estatuto, 2010).

Em seu Plano de Desenvolvimento institucional (PDI), considerando o seu caráter público e a sua grande diversidade interna, a UFBA define como missão produzir e disseminar ciência, tecnologia, arte e cultura, base para a formação sólida de profissionais, docentes e pesquisadores que atuem dentro de elevados padrões de desempenho técnico e ético e sejam cidadãos comprometidos com a democracia e a promoção da justiça social (PDI, 2017).

A educação é um dos principais espaços de mediação na formação do sujeito histórico. A educação, compreendida como formação humana vinculada a uma concepção do conhecimento entendido como um processo contínuo de desvelamento do real, portanto em permanente mudança, reconhece o educando como um universo de criatividade, de

sensibilidade, de potencialidade, de afetividade, cada qual com sua história e identidade e, portanto, com um jeito singular de relacionar-se com o mundo, com o novo, com o conhecimento, o que lhe confere necessidades e capacidades cognitivas específicas (Azevedo, 2009).

A concepção de educação ou de formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para seu pleno desenvolvimento histórico significa uma educação omnilateral. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, a educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos (Frigotto, 2012, p. 267).

No PDI da UFBA, são definidos como valores a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão; o pluralismo de ideias e a promoção de valores democráticos e de cidadania; o compromisso com a transformação social, entre outros. O documento estabelece o propósito de contemplar a cultura corporal – incluindo a educação física, o esporte e o lazer como eixos do processo formativo –, como parte das ações relacionadas à diretriz estratégica de ampliar a qualidade da formação oferecida aos alunos dos cursos de graduação, assegurando projetos pedagógicos atualizados e inovações pedagógicas.

A tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social ampla e emancipadora, conforme defende Mészáros (2005), ao considerar que a educação deve estar articulada e ser constantemente redefinida na sua relação dialética com as condições em mudança e as necessidades da transformação social emancipadora progressiva. Processo esse, apontado pelo autor, como inconcebível sem a defesa de um projeto histórico para além do capital. O impacto da lógica do capital sobre a educação tem sido grande ao longo do desenvolvimento do sistema, afirma Mészáros (2005), constatando que a educação institucionalizada serviu ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes para a manutenção da ordem social vigente, na qual os requisitos mínimos da realização humana são negados à esmagadora maioria da humanidade, em um modelo de produção destrutivo e gerador de profundas desigualdades sociais.

A formação humana é, portanto, a antítese da repetição, que é característica da educação tecnicista sustentada por princípios mecanicistas e positivistas. A repetição e a padronização são elementos estranhos à essencialidade do ser humano. Desempenhos

padronizados, repetição, treinamento, quando precedem a formação humana geral, embotam a criatividade humana, suprimem a liberdade e reduzem o ser humano à passividade. Essas práticas e concepções não respondem às necessidades de aprendizagem das classes populares e reforçam os mecanismos de exclusão. Nesse sentido, o tecnicismo como concepção educacional é um produto histórico, decorrente da expansão das atividades industriais e da necessidade de subordinação dos objetivos educacionais aos objetivos da produção (Azevedo, 2009).

Patrono da educação brasileira, Paulo Freire (1996) destaca a importância da reflexão crítica sobre a prática de ensino, que exige, entre outras coisas, a disponibilidade para o diálogo, com respeito aos saberes dos educandos e rejeição a toda forma de discriminação. Freire considera que o processo de formação educacional envolve muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas. Na sua visão, é preciso reconhecer que a educação é uma forma de intervenção no mundo, com a convicção de que a mudança é possível. Nessa acepção,

O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrências. Não sou apenas objeto da História mas seu sujeito igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não para me adaptar mas para mudar. No próprio mundo físico minha constatação não me leva à impotência (Freire, 1996, p. 46).

A educação para além do capital deve contemplar, portanto, uma ordem social qualitativamente diferente como alternativa sustentável para a regulação da reprodução social, de modo a assegurar as condições elementares da sobrevivência humana. O papel da educação é supremo para a elaboração de estratégias adequadas a mudar as condições objetivas de reprodução e para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social radicalmente diferente, conscientemente regulada por indivíduos associados e os valores escolhidos pelos próprios, de acordo com as suas necessidades genuínas, ao invés de lhes serem impostos pelos imperativos reificados da acumulação lucrativa do capital. A aprendizagem deve conduzir à autorrealização dos indivíduos como "[...] indivíduos socialmente ricos" humanamente (Mészáros, 2005).

Ao refletir sobre a formação universitária no contexto geral do ensino superior no Brasil, e a sua privatização, que busca avançar, inclusive, contra a universidade pública, é importante reconhecer o papel que as universidades federais podem desempenhar, ao reafirmarem os princípios constitucionais da autonomia e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a fim de se exercer práticas educacionais contra-hegemônicas e

contribuir para uma formação humana emancipatória. Essa possibilidade, no entanto, depende não apenas de elencar valores e planos institucionais para uma formação voltada para a transformação da realidade social, é preciso, também, assegurar que essa concepção seja exercida em seus currículos e práticas.

Ao reconhecer que o acesso à cultura corporal e suas manifestações esportivas devem fazer parte da formação humana, cabe à universidade pública desenvolver práticas esportivas integradas ao seu projeto institucional e orientadas para uma educação emancipatória, capaz de estimular valores como a cooperação, a solidariedade e o compartilhamento. Muito além das contribuições do esporte como estratégia de permanência dos estudantes na universidade, dos seus eventuais benefícios para a saúde e qualidade de vida, para o lazer e a socialização da comunidade acadêmica, o esporte na universidade deve ser compreendido como parte do processo educacional, dever do Estado e direito de todos.

A inserção do esporte e demais elementos da cultura corporal no currículo dos cursos de graduação da UFBA pode se dar por meio de disciplinas optativas, como atividades complementares ou estágio supervisionado para determinados cursos – como Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Comunicação, entre outros. A iniciativa da universidade de curricularização das atividades de extensão é uma possibilidade para que o desenvolvimento das práticas esportivas e corporais possam contemplar a comunidade acadêmica, incluindo os servidores, e a comunidade externa de maneira geral.

Discutir a estruturação curricular dos cursos de graduação é, sobretudo, discutir a sua contribuição para a própria sociedade e para o desenvolvimento de uma nação. Diversas formas e instituições de ensino, entretanto, não levam necessariamente para uma formação universitária, mas para uma formação de nível superior, com certificações profissionais, feitas por faculdades isoladas, centros universitários e universidades (Pereira, 2011). A flexibilização da organização acadêmica das Instituições de Ensino Superior, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes de Bases da Educação de 1996, e do Decreto n. 3860, de 2001, com a diferenciação das instituições em universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos e escolas superiores, fragilizou o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no ensino superior. Esse Decreto definiu apenas as universidades como responsáveis pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, desobrigando deste princípio constitucional as demais formas de funcionamento das IES.

As IES privadas que se proliferaram, assim como os cursos de Ensino a Distância (EaD), resultam, muitas vezes, no rebaixamento da formação universitária ao seguirem a

lógica de acumulação do capital. No avançado processo de privatização e financeirização da educação superior brasileira, os capitais privados de ensino atuam para atrelar a educação aos parâmetros do padrão de acumulação capitalista. Nas instituições privadas, o esporte costuma ser utilizado como estratégia de propaganda, através dos resultados obtidos em competições esportivas universitárias os quais geram visibilidade midiática para essas instituições de ensino.

Nas universidades públicas, as práticas esportivas devem assumir uma outra lógica, contribuindo para a formação humana e a produção e o compartilhamento de conhecimentos e de saberes através da relação dialética entre a universidade e a sociedade. Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2009) apontam a possibilidade – e a necessidade – de a Universidade mirar a sociedade como um todo e definir de que modo pode contribuir, estrategicamente, para o enfrentamento dos desafios nacionais, tanto nos níveis locais quanto nos planos gerais. Argumentam, assim, que

Conceber as ações acadêmicas sob novos paradigmas de formação exige a formulação de políticas pedagógicas que articulem, de forma inovadora, ensino, pesquisa e extensão, viabilizando a relação transformadora entre universidade e sociedade e mobilizando, para o ensino, possibilidades, metodologias e estratégias alternativas no exercício da aprendizagem e na construção do conhecimento. À luz dessa perspectiva transformadora, torna-se imprescindível a inserção orgânica, nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, de atividades acadêmicas voltadas para o cumprimento da relevância social, comumente designadas como atividades de extensão universitária (Mello; Almeida Filho; Ribeiro, 2009, p. 4).

Alguns cursos já incorporam em seus projetos pedagógicos atividades de extensão, como é o caso dos estágios supervisionados, porém, isso está restrito, efetivamente, a um pequeno número de exemplos. A extensão pode, ainda, ocorrer na forma de Atividades Complementares, previstas em normas curriculares, em alguns projetos pedagógicos ou em programas, cuja abrangência pode transcender o ambiente do curso. Em qualquer caso, é desejável que tais atividades sejam incluídas estruturalmente nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação – na condição de atividade curricular obrigatória, estruturante da formação universitária – e que o estudante brasileiro passe, necessariamente, por experiências dessa natureza em sua formação acadêmica (Mello; Almeida Filho; Ribeiro, 2009).

Em projeto apresentado pela Faculdade de Educação (Faced) no ano de 2023, e encaminhado ao Ministério do Esporte pela administração central, com a demanda de requalificação do Complexo Esportivo Educacional da UFBA e construção de novos equipamentos esportivos, a Faced sinaliza a possibilidade de atender a um público de cerca de 15 mil pessoas em atividades de extensão ofertadas no complexo esportivo, em 21

diferentes modalidades esportivas, incluindo atividades voltadas para a população de comunidades em vulnerabilidade social situadas no entorno do *campus*.

A partir da pesquisa realizada, foi possível identificar demandas esportivas na universidade relacionadas à necessidade de qualificação do complexo esportivo e à construção de novos equipamentos, dentre eles, um ginásio poliesportivo e uma piscina, demandas históricas reivindicadas pelo Departamento de Educação Física da Faced. As demandas esportivas educacionais também estão expressas na mobilização dos estudantes para representar a UFBA nos Jogos Universitários em diversas modalidades, na organização das associações atléticas dos diversos cursos de graduação e unidades de ensino da universidade, e na comunidade externa, incluindo jovens e crianças de comunidades situadas no entorno do *campus* – entre as quais, Calabar, Alto das Pombas e São Lázaro – e que frequentam o complexo esportivo da universidade na condição de espaço público e gratuito.

Para atender a todas essas diferentes demandas esportivas apresentadas de maneira legítima, a universidade precisa desenvolver ações, projetos e políticas que articulem o esporte ao seu projeto institucional, a fim de contemplar toda a comunidade acadêmica e a comunidade externa, por meio de práticas esportivas orientadas por uma concepção de educação emancipatória que seja capaz de apresentar alternativas para uma ordem social para além do capital. As possibilidades identificadas ao longo do estudo para o desenvolvimento do esporte na UFBA serão apresentadas a seguir, na seção final desta dissertação.

6 SÍNTESE CRÍTICA PROPOSITIVA E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção final, o trabalho de pesquisa realizado apresenta uma síntese crítica propositiva sobre a inserção do esporte no projeto institucional da UFBA, a partir da análise da realidade e das possibilidades para o desenvolvimento do esporte na universidade, considerando as questões de organização, infraestrutura e financiamento, as demandas históricas e as discussões atuais sobre o tema.

As possibilidades apresentadas na conclusão do estudo para o desenvolvimento do esporte na universidade consideram os nexos e as relações entre a situação particular na UFBA e o quadro geral do esporte e da educação no Brasil, que ajudam a explicar a realidade atual do desenvolvimento do esporte na universidade, as suas limitações, as contradições e as possibilidades. Informações do Diagnóstico Nacional de Esporte, do Censo da Educação Superior, do Relatório do Inep de Acompanhamento de Metas do Plano Nacional da Educação, entre outras fontes, embasam a análise das possibilidades de desenvolvimento do esporte em uma instituição de ensino superior pública, em uma universidade federal, no caso, a UFBA.

Em um contexto histórico de disputa de projetos, a realidade atual evidencia o avanço de políticas econômicas neoliberais atreladas ao modo de produção capitalista em seu contexto atual, promovendo a desresponsabilização do Estado e a retirada de direitos da população por meio da austeridade fiscal e da privatização de direitos sociais básicos, como saúde e educação. A partir do conhecimento da situação geral, com a contribuição de Teorias críticas da Educação Física, da Educação e da Economia Política, o estudo partiu para a análise da situação particular do esporte na UFBA, em um movimento que foi do todo para as partes e das partes para o todo, a fim de compreender o objeto de estudo em sua totalidade e múltiplas determinações.

Para discutir as possibilidades do esporte na universidade, é importante compreender as limitações e os desafios que se apresentam na realidade atual, que precisam ser superados para a concretização das possibilidades identificadas. As limitações estão diretamente relacionadas com a falta de verbas destinadas às Instituições Federais de Ensino Superior – como é caso da UFBA –, que sofreram com os cortes de recursos e a redução de seus orçamentos na última década. A destinação adequada de recursos federais para as universidades é condição fundamental para viabilizar a qualificação dos espaços e dos equipamentos esportivos no *campus*, desafio material que impacta diretamente as possibilidades de desenvolvimento do esporte na UFBA, limitando os equipamentos

disponíveis, as modalidades que podem ser praticadas, os horários em que essas práticas podem acontecer e o número de praticantes envolvidos. Essa é uma questão determinante para a melhoria da infraestrutura precária do Complexo Esportivo e Educacional, que inviabiliza uma diversidade de práticas que são necessárias, inclusive, para a formação de professores de Educação Física. As múltiplas determinações que constituem o objeto de estudo em sua totalidade também se relacionam com o projeto institucional da UFBA e a definição de prioridades, diretrizes, planos e metas para o desenvolvimento do esporte na universidade.

A partir da discussão e análise das informações reunidas sobre a realidade do esporte na UFBA, fica evidente a falta de um plano permanente e sistemático de acesso à cultura corporal na universidade que contemple os mais de 42 mil estudantes de graduação, 8 mil de pós-graduação, 2.900 professores e 3.000 trabalhadores técnico-administrativos e terceirizados. Além disso, que considere a integração de dados e informações, projetos e iniciativas no campo do esporte. Os esforços para a inserção do esporte universitário se dão, muitas vezes, de maneira descontínua, difusa, não planejada, sem uma inserção formativa no currículo de formação universitária da UFBA.

Não existem instalações adequadas para abranger as dimensões do esporte educativo, de rendimento, para saúde e lazer. A ênfase do esporte universitário na UFBA tem sido a dimensão prioritária para o esporte de rendimento, as competições esportivas, mas sem avanços nas instalações esportivas. Dessa maneira, é fundamental a promoção de um debate crítico-propositivo sobre a inserção do esporte universitário no projeto institucional da UFBA, na perspectiva de uma formação humana emancipatória e que contemple toda a comunidade acadêmica.

Conforme demonstram os documentos institucionais pesquisados, a UFBA tem conhecimento da necessidade de qualificação de seu complexo esportivo. A universidade tem discutido muitos projetos para a qualificação do espaço e dos equipamentos esportivos, buscando recursos federais nos ministérios da Educação e do Esporte e estabelecer parcerias com o governo do Estado da Bahia para a construção de novos equipamentos, apresentando, como demandas históricas, a construção de um ginásio poliesportivo e de uma piscina. No entanto, esses projetos não se concretizaram até o momento, embora todos os esforços envidados e expectativas suscitadas.

Além dessa falta material, outro fator que limita o alcance das práticas esportivas na universidade é a ausência de uma política esportiva com a definição de diretrizes voltadas para a inclusão de toda a comunidade acadêmica. Dessa forma, entende-se como

fundamental que o Plano de Desenvolvimento Institucional possa ir além de estabelecer o propósito de contemplar a cultura corporal, que envolve a educação física, o esporte e o lazer como eixos de formação (PDI 2018-2024). É importante avançar com a definição de metas e ações para detalhar de que modo esse propósito pode, e deve, ser alcançado.

Um desafio que se apresenta para a concretização do projeto de qualificação do complexo esportivo da UFBA e construção de novos espaços esportivos nos *campi* está relacionado com a disputa interna pelo orçamento da universidade diante da escassez de recursos. Existem obras inacabadas nos *campi* e novas unidades de ensino sem sede própria, que são vistas como prioritárias. Essas demandas foram consideradas para a aplicação dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal voltado às universidades federais, que aprovou a destinação de R\$ 50 milhões para a UFBA no ano de 2024. Os recursos serão aplicados na retomada das obras de unidades de ensino, salas de aula e biblioteca. A definição das obras prioritárias da UFBA resultou de Parecer, em 2017, da Comissão de Patrimônio, Espaço Físico e Meio Ambiente do Conselho Universitário (Consuni), a partir da proposta da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (Sumai) para priorização de obras paradas (UFBA, 2024b).

Nesse sentido, a criação da Faculdade de Educação Física (FEF) pode desempenhar um papel fundamental para fortalecer a demanda pela qualificação do complexo esportivo e educacional, que tem como prioridade acolher as atividades acadêmicas do curso de Educação Física, que segue como um departamento da Faculdade de Educação. Assim, também configura um desafio a criação da unidade de ensino na área de Educação Física, o que vem sendo discutido há muitos anos dentro da própria Faculdade de Educação. O projeto de criação da unidade de ensino deve ser aprovado pelo Conselho Universitário, a fim de que essa possibilidade se torne realidade.

A qualificação do complexo esportivo e a criação de uma unidade de ensino própria da área da Educação Física continuam em discussão na UFBA. Para tanto, formou-se uma comissão específica e interdepartamental para retomar o tema e fazer avançar a criação da Faculdade de Educação Física (FEF) da UFBA, com ações documentais e de visibilidade socioinstitucional. Tal comissão, composta por professores de Educação Física do Departamento de Educação Física e do Departamento de Educação, resgatou e atualizou o documento original e coordenou manifestações em defesa da “FEF já” na Faced e no Conselho Superior da UFBA.

Em reunião do Consuni, do dia 02 de setembro de 2024, conforme registro em ata, a Direção da Faculdade de Educação rememorou a demanda da sua Congregação referente à

inclusão, na pauta do Conselho Universitário, da apreciação do processo de criação da Faculdade de Educação Física. A demanda segue em análise no Consuni e muito perto de um desfecho positivo dessa luta que já está em campo há 40 anos.

A especulação imobiliária na região de Ondina, e na cidade de Salvador de uma maneira geral, é outro desafio para a construção de um complexo esportivo de caráter público e popular em um dos últimos terrenos livres na região, uma área de cerca de 68 mil m². Ondina é considerada um “bairro nobre” da cidade de Salvador, alvo de interesse de grandes construtoras, que vêm lançando empreendimentos da ordem de milhões de reais.

Apesar das diversas iniciativas apresentadas pela universidade para reformar o complexo esportivo, os esforços não se mostraram suficientes, até o momento, para angariar os recursos financeiros necessários a execução do projeto. Também nunca é demais lembrar o avanço da privatização do ensino superior no Brasil e as ameaças ao caráter público e gratuito da universidade, expressas em ações como o Programa Future-se, apresentado pelo governo federal em 2019, que representou uma proposta de ataque à autonomia das universidades federais e ao seu patrimônio. O referido programa foi prontamente rejeitado pelas instituições de ensino, no entanto, essas ameaças permanecem na agenda daqueles que defendem o Estado mínimo, a privatização do ensino superior e a ideia da educação como mercadoria.

Os cortes de recursos que as Ifes enfrentam têm prejudicado uma série de ações de ensino, pesquisa, extensão, de infraestrutura e de assistência estudantil. Nesse contexto, resta reafirmar o desafio de combater a visão que toma a educação pública como um gasto e não como um direito do cidadão e caminho para o desenvolvimento nacional, o que demanda investimentos e recomposição orçamentária das instituições de ensino, em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

Entende-se, assim, que a recomposição orçamentária e o fortalecimento das universidades federais poderão gerar as condições necessárias para tornar realidade a qualificação dos espaços e dos equipamentos esportivos nessas instituições e viabilizar ações educacionais de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a formação humana emancipatória, por meio de possibilidades que serão apresentadas a seguir. São consideradas, portanto, as informações levantadas ao longo da pesquisa sobre as políticas públicas para a educação e o esporte, sobre o contexto geral do esporte nas universidades federais e a realidade particular da UFBA.

Construção do Complexo Esportivo Educacional Popular e de outros espaços-equipamentos esportivos: a demanda por espaços-equipamentos esportivos na universidade

aparece como uma das questões centrais na pesquisa, que constata a necessidade de requalificação da infraestrutura existente e a construção de novos equipamentos, como o ginásio poliesportivo e a piscina. Muitos projetos vêm sendo discutidos para o Complexo Esportivo e Educacional da UFBA, cogitando parcerias com os governos estadual e federal. A concretização dessas parcerias é uma possibilidade para viabilizar os recursos financeiros necessários a construção dos novos equipamentos esportivos e melhoria da infraestrutura. Para tanto, é preciso avançar com a elaboração de projetos e a mobilização político-institucional.

O Estudo para Ocupação Física do Complexo Esportivo e Educacional (CEE/UFBA), apresentado em 2011, tinha como uma de suas premissas a implantação do Complexo Esportivo e Educacional da UFBA por etapas. O início das ações de qualificação dos equipamentos esportivos existentes e a construção de novos equipamentos não devem, portanto, aguardar os recursos necessários para a construção de todo o Complexo. Nesse sentido, a execução do projeto por etapas poderá ser viabilizada com a definição das prioridades no projeto institucional em diálogo com a comunidade acadêmica.

Além dos equipamentos situados no Complexo Esportivo e Educacional, foram identificados equipamentos em outros espaços localizados nos *campi*, a exemplo do campo de futebol de terra batida localizado fora do complexo, próximo à entrada principal do *campus* de Ondina. A qualificação desse espaço/equipamento, que tem grande visibilidade devido a sua localização estratégica, poderá contribuir para a divulgação dos projetos esportivos realizados na universidade e para convidar outros membros da comunidade acadêmica para participarem das atividades desenvolvidas. As ações também devem considerar a necessidade de espaços e equipamentos esportivos nos seus demais *campi*, nos municípios de Vitória da Conquista e Camaçari.

Elaboração de uma política de esporte: com o propósito de inserir as práticas esportivas na universidade, a elaboração de uma política de esportes deve ser considerada como medida determinante para a definição das diretrizes para a realização de ações e projetos esportivos, suas finalidades e fontes de financiamento, normas de uso de espaços e equipamentos esportivos, entre outros. Esse processo deve buscar a participação das pessoas e dos grupos envolvidos com as práticas esportivas na universidade e contribuir para ampliar o alcance das ações para toda a comunidade acadêmica e, também, para a comunidade externa, com gestão e administração interdisciplinar, democrática, participativa, inclusiva e socialmente referenciada.

Curricularização das atividades esportivas: para ampliar o alcance das práticas esportivas no contexto educacional, a universidade deve inserir o esporte no seu currículo, seja através da oferta de disciplinas optativas, seja a partir da curricularização das atividades de extensão, ou, ainda, do aproveitamento de horas de estágio para determinados cursos, como Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Comunicação, entre outros. Essa medida contribuirá para incentivar a valorizar as práticas esportivas na universidade, e permitirá a sua inserção no projeto institucional a partir das diversas possibilidades do esporte nos campos da educação, saúde e lazer.

Criação da Faculdade de Educação Física: a criação de uma unidade de ensino na UFBA voltada para a área da Educação Física/Ciência do Esporte é uma demanda histórica, conforme foi constatado no trabalho de pesquisa apresentado nesta dissertação. A nova unidade poderá desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento do esporte na universidade, com a formação de professores e equipes de estágio que atuarão na orientação das atividades esportivas, em ações de extensão e no desenvolvimento da pós-graduação e de grupos de pesquisa. Essa possibilidade também depende de mobilização para aprovação do projeto de criação dessa unidade de ensino no Conselho Universitário.

Democratização do esporte na universidade: considera-se necessário contemplar o esporte em todas as suas dimensões, fomentando as práticas esportivas formais e não-formais, o esporte educacional, de rendimento e de participação. É fundamental, também, ressaltar que a democratização do acesso às práticas esportivas na universidade demanda acessibilidade e ambientes adequados para a inclusão de Pessoas com Deficiência, idosos e outros grupos com mobilidade reduzida.

Além de atender à demanda legítima dos estudantes que integram as equipes representantes da UFBA nas diversas modalidades dos Jogos Universitários, é necessário estimular o esporte para os demais estudantes e servidores, permitindo a vivência do esporte com outras finalidades para além da competição. Por isso, faz-se necessário apoiar outras iniciativas voltadas ao lazer e à qualidade de vida, atividades autogeridas pelos estudantes e com a participação da comunidade externa, incluindo moradores de comunidades vizinhas ao *campus*, como Calabar, Alto das Pombas e São Lázaro, jovens e crianças em situação de vulnerabilidade social que frequentam o *campus*. Nesse sentido, as atividades de extensão e a inserção do esporte no currículo universitário podem contribuir bastante para ampliar o acesso desse público às práticas esportivas na universidade.

Esse processo demanda, também, a viabilização de outras possibilidades para além das modalidades esportivas institucionalizadas com foco em competições, ou seja, requer

outros espaços e equipamentos que estimulem as diversas práticas. Um exemplo disso é o Parque de Práticas Corporais de Aventura, localizado na Universidade Federal do Espírito Santo, com circuito de arborismo, linha de tirolesa e parede de escalada. Práticas essas que apenas são possibilitadas por meio da existência dos referidos equipamentos.

Outras medidas que podem contribuir nesse processo devem considerar a publicação de editais de fomento a ações e projetos esportivos desenvolvidos na universidade voltados para estudantes, servidores e comunidade externa; apoio para a organização de eventos esportivos promovidos pelas associações atléticas; incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e inovação na área esportiva; ações de qualificação permanente de gestores, professores e técnicos; criação e manutenção de fóruns de discussão para a deliberação coletiva das questões relacionadas ao esporte na universidade, com a participação dos diversos grupos e setores envolvidos.

No âmbito das equipes esportivas de rendimento, faz-se necessário assegurar apoio multidisciplinar para os estudantes atletas, com suporte técnico, físico, psicológico e nas áreas de Fisioterapia, Nutrição, Medicina, Psicologia, entre outras. Também é importante fomentar programas de apoio aos estudantes atletas que representam a UFBA em eventos esportivos universitários e ações para ampliar o intercâmbio das seleções nas diversas modalidades esportivas através da participação em eventos de nível estadual, regional, nacional e internacional.

Ampliação de recursos financeiros para o esporte e para espaços e equipamentos esportivos: assegurar e ampliar as fontes de recursos específicos para o esporte no orçamento da universidade é necessário não apenas para a construção de equipamentos, mas, também, para a sua manutenção, assegurando boas condições de uso e a segurança dos praticantes das atividades esportivas. O complexo esportivo é uma instalação de uso compartilhado administrado pela Superintendência Acadêmica, órgão diretamente vinculados à Reitoria. Desse modo, os recursos para a sua manutenção devem estar previstos no orçamento da universidade.

Através do seu Núcleo de Esporte e Lazer, a Proae tem financiado práticas esportivas na universidade, seja apoiando as equipes que representam a UFBA nos Jogos Universitários, seja através da organização dos Jogos Internos (JUFBA). Essas iniciativas são viabilizadas por meio da Política de Assistência Estudantil da universidade, que abrange as atividades esportivas em um dos seus eixos. No entanto, essa fonte de recursos não consegue atender às muitas demandas estudantis. Com a Política de Cotas, estabelecida por meio da Lei nº 12.711/2012, as universidades federais contribuíram para ampliar o acesso das classes

populares ao ensino superior e democratizar o acesso ao ensino superior no país, promovendo mudanças significativas no perfil dos estudantes das Ifes.

A *V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES*, de 2018, aponta que o percentual de estudantes cotistas saltou de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018. O percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até 1,5 salários-mínimos representa 70,2% do total de estudantes da graduação. A pesquisa também sinaliza aumento da participação de pardos e pretos nas universidades federais brasileiras, que passaram a representar mais de 50% dos estudantes matriculados nas Ifes (Andifes, 2019).

No caso das políticas de assistência estudantil, a prioridade são as demandas básicas, como alimentação, moradia e transporte. Assim, os recursos são limitados e o esporte precisa encontrar outras fontes de financiamento, para não concorrer com as demandas das ações afirmativas e da assistência estudantil. A falta de previsão orçamentária compromete o planejamento de ações e projetos a longo prazo. Uma possibilidade seria a definição de um percentual fixo dos recursos orçamentários a ser destinado ao esporte, incluindo os recursos necessários para a qualificação e a manutenção do complexo esportivo e educacional.

Novos estudos sobre o tema: a produção de conhecimento na área do esporte, educação física e lazer, a partir do desenvolvimento de novas pesquisas científicas, possibilitará o embasamento de futuras ações, projetos e programas que promovam o esporte na formação universitária. Novos estudos poderão contribuir para pensar essa questão a partir da escuta da comunidade acadêmica e dos participantes das práticas esportivas na universidade, incluindo estudantes, servidores e a comunidade externa que frequenta o campus.

O diálogo com todos os envolvidos no desenvolvimento das práticas esportivas na universidade e com a utilização do seu Complexo Esportivo e Educacional será fundamental, inclusive, para a construção de políticas esportivas e para o planejamento, divulgação, alcance e avaliação de ações, projetos e programas relacionados ao esporte. As informações resultantes poderão indicar, por exemplo, os motivos de adesão de estudantes e servidores a essas práticas, quais são a principais modalidades praticadas, o nível de participação feminina, problemas de infraestrutura e demandas diversas, contribuindo para o desenvolvimento do esporte na universidade e para a democratização das práticas esportivas.

Ao final do trabalho de pesquisa, fica evidente que as possibilidades para o desenvolvimento do esporte e de tantas outras atividades em uma universidade federal estão diretamente relacionadas às políticas públicas esportivas e educacionais e aos recursos do

orçamento da União destinados ao financiamento das instituições públicas de ensino. A necessidade de ampliar os investimentos na educação pública está expressa entre as metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), que estabeleceu o propósito de ampliar o investimento público em educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio.

No entanto, considerando o período de referência, a participação do gasto com educação no PIB ficou em torno de 5,0%, bem longe da meta, segundo atesta o *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação*. O percentual do orçamento público que deve ser investido na educação é uma das questões importantes a serem reivindicadas na elaboração do novo PNE (Projeto de Lei 2614/24), que está em análise na Câmara dos Deputados e definirá as metas para a educação brasileira nos próximos 10 anos.

As disputas entre o público e o privado que estão expressas na conjuntura atual do ensino superior no país, e, também, no esporte e no espaço urbano, resultam do modelo de produção capitalista, o qual impõe políticas neoliberais que apregoam austeridade fiscal, privatizações e a diminuição do papel do Estado, com a redução dos investimentos públicos em áreas essenciais, como educação e saúde. A privatização de espaços e equipamentos esportivos e o foco das políticas públicas esportivas no esporte de alto rendimento – embora o texto constitucional estabeleça a prioridade dos recursos estatais para o esporte educacional – são fatores que ajudam a explicar a falta de acesso da população ao esporte e demais manifestações da cultura corporal.

A lógica neoliberal, que comprehende a cidade como mercadoria, vem pautando o planejamento urbano, inclusive com a transferência de áreas públicas para a esfera privada por meio do instrumento denominado “desafetação”. O Complexo Esportivo da UFBA está situado em um terreno público de 68 mil metros quadrados, no bairro Ondina, em Salvador, região alvo de especulação imobiliária, onde estão sendo construídos empreendimentos imobiliários de vultuoso custo financeiro, com torres de 20 andares que limitam o acesso à praia e provocam sombra na orla, causando impactos ambientais. Tudo isso reforça a importância de se defender a construção de um centro popular de referência para a cultura corporal e a formação de professores no *campus* universitário.

No entanto, para além dos espaços e equipamentos públicos qualificados para o acesso à diversidade das práticas esportivas, a população precisa ter assegurado o seu direito de jornadas de trabalho justas, para que tenha tempo de usufruir das atividades de esporte e lazer, entre outras. Conforme aponta o *Diagnóstico Nacional do Esporte* (Brasil, 2015), a

maior parte da população que não pratica esporte indica a “falta de tempo” – em razão de outras prioridades na vida, entre as quais o trabalho – como principal justificativa para a ausência das práticas esportivas em sua rotina. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) discutida no Congresso Nacional, que defende o fim da jornada semanal de trabalho de 6x1 – o que significa um único dia de folga na semana e seis dias de jornada –, expressa a necessidade de trabalhador brasileiro de ter tempo para viver além das atividades laborais.

A referida PEC surgiu a partir das demandas apresentadas por meio de mecanismos participativos, como a petição pública online do Movimento "Vida Além do Trabalho", em que trabalhadores/as brasileiros/as cobram do Congresso Nacional o fim da jornada 6x1. O abaixo-assinado já contava quase 3 milhões de assinaturas na Petição Pública Brasil (2024), no final do mês de novembro de 2024. Esse processo ocorre no estágio atual da sociedade capitalista e se caracteriza pela financeirização do capital, com fluxos de capitais voláteis circulando o globo terrestre em segundos. Processo esse estimulado por lucros advindos do rentismo, que se beneficia da exploração dos trabalhadores em escala planetária e, consequentemente, gera profundas desigualdades sociais, desemprego, fome, miséria, destruição dos recursos naturais, guerras e crises migratórias.

Ao reconhecer o esporte como elemento da cultura corporal que deve fazer parte do processo de formação humana, e um direito a ser acessado por todas as pessoas, as universidades federais podem exercer um papel fundamental para a democratização das práticas esportivas. Isso pode se dar com a inserção desses elementos no projeto institucional, com vistas ao desenvolvimento de uma política que eleve o repertório cultural da comunidade e promova o esporte como eixo de experiências universitárias humanistas, includentes e emancipatórias. O desenvolvimento de atividades esportivas orientadas para estimular valores, a exemplo da cooperação, da solidariedade e do compartilhamento, poderá contribuir com alternativas a uma ordem social para além do capital e para a transformação social necessária.

Apesar das dificuldades orçamentárias enfrentadas pelas universidades federais – agravadas na última década por conta dos cortes de recursos para as instituições de ensino –, as experiências de gestão do esporte em outras universidades federais que foram analisadas durante o estudo demonstram que é possível avançar com a promoção de políticas esportivas nas universidades e a qualificação dos espaços e equipamentos esportivos. Para que isso ocorra, faz-se imprescindível a mobilização política e institucional para a definição de diretrizes, planos, metas e ações, bem como a consolidação de parcerias e, sobretudo, a defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e socialmente referenciada.

REFERÊNCIAS

- AAAACVL. Associação Atlética da Faculdade de Medicina da UFBA. **Estatuto da AAAACVL**. Salvador, 2022. Disponível em: <https://linktr.ee/aaaacvl>. Acesso em: 14 abr. de 2023.
- AMORIM, L.; COELHO, M. T.; ROCHA, M. As práticas de saúde dos estudantes: a universidade como espaço de promoção da saúde? In: AMORIM, L.; COELHO, M.; ROCHA, M. (Orgs.). **Saúde na educação superior - o que estudantes e professores têm a dizer?** Salvador: EdUFBA, 2021, p. 39-69.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES**. Brasília: Andifes, 2019.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Nota da ANDIFES sobre o orçamento e infraestrutura das universidades federais**. Site Oficial, 2023. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=99691>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Nota da ANDIFES sobre o orçamento das universidades federais de 2024**. Site Oficial, 2023. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=99709>. Acesso em: 12 jan. 2024.
- ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ACADÊMICA DE FARMÁCIA. **Estatuto**. Salvador, 2017.
- AZEVEDO, J. C. Educação tecnicista versus formação humana: os ciclos de formação e o desafio da aprendizagem para todos. **Revista Competência**, [S. l], v. 2, n. 2, p. 11-35, 2009.
- BARBOSA, M. L. A. Edgard Santos (1946-1961). In: TOUTAIN, L. (coord. e org.); ABREU, M.; VARELA, A., (org.). **Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho**. – v. 2. Salvador: EdUFBA, 2011.
- BECKER, H. S. **Problemas de inferência e prova na observação participante**. In: BECKER, H. S. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 47-64.
- BELATO, A. K. **Um estudo sobre a Política de Esporte Universitário na Universidade de Brasília - UnB (2009-2016)**. 2018. 130f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BOAVENTURA, E. (Org.). **UFBA: A Trajetória de uma Universidade 1946-1996**. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1999.
- BRACHT, V. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. **Cadernos Cedes**, Campinas, SP, ano 19, n. 48, p. 69-88, 1999.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024.** – Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Diagnóstico Nacional do Esporte**, 2015. Disponível em: <http://www.diesporte.gov.br/2.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. art. 217. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 jul. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto-Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/19394.htm. Acesso em: 21 set. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.790**, de 30 de dezembro de 2023. Dispõe sobre a modalidade lotérica denominada apostas de quota fixa. Brasília, DF: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14790.htm. Acesso em: 03 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 3.199**, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Brasília, DF: Presidência da República, 1941. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del3199.htm. Acesso em: 02 de jan. de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 14.597**, de 14 de maio de 2023. Institui a Lei Geral do Esporte. Brasília, DF: Diário Oficial da União. Seção 1. Ano 202. N. 135. 15 jul. 2023. P. 6. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/L14597.htm. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 10.264**, de 16 de julho de 2001. Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 - Eletrônico – 17 jul. 2001, Página 1, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10264.htm. Acesso em: 02 jan. 2024.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Diário Oficial da União - Seção 1 – 20 jul. 2010, Página 5. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 jan. 2024.

CARVALHO, F. B. de, FREITAS, D. D., AKERMAN, M. O “Novo normal” na atividade física e saúde: pandemias e uberização? **Movimento**, [S. l.], v. 27, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.105524>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Corpo & motricidade. Belo Horizonte: Papirus, 1988.

CASTILHO, M. **Política de esporte e lazer da UFT**: Uma proposta de diretrizes para a sua construção. 2020. 128f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências e Saúde) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

CBDU. Confederação Brasileira do Desporto Universitário. **Regulamento Geral dos Jogos Universitários Brasileiros**. Joinville, 2023.

CHAUI, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** [Internet]. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>. Acesso em: 23 fev. 2024.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista**. (trad.) Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

CHESNAIS, F. *et al.* **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

COB, Comitê Olímpico do Brasil. O Movimento. **Site Oficial**. Disponível em: <https://www.cob.org.br/pt/cob/movimento-olimpico/o-movimento>. Acesso em: 23 jun. 2023.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do Ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DUMITH, S. C. Atividade física e qualidade de vida de professores universitários. **Cadernos Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. 438-446, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202028030593>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FACED, Faculdade de Educação da UFBA. **43º Manifesto da Congregação da Faced: Resistir e Enfrentar Coletivamente**. Salvador, BA: Faculdade de Educação da UFBA, 2012. Disponível em: <https://www.faced.ufba.br/administracao/manifestos/43o-manifesto-congregacao-09012012-faced-resistir-e-enfrentar-coletivamente>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FACED, Faculdade de Educação da UFBA. **Manifestos da Congregação da Faced-2008**. Salvador, BA: Faculdade de Educação da UFBA, 2008. Disponível em: <https://faced.ufba.br/ano/2008>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FACED, Faculdade de Educação da UFBA. **Manifestos da Congregação da Faced-2009**. Salvador, BA: Faculdade de Educação da UFBA, 2009. Disponível em: <https://faced.ufba.br/ano/2009>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FACED, Faculdade de Educação da UFBA. **Manifestos da Congregação da Faced-2010**. Salvador, BA: Faculdade de Educação da UFBA, 2010. Disponível em: <https://faced.ufba.br/ano/2010>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FACED, Faculdade de Educação da UFBA. **Manifestos da Congregação da Faced-2011**. Salvador, BA: Faculdade de Educação da UFBA, 2011. Disponível em: <https://www.faced.ufba.br/ano/2011>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FATORELLI, M. L. **Auditoria cidadã da dívida**: experiências e métodos. São Paulo, SP: Inove, 2018.

FERRARO, A. **Educação Física na Bahia**: memórias de um professor. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1991.

FINEDUCA, Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação. **Nota Técnica da Fineduca sobre o financiamento do novo PNE (2024-2034)**. XI Encontro da Fineduca, Curitiba, 2023.

FONTES, A. C.; VIANNA, R. P. Prevalência e fatores associados ao baixo nível de atividade física entre estudantes universitários de uma universidade pública da região Nordeste - Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 20-29, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1415-790X2009000100003>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FÓRUM Nacional dos Gestores Esportivos das Universidades Federais. **Carta de Goiânia sobre o Esporte e Lazer nas Universidades Federais**. Goiânia, 2018.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

FRIGOTTO, G. Educação omnilateral. In: CALDART, R.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HATZIDAKIS, G. Esporte Universitário. In: COSTA, L. da (Org.). **Atlas do esporte no Brasil**. Rio de Janeiro: Confef, 2006. p. 19-21.

IOC, International Olympic Committee. **Site Oficial**. 2024. Disponível em: <https://olympics.com/ioc/overview>. Acesso em: 19 maio 2024.

KORSAKAS, P.; DE ROSE JUNIOR, D. Os encontros e desencontros entre esporte e educação: uma discussão filosófico-pedagógica. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 83-93, 2002.

KOSIK, K. **A dialética do concreto**. 2. ed. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUNZ, E. **Didática da Educação Física 2**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2005. (Coleção Educação Física).

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia científica**. São Paulo, SP: Atlas, 2003.

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.

LEHER, R. Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional da América Latina, Plano de Aceleração do Crescimento e a Questão Ambiental: Desafios Epistêmicos. In: LEHER, R.; SILVA, S. M. A universidade sob céu de chumbo: a heteronomia instituída pela ditadura empresarial-militar. **Revista Universidade e Sociedade**, [S. l.], n. 54, p. 6-17, ago. 2014.

LEIRO, A. C. A relação entre esporte e lazer, juventude e políticas públicas. In: **Perspectivas para o esporte universitário**: reflexões do 1º Encontro Nacional de Atléticas Universitárias. 1. ed., p. 21-25. Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG). Centro de Estudos e Memória da Juventude (CEMJ), 2010.

LEIRO, A. C. Educação, Lazer e Cultura Corporal. **Presente! Revista de Educação**, [S. l.], ano 14, n. 53, p. 47-53, jun./ago. 2006.

LINHALES, M. A. São as Políticas Públicas para a Educação Física/ Esporte e Lazer, efetivamente, políticas sociais? **Motrivivência**, Florianópolis, n. 11, p. 71-81, set. 1998.

LOCH, M. R.; RECH, C. R.; COSTA, F. F. da. A urgência da Saúde Coletiva na formação em Educação Física: lições com o COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 25, n. 9, p. 3511-3516, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.19482020>. Acesso em: 12 ago. 2022.

MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

MEC, Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação - Conae 2024** (Documento Referência). Brasília, DF: MEC, 2024.

MEC, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da Educação Superior 2022**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 7 nov. 2023.

MEC, Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. **Censo da Educação Superior 2023**. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 27 nov. 2024.

MEC, Ministério da Educação. Portaria nº 1.838, de 15 de setembro de 2023. Dispõe sobre consulta pública para elaboração de proposta de regulamentação de oferta de cursos de graduação na modalidade de Educação a Distância - EaD e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, n. 177. Seção 1. Página 160, 15 set. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-1.838-de-14-de-setembro-de-2023-510063805>. Acesso em: 03 abr. 2023.

MEC, Ministério da Educação. Saiba como renegociar dívidas do Fies. **Site Oficial**. Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/saiba-como-renegociar-divididas-do-fies>. Acesso em: 25 jun. 2024.

MELLO, A. F. de; ALMEIDA FILHO, N. de.; RIBEIRO, R. J. Por uma universidade socialmente relevante. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 4, n. 3, p. 292-302, set./dez. 2009.

MENESES NETO, E. V.; PAULA, C. E. A. Gestão do Esporte Universitário: o caso da Universidade Federal de Viçosa. **Revista Gestão Universitária na América Latina, [S. l.]**, v. 16, p. 43-70, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2023.e92072>. Acesso em: 22 jul. 2023.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

MOREIRA, V. **Bolsa atleta universitária**: as estratégias de permanência do aluno atleta nas universidades federais do Rio de Janeiro. 2019. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação) –Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MORELLI, R. Bets dominam futebol brasileiro: 39 dos 40 times das Séries A e B têm parcerias com casas de apostas. **Estadão**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/esportes/futebol/bets-dominam-futebol-brasileiro-39-dos-40-clubes-das-series-a-e-b-tem-parcerias-com-casas-de-aposta/>. Acesso em: 25 out. 2023.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Diretrizes da OMS para atividade física e comportamento sedentário**. Genebra, 2020. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/337001>. Acesso em: 22 jul. 2022.

PEREIRA, B. **Políticas culturais de lazer e esporte nas universidades públicas federais de Minas Gerais**. 2018. 152f. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

PEREIRA, E. M. de A. Currículo universitário: o que pensam os docentes? In: CATANI, A. M.; SILVA JUNIOR, J. dos R.; MENEGHEL, S. M. (Orgs.). **A cultura da universidade pública brasileira**: mercantilização do conhecimento e certificação em massa. São Paulo, SP: Xamã, 2011.

PETIÇÃO Pública Brasil. **Por um Brasil que vai além do trabalho**: VAT e Ricardo Azevedo na Vanguarda da Mudança. 2024. Disponível em: <https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR135067>. Acesso em: 23 nov. 2024.

PROAE, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA. **Edital nº 07.2023**. Inscrição e Seleção de atletas para equipes de alto rendimento da UFBA – 2023.1. Salvador, UFBA, 2023.

PROAE, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA. Programas/ Projetos permanentes. **Site oficial da Proae**. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/node/80>. Acesso em: 7 maio 2023.

PROAE, Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA. Ficha resumo dos auxílios e estudantes atendidos - Período: 2024.1. **Site oficial da Proae**. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/auxilio_financeiro_a_estudantes_assistidos_n_a_proae_-2024.1.pdf. Acesso em: 04 nov. 2024.

RIBEIRO, G. M. **Políticas de Esporte e Lazer:** o papel da universidade em questão. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal de Pelotas, RS. Pelotas, 2012.

ROSSI, P. *et al.* Austeridade fiscal e financiamento da educação no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, e0223456, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/kPwjLRdn8xtJwxpt4T8R4NH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 04 nov. 2024.

ROSSO, S. **Centro de Educação Física e Esporte da Universidade Federal da Bahia (CEFE/UFBA)** - centro de referência popular para a formação de professores e da cultura corporal da Bahia: realidade e possibilidades de um espaço público. 2007. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

RÚBIO, K.; SANCHES, S. A prática esportiva como ferramenta educacional: trabalhando valores e a resiliência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, USP, v. 37, n. 4, p. 825-842, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/r6k3NtLmXDhwcRrDLcvWnwq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2024.

SALLES, J. C. **Universidade Pública e democracia** [recurso eletrônico] 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, M. C. Moura Dubeux repete em Salvador modo de atuar que cobriu de sombras a praia de Boa Viagem. **Marco Zero**. 2021. Disponível em: <https://marcozero.org/moura-dubeux-repete-em-salvador-modo-de-atuar-que-cobriu-de-sombras-praia-de-boa-viagem/>. Acesso em: 02 out. 2024.

SEKI, A. K. **O capital financeiro no ensino superior brasileiro (1990-2018)**. Florianópolis: Em Debate, 2021.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. M. da; MOTTA, V. C. da. O precariado professoral e as tendências de precarização que atingem os docentes do setor público. **Roteiro**, Joaçaba, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18593/r.v44i3.20305>. Acesso em: 26 maio 2023.

SILVA, L. R. C. *et al.* Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - Educere, 9., ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3, Curitiba, 2009.

SOUZA, A. NBA: título inédito e receita recorde de US\$ 10 bilhões mostram a força da liga. **Revista Exame**. 22 jun. 2023. Disponível em: <https://exame.com/esporte/nba-titulo-inedito-e-receita-recorde-de-us-10-bilhoes-mostram-a-forca-da-liga/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, P.; SHIROMA, E. Análise da agenda 2030: a educação como estratégia na captura do fundo público. **Trabalho Necessário**, [S. l.], v. 20, n. 42, maio/ago. 2022.

STAREPRAVO, F. A.; REIS, L. J.; MEZZADRI, F. M.; MARCHI JUNIOR, W. Esporte universitário brasileiro: uma leitura a partir de suas relações com o Estado. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 31, n. 3, p. 131-148, maio 2010.

SUDESB e UFBA retomam projeto para revitalização do Complexo Esportivo e Educacional do Campus de Ondina. **Portal de Notícias do Estado da Bahia**. 27 jan. 2023. Disponível em: <https://www.comunicacao.ba.gov.br/2023/01/noticias/esportes/sudesb-e-ufba-retomam-projeto-para-revitalizacao-do-complexo-esportivo-e-educacional-do-campus-de-ondina/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

SUDESB, Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia. **Projeto de reforma do Complexo Esportivo da UFBA**. 2019. (mimeo).

TAFFAREL, C. N. Z. **Esporte na escola e o esporte de rendimento: reafirmando o marxismo contra as ilusões e as imposturas**. Centro de Recursos Computacionais, 2010. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/73/o/Texto_102_-_Esporte_na_Escola_e_o_Esporte_de_Rendimento__Celi_Zulke_Taffarel_.pdf. Acesso em: 5 jul. 2023.

TAFFAREL, C.; LIRA, C. Política nacional do esporte: as consequências do desmonte do ministério do esporte. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 31, n. 60, p. 01-33, out./dez. 2019. ISSN 2175-8042. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e66105>. Acesso em: 5 jul. 2023.

TEIXEIRA, M. **Ao (Des) Afeto do PÚblico**: a perda de áreas públicas de Salvador pelo instrumento da desafetação (1979-2012). 2014. 233f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

TEIXEIRA, M. Salvador está a venda (com 30% de desconto). Entrevista concedida a Júlia Moa. **Site Marco Zero**, 2024. Disponível em: <https://marcozero.org/salvador-esta-a-venda-com-30-de-desconto/>. Acesso em: 22 nov. 2024.

TOSCANO, J. J. *et al.* Prevalência de dor em servidores públicos: associação com comportamento sedentário e atividade física de lazer. **Revista Dor**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 106-110, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1806-0013.20160025>. Acesso em: 12 ago. 2022.

TOUTAIN, L. M. B. B.; FREITAS, W. M. de. Roberto Santos (1967-1971). *In: TOUTAIN, L. (coord. e org.); ABREU, M.; VARELA, A., (org.). Reitores da UFBA: de Edgard Santos a Naomar de Almeida Filho*. v. 2. Salvador: EdUFBA, 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo, SP: Atlas, 1987.

UFAC, Universidade Federal do Acre. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2029)**. Rio Branco: UFAC, 2020. Disponível em: <https://www.ufac.br/site/ufac/proplan/plano-de-desenvolvimento-institucional/pdi-2020-2024.pdf/view>. Acesso em: 05 out. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Departamento de Educação Física. **A comunidade vai à universidade:** lazer, cultura e educação através da ampliação e requalificação do Centro de Educação Física e Esporte da UFBA. Salvador, 2023 (mimeo).

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Liga das Atléticas da UFBA já reúne associações de nove cursos. **Edgardigital - Site de notícias da UFBA.** 2016. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=1620>. Acesso em: 17 jan. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Masterplan prevê campus de Camaçari integrado à natureza e com acessibilidade. **Edgardigital - Site de notícias da UFBA.** 2022. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=25034>. Acesso em: 06 jan. 2025.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Parceria entre UFBA, Sudesb e Federação de Atletismo possibilitará reforma do Centro Esportivo de Ondina. **Edgardigital - Site de notícias da UFBA.** 2021. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=22526>. Acesso em: 17 jan. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2018-2022),** 2017. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/documentacao-legislacao/pdi>. Acesso em: 29 jul. 2022.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Plano Diretor de Desenvolvimento Físico e Ambiental da UFBA (Resolução Nº 02/2009),** 2009. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/novo_planodiretor_resol02-09.pdf. Acesso em: 08 jul. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Política de Assistência Estudantil para a Graduação da Universidade Federal da Bahia (Resolução nº 05/2022).** 2022. Disponível em: https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/resolucao_no_05.2022_-_consuni.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria nº 103/2020, de 19 de mar. de 2020.** Gabinete da Reitoria, Universidade Federal da Bahia. 2020. Disponível em: http://www.ppgd.direito.ufba.br/sites/ppgd.direito.ufba.br/files/portaria_no_103-2020_covid-19.pdf. Acesso em: 29 jul. 2022.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Portaria nº. 127/2024.** 2024. Disponível em: <https://www.supad.ufba.br/sites/supad.ufba.br/files/portarias-prorrogacao-pdi2018-2024.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC) do governo federal voltado às universidades federais destinou R\$ 50 milhões para a UFBA. **Site Oficial da UFBA.** 2024b. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/novo-pac-universidades-destinou-r-50-milhoes-para-obras-na-ufba. Acesso em: 02 out. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Regimento Interno da Reitoria,** 2013. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/Regimento_Reitoria_web.pdf. Acesso em: 17 jan. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Relatório de Gestão 2024.** Salvador: 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Relatório de Gestão da UFBA 2013**. Salvador: 2013.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Relatório de Gestão da UFBA 2016**. Salvador: 2016.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Relatório Integrado de Gestão 2018**. Salvador: 2019.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **Repositório Institucional (RI)**. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/>. Acesso em: 30 jul. de 2023.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Segue o jogo, a política para o esporte está em debate. **Edgardigital - Site de notícias da UFBA**. 2017. Disponível em: <https://www.edgardigital.ufba.br/?p=1911>. Acesso em: 17 jan. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. UFBA alcança nota máxima no Índice Geral de Cursos do MEC. **Edgardigital - Site de notícias da UFBA**. 2024. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-alcanca-nota-maxima-no-indice-geral-de-cursos-do-mec. Acesso em: 12 dez. 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. UFBA e Sudesb retomam discussão sobre reforma do Complexo Esportivo. **Site Oficial da UFBA**. 2024. Disponível em: https://www.ufba.br/ufba_em_pauta/ufba-e-sudesb-retomam-discussao-sobre-reforma-do-complexo-esportivo. Acesso em: 07 maio 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **UFBA em Números 2014** - Ano Base 2013. Salvador, 2014. Disponível em: <https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/UFBA%20em%20numeros%202014%20ano%20base%202013%20%281%29.pdf>. Acesso em: 07 maio 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. **UFBA em Números 2024** - Ano Base 2022. Salvador, 2023. Disponível em: https://proplan.ufba.br/sites/proplan.ufba.br/files/ufba-em-numeros-2024_ano-base-2023_digital.pdf. Acesso em: 07 maio 2024.

UFBA, Universidade Federal da Bahia. Vice-Reitoria. **Estudo para ocupação física do CEE/UFBA**. Salvador, 2011. (mimeo).

UFC, Universidade Federal do Ceará. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2023-2027)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2023. Disponível em: <https://pdi.ufc.br/wp-content/uploads/2024/07/publicacao-pdi-2023-2027-vfinal-01072024.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2029)**. Belo Horizonte: UFMG, 2024. Disponível em: https://www.ufmg.br/pdi/2024-2029/wp-content/uploads/2024/07/PDI-2024-2029_V7.pdf. Acesso em: 05 out. 2024.

UFMS, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024)**. 2020. Disponível em: <https://www.ufms.br/wp-content/uploads/2023/06/pdi-ppi-2020-2024-v2.2-web.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro. **Documento da Escola de Educação Física e Desportos para subsidiar o plano de desenvolvimento institucional da UFRJ.** Rio de Janeiro, RJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://eefd.ufrj.br/files/DOC%20EEFD%20-%20PARA%20PDI%20UFRJ%202017%20-%20VERS%C3%83O%20FINAL%201-.pdf>. Acesso em: 27 set. 2023.

UFSC, Universidade Federal de Santa Catarina. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2020-2024).** Florianópolis: UFSC, 2020. Disponível em: <https://pdi.paginas.ufsc.br/files/2020/08/PDI-2020-2024-pagina-dupla.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

UNIFESP, Universidade Federal de São Paulo. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2021-2025).** 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1GSjXR7kvkR1eYz2kw8jqWOyG6SLPFo0b/view>. Acesso em: 05 out. 2024.

VERONEZ, L. F. C. **Quando o Estado joga a favor do privado:** políticas de esporte após a Constituição de 1988. 2005. 376f. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

VERONEZ, L. F.; GANZER, V. R.; BLANK, P. O método de gestão do Ministério do Esporte. **EFDeportes.com - Revista Digital**, Buenos Aires, ano 18, n. 179, abr. 2013. <https://www.efdeportes.com/efd179/metodo-de-gestao-do-ministerio-do-esporte.htm>. Acesso em: 4 jan. 2025.